



CRISE INTERNACIONAL: MOBILIDADE, COOPERAÇÃO E ESPERANÇA
18 a 19 de outubro de 2016
UNILAB - Campus das Auroras, Auditório 2

ANAIS DOS EVENTOS





**BASILELE MALOMALO & ELCIMAR SIMÃO MARTINS
(Orgs.)**

ANAIS DOS EVENTOS

X SEMINÁRIO DE MOBILIDADE HUMANA

**II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÕES,
DIÁSPORAS AFRICANAS E COOPERAÇÃO SUL-SUL**

“Crise internacional: mobilidade, cooperação e esperança”

**18 a 19 de outubro de 2016
UNILAB - Campus das Auroras, Auditório 2
Redenção - Ceará**

ISSN: XXXXXXXX

**Redenção - Ceará
Grupo de Pesquisa África-Brasil/UNILAB
2017**



Coordenação Geral

Prof. Dr. Bas Tlele Malomalo (UNILAB)
Prof. Dr. Elcimar Simão Martins (UNILAB)
Missionária Scalabriniana Irmã Eleia Scariot (MSCS)

Coordenação Executiva

Prof. Dr. Bas Tlele Malomalo (UNILAB)
Prof. Dr. Elcimar Simão Martins (UNILAB)
Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira (UNILAB)
Prof. Dr. Lourenço da Conceição Cardoso (UNILAB)
Profa. Dra. Jacqueline Freire (UNILAB)
Profa. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello (UNILAB)
Ma. Eleia Scariot (Missionária Scalabriniana, MSCS)
Gilvanda Soares (Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Fortaleza/CE)

Realização

Congregação das Missionárias Scalabrinianas
Grupo de Pesquisa África-Brasil/UNILAB
Grupo de Pesquisa e Extensão ELOSS/UNILAB
Grupos de Pesquisa e Estudos Trabalhadores Livres e Escravos no Ceará/UFC
Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Fortaleza/CE

Comitê científico

Bas Tlele Malomalo; Carlos Subuhana; Jacqueline Freire; Francisco Victor Macedo Pereira; Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra; Izabel Cristina dos Santos Teixeira; Francisca Rosália Silva Menezes; Salvio Fernandes de Melo; José Sérgio Amancio de Moura; Ivan Maia (UFBA); Evaldo Ribeiro Oliveira; Elisangela André da Silva Costa; Ivan Lima; Franck Ribard (UFC); Edson Holanda Lima Barboza; Roberto Kennedy Gomes Franco; Lourenço da Conceição Cardoso; Marina Pereira de Almeida Mello; Elcimar Simão Martins; Jeannette Ramos Pouchain; Sinara Mota Neves de Almeida.

Apoio

Escola Superior de Magistratura Federal – ESMAFE/CE
Instituto de Humanidade e Letras – UNILAB
Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH
Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil
Grupo de Pesquisa e Extensão Educação e Cooperação Sul-Sul – ELOSS/UNILAB
Grupo Interdisciplinar Marxista – GIM/UNILAB
Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividades – EDUCAS/UNILAB
Grupo de Trabalho Educação, Arte, Interdisciplinaridade e Interculturalidade – EARTI/UNILAB
Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH/UNILAB
Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Ceará (NETP/CE)

Editoração

Bas Tlele Malomalo & Elcimar Simão Martins

Capa

Marco Davi Castro da Silva

Revisão

Elcimar Simão Martins, Francisco Victor Macedo Pereira & Izabel Cristina dos Santos Teixeira

Contatos

Site: <http://www.unilab.edu.br/>
E-mail: grupo.africabrasil@unilab.edu.br



Ficha Catalográfica



SUMÁRIO

Eventos	6
Apresentação	7
Objetivos	7
Metodologia	7
Público-alvo	8
Programação	8
Chamada para apresentação de trabalhos	10
Grupos de trabalhos	12
Comunicações aprovadas nos GTs	18
Resumos simples	24
Resumos expandidos	50
Relatos	
Registros fotográficos	121

EVENTOS





APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 entra para a história do século XXI como aquele que foi marcado pelas crises que afetaram brutalmente o sistema econômico mundial, as instituições democráticas, o estado de direito, os direitos humanos. Essas crises fizeram com que as migrações inter-regionais e internacionais se multiplicassem e os direitos dos imigrantes se colocassem em perigo.

Os eventos propostos fazem a junção de dois seminários convergentes que pretendem problematizar questões a partir da temática “Crise internacional: mobilidade, cooperação e esperança”, objetivando a construção de um mundo de convivência pacífica entre povos. O primeiro é o “Seminário de Mobilidade Humana”, uma iniciativa da Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Fortaleza/CE e da Congregação das Missionárias Scalabrinianas, e que se encontra na sua 10^a edição. O segundo, o “Seminário Internacional de Migrações, Diásporas Africanas e Cooperação Sul-Sul”, organizado pelo Grupo de Pesquisa África-Brasil/UNILAB, encontra-se na sua 2^a edição e foi rebatizado.

A convergência de interesses comuns e a iniciativa do Grupo de Pesquisa África-Brasil/UNILAB buscam contribuir para a concretização da missão institucional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, razão do Grupo mobilizar outros Grupos de Pesquisa da Universidade, aliado a parceiros nacionais e internacionais. Nesse sentido, os Grupos de Pesquisa e Estudos Trabalhadores Livres e Escravos no Ceará (UFC) e Educação e Cooperação Sul-Sul (ELOSS/UNILAB) somam esforços na construção e realização dos eventos ora apresentados.

OBJETIVOS

- Contribuir para a concretização da missão institucional da UNILAB, precisamente no que se refere à produção e à difusão de conhecimentos e de princípios que sustentem a cooperação internacional solidária entre Brasil e África.
- Criar um espaço de discussões acadêmicas sobre o cenário nacional e internacional das migrações, a fim de se pensar mais e melhor as políticas públicas que favorecem os/as imigrantes no Brasil e no mundo.
- Refletir sobre os direitos de pessoas em processos de mobilidade: migrantes, refugiados, apátridas, vítimas de tráfico de pessoas e estudantes internacionais.

METODOLOGIA

O evento estrutura-se em torno de atividades culturais, mesas redondas e Grupos de Trabalhos (GTs). Os artistas e palestrantes receberam convites dos/as organizadores/as para preparar com antecedência suas intervenções. As atividades culturais e as mesas redondas visam provocar reflexões, cujas exposições são acompanhadas de debates com o público. Os GTs são coordenados por especialistas e visam aprofundamento de estudos, discussões e trocas de informações e experiências entre pesquisadores/as e interessados/as.

PÚBLICO-ALVO

Estudiosos/as, trabalhadores/as das instituições públicas ou privadas, pessoas da sociedade civil que trabalham com o tema da migração e mobilidade humana, estudantes e público em geral.

PROGRAMAÇÃO

18 DE OUTUBRO – AUDITÓRIO 2 – UNILAB	
8h	Credenciamento Pausa – Café
8h30-9h30	Abertura - Apresentação cultural - Boas vindas
10h-12h30	Mesa Redonda: Crise internacional: Mobilidade Humana, Cooperação e Esperança Palestrantes: Fabio Baggio (SIMI); Bas Ilele Malomalo (Unilab) Moderadora: Irmã Eleia Scariot (MSCS)
12h30-14h	Almoço
14h-16h	Mesa Redonda: Impactos das crises da economia mundial e da democracia sobre as migrações Palestrantes: André Vasconcelos Ferreira (UFC); Gledson Ribeiro de Oliveira (Unilab) Moderador: Lourenço da Conceição Cardoso (Unilab)
16h-18h	Mesa Redonda: Migração e educação antirracista e antissexista Palestrantes: Marina Mello; Evaldo Ribeiro (UNILAB); Ercílio Langa (UFC) Moderadora: Elisangela André da Silva Costa (Unilab)
19 DE OUTUBRO – AUDITÓRIO 2 – UNILAB	
8h15-10h30	Apresentação cultural Mesa Redonda: Direitos humanos, Lei de migração, Refúgio e Tráfico de pessoas Palestrantes: Lívia Maria Xerez de Azevedo (NETP/SEJUS); Theresa Raquel Couto Correia (UFC); Marília Rabelo (Pachamama) Moderador: Lourenço da Conceição Cardoso (Unilab)
10h30-12h30	Mesa Redonda: Cidade, Cidadania e Afrodescendência Eduardo Machado; Ricardo Nascimento; Robson Cruz (Unilab) Moderador: Vitor Macedo (Unilab)
12h30-13h45	Almoço
14h-18h	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS
	GT 1: Diáspora Africana e Cooperação Internacional Brasil-África Coordenação: Bas Ilele Malomalo; Elcimar Simão Martins (Unilab)

GT 2: Mobilidade Humana, Urbana e Cidadania

Coordenação: Eduardo Machado; Ricardo Nascimento; Robson Cruz (Unilab)

GT 3: Experiências, Movimentos e Associações dos/para os/as Imigrantes

Coordenação: Irmã Eleia Scariot (MSCS); Fabio Baggio (SIMI)

GT 4: Educação, Migração Estudantil, Políticas Públicas e Institucionais

Coordenação: Carlos Subuhana; Elisangela André da Silva Costa (UNILAB)

GT 5: Legislação, Direitos Humanos, Refúgio e tráfico de pessoas

Coordenação: Livia Maria Xerez de Azevedo (NETP/SEJUS)

GT 6: Migração, Gênero e Sexualidade

Coordenação: Victor Macedo; Carlos Eduardo Bezerra (Unilab)

GT 7: Migração, Diáspora Africana e Literatura

Coordenação: Isabel Cristina dos Santos Teixeira (Unilab)

GT 8: Migrações, Mídias Sociais e Arte Afro-Diaspórica

Coordenação: Francisca Rosália Silva Menezes; Salvio Fernandes de Melo; José Sérgio Amancio de Moura (Unilab); Ivan Maia (UFBA).

GT 9: Migrações, Racismo, Antirracismo e Educação

Coordenação: Evaldo Ribeiro; Ivan Lima (Unilab)

GT 10: História, Migração e Trabalhadores

Coordenação: Roberto Kennedy; Edson Holanda (Unilab)

GT 11: Branquitude e Violência nos Cenários das Diásporas Negra

Coordenação: Lourenço Cardoso; Marina Pereira de Almeida Mello; Marcos Moraes da Silva (UNILAB)

GT 12: Imigração e Processos de Saúde e de Adoecimento

Coordenação: Ercílio Langa (UFC); José Caldas (UniFor); Priciliana Barreto Moraes (UECE)



CHAMADA PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Chamada para apresentação de trabalhos nos eventos “**X Seminário de Mobilidade Humana**” e “**II Seminário Internacional de Migrações, Diásporas Africanas e Cooperação Sul-Sul**”, que ocorrerão entre os dias 18 e 19 de outubro de 2016 na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no Campus das Auroras. Os ventos visam contribuir para a concretização da missão institucional da UNILAB referente à produção e difusão de conhecimentos e princípios que sustentam a cooperação internacional solidária entre Brasil e África; criar um espaço de discussões acadêmicas sobre o cenário nacional e internacional das migrações para se pensar as políticas públicas que favorecem os/as imigrantes no mundo e no Brasil; motivar a sociedade a refletir sobre os direitos de pessoas em processos de mobilidade: migrantes, refugiados, apátridas, vítimas de tráfico de pessoas, trabalhadores e estudantes internacionais.

Os GTs, no âmbito destes seminários, são pensados como espaços privilegiados de aprofundamentos de temas e trocas de informações/experiências entre especialistas, pesquisadores/as, estudantes e interessados/as. As participações em GTs ocorrerão por meio de comunicações orais.

COMUNICAÇÃO ORAL

A proposta de comunicação deve apresentar resultado de pesquisa total ou parcial ou uma experiência, devendo contemplar as temáticas de mobilidade humana e/ou diásporas africanas. Os proponentes devem ser graduandos/as, graduados/as, pós-graduandos/as, pós-graduados/as ou membros de associações dos/as/para os/as imigrantes.

a) Proposta de comunicação

Cada trabalho inscrito poderá contar com até dois/duas autores/as, sendo que ambos/as deverão estar inscritos/as no evento como autores/as. Cada autor/a poderá enviar uma única proposta de trabalho para um único e mesmo eixo temático, devido à simultaneidade da realização dos GTs.

As propostas de comunicação serão avaliadas e aprovadas pelos/as coordenadores/as dos GTs. As comunicações devem ser enviadas em forma de RESUMOS SIMPLES até o dia 30 de



setembro de 2016 para o e-mail: grupo.africabrasil@unilab.edu.br, contendo os seguintes elementos:

- Mencionar o nome do GT no assunto do e-mail
- Enviar um resumo simples formato word com esses dados:
 - *Título da comunicação
 - *Nome(s) completo(s) dos/as autoras da comunicação
 - *Resumo simples com palavras-chaves (três a cinco)
 - *Titulação acadêmica
 - *Vínculo institucional
 - *E-mail de contato

b) Modalidade para apresentação

-O/A proponente com trabalho aprovado num GT deverá entregar no dia de apresentação, 19 de outubro de 2016, duas cópias do RESUMO EXPANDIDO (entre 3 a 4 mil caracteres) para os/as coordenadores/as, contendo: introdução, objetivos, metodologia, resultados, considerações finais e referências bibliográficas.

c) Publicação dos Anais

Os resumos simples e expandidos deverão ser revisados e enviados via e-mail no período de 30 de outubro até 15 de novembro de 2016 para efeitos de publicação nos anais.

CALENDÁRIO

- Inscrição para participar do evento: de 15 agosto a 19 de outubro de 2016.
grupo.africabrasil@unilab.edu.br
- Inscrição de comunicações em GTs: 19 de agosto a 30 de setembro de 2016
- Aprovação de trabalhos: 06 de outubro de 2016
- Apresentação de trabalhos: 19 de outubro de 2016

CERTIFICADO

-Inscrever-se no evento através deste e-mail endereço: grupo.africabrasil@unilab.edu.br; mencionar o nome do evento “Seminário de Mobilidade Humana” e enviar seus dados: Nomes Completo e número de um documento de identificação (RG, CPF, RNE ou Passaporte)

CONTATOS

Site: <http://www.unilab.edu.br/migracoesafricanas/>

E-mail: grupo.africabrasil@unilab.edu.br



GRUPOS DE TRABALHOS

GT 1: DIÁSPORA AFRICANA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-AFÉRICA

Nesse GT pretende-se discutir as relações entre políticas de cooperação internacional do Brasil junto com os países do Sul, especialmente os africanos, dando destaque à atuação dos estados, das empresas, da sociedade civil e das diásporas vistos como atores importantes na definição das relações que estruturam as políticas públicas e de desenvolvimento internacional e regional. Espera-se receber trabalhos que tratam da cooperação, do desenvolvimento, da política e economia, do multiculturalismo, dos movimentos sociais em suas interfaces com as diásporas e as migrações africanas intra e extra continentais.

Coordenação: Bas Ilele Malomalo; Elcimar Simão Martins (Unilab)

GT 2: MOBILIDADE HUMANA, URBANA E CIDADANIA

A mobilidade é um conceito que pode ser abordado de diferentes perspectivas e cada uma das delinearções possíveis nos conduz a uma acepção diferente da realidade. Mais que uma ação isolada, a mobilidade tem uma motivação – seja cultural, social, política, econômica, de lazer etc. – produzindo consequências da mesma ordem. Nesta perspectiva, este GT busca perceber, refletir e compreender que a sociedade está em movimento, desloca-se e move-se no e pelo espaço num viés multidimensional intrínseco à vida contemporânea e, com isso, objetiva aprofundar e debater as análises empíricas e os conceitos referentes aos deslocamentos populacionais, suas implicações sobre a produção e a reprodução do espaço urbano, concebendo a mobilidade como um complexo fenômeno social que ultrapassa as dimensões físicas, corporais e econômicas, envolvendo também as dimensões cultural, afetiva, imaginária, espacial e individual. Assim, entendemos que a mobilidade envolve relações entre pessoas, instituições, ideias, serviços e mercadorias.

Coordenação: Eduardo Machado; Ricardo Nascimento; Robson Cruz (Unilab)

GT 3: EXPERIÊNCIAS, MOVIMENTOS E ASSOCIAÇÕES DOS/PARA OS IMIGRANTES

Migração não é somente uma experiência humana marcada pelo sofrimento e pela impotência de ver seus direitos negados pelo outro, mas constitui também um momento de mobilizações individuais e coletivas. Esse GT pretende receber comunicações que retratem as lutas de resistência sociais e políticas através de movimentos sociais, associações cívicas e/ou religiosas, ONGs construídos pelas próprias pessoas ou grupos de pessoas em situação de imigração ou emigração ou pelas pessoas ou grupos de pessoas não migrantes visando atender suas demandas e necessidades. Espera-se contar com a participação intensa das lideranças das associações dos/as imigrantes.

Coordenação: Irmã Eleia Scariot (MSCS); Fabio Baggio (SIMI).



GT 4: EDUCAÇÃO, MIGRAÇÃO ESTUDANTIL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

A educação tem sido importante e decisivo vetor impulsionador de migração e/ou deslocamento estudantil da juventude no mundo, especialmente na busca de ensino superior. O processo de globalização impactou substantivamente nas universidades, inclusive revestindo processos de internacionalização como fator de competitividade. O fomento de políticas públicas que estimulem a mobilidade internacional tem sido uma marca nesse processo, que se traduz em políticas institucionais próprias no âmbito de universidades. O GT propõe-se a acolher trabalhos que tenham na educação, migração estudantil e políticas institucionais a centralidade de suas reflexões; estudos ou relatos de experiências socioculturais, contribuindo dessa forma para a constituição de um *corpus* de conhecimento sobre o assunto, focalizando experiências de cooperação, integração internacional e migração estudantil.

Coordenação: Carlos Subuhana; Elisangela André da Silva Costa (UNILAB)

GT 5: LEGISLAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, REFÚGIO E TRÁFICO DE PESSOAS

As privações de liberdades têm sido umas das causas principais dos grupos e sujeitos que migram nos territórios que lhes são familiares ou desconhecidos. Esse GT quer proporcionar um espaço de discussões sobre os imigrantes que vivem em situações de extrema vulnerabilidade, homens, mulheres e crianças que se tornaram refugiados/as, indocumentados/as, exilados políticos, ou vítimas de tráficos de seres humanos, do trabalho escravo. Pretende-se discutir também os marcos legais que caracterizam as políticas de migrações no Brasil e na América Latina, bem como fora deste país e continente.

Coordenação: Lívia Maria Xerez (NETP/SEJUS); Sinara de Almeida (Unilab)

GT 6: MIGRAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE

As migrações nacionais e internacionais constituem fenômenos importantes na atualidade, afetando quase todas as sociedades contemporâneas, com suas distintas dimensões: mobilidade de refugiados, de trabalhadores, de estudantes e de vítimas das mudanças climáticas, afetando cada vez mais as mulheres, num fenômeno conhecido como feminização da migração. Assim, questões ligadas a sexualidade e gênero entre os imigrantes têm merecido atenção no âmbito social e acadêmico, necessitando de reflexões e abordagens que possibilitem interpretação e compreensão adequadas. Este GT tem como foco, discussões relativas à sexualidade, homossexualidade, direitos LGBT, gênero, diversidade e estudos sobre mulheres em contextos de migração ou mobilidade humana, podendo ser articulados com marcadores sociais de diferença: raça, nacionalidade, classe, religião, etnia, entre outros.

Coordenação: Victor Macedo; Carlos Eduardo Bezerra (Unilab)

GT 7: MIGRAÇÃO, DIÁSPORA AFRICANA E LITERATURA

A relação entre arte e cultura é fortemente marcada, em muitas expressões estéticas, dentre elas, o cinema e a literatura, por elementos inseparáveis que são a migração e a violência. É



inegável que tais elementos perpassam a história das diásporas africanas, que se traduz na composição de novas cartografias culturais. Tanto é que o fenômeno das migrações, dos deslocamentos, tem proporcionado uma reconfiguração espacial, pelo fato de habitantes de países colonizados migrarem para várias partes do mundo e aí produzirem uma literatura que expressa esse deslocamento, como é o caso de “Tutuba, feiticeira negra de Salém”, da escritora caribenha Marize Condé e de “Amada”, de norte-americana Tony Morrison. Essa escrita da diáspora tem sido recebida com certa recusa, como se não estivesse apta a pertencer a um cânone. Assim, o lugar dessa literatura merece um debate, que, entre outras questões, também aponta para a definição, valor e para o tipo de escrita que reflete sobre a marginalização dos imigrantes de países colonizados, onde quer que aportem.

Coordenação: Isabel Cristina dos Santos Teixeira (Unilab)

GT 8: MIGRAÇÕES, MÍDIAS SOCIAIS E ARTE AFRO-DIASPÓRICA

Considerando que as minorias étnicas mantêm forte “identificação associativa” com culturas de origem, e que, na diáspora, as identidades se tornam múltiplas, este GT se propõe a ser um espaço acadêmico para apresentação e debate sobre as questões relativas à criação artística no contexto da Diáspora Africana que ponham em discussão aspectos referentes à experiência sensível com as obras, aos artistas e sua recepção pelo público, às estéticas e poéticas que se definem nesses processos, à subjetividade na experiência cultural com as linguagens artísticas e seus modos de singularização, ao estilo na criação artística e sua influência na comunidade (onde se insere a manifestação artística) e na sociedade mais ampla na qual esta se localiza. Se a identidade é questão histórica de vários povos com diversas origens, como pensa Stuart Hall, diversos processos de hibridização cultural podem ser estudados, como os fenômenos de transculturação, ou crioulização, no qual “grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir dos materiais a eles transmitidos pela cultura metropolitana dominante, processo da ‘zona de contato’” (HALL, 2006). Assim, no contexto da diáspora afro-americana (no qual se inserem as diásporas afro-cubanas, afro-jamaicanas e afro-brasileiras, entre outras) podem ser apresentados estudos e pesquisas relativas às mídias sociais e manifestações artísticas de caráter popular, como Maracatu, Afoxé, Coco-de-roda, Tambor de Crioula, Cacuriá, Ciranda, Samba, Jongo, Reggae, Salsa, Cumbia, Capoeira entre outras.

Coordenação: Francisca Rosália Silva Menezes; Salvio Fernandes de Melo; José Sérgio Amancio de Moura (Unilab); Ivan Maia (UFBA)

GT 9: MIGRAÇÕES, RACISMO, ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO

A proposta deste GT é a partir da Educação das Relações Étnico-Raciais refletir sobre migrações, racismo e antirracismo na educação, trazendo à baila as dimensões políticas, culturais e sociais do racismo e das desigualdades, perpassando pela escola na perpetuação e superação destas dimensões. Ancorando-se nos preceitos legais, como a Lei 10.639/2003 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em especial, da reformulação dos currículos aos desafios na formação de professores. Desta forma, este GT propõe dialogar com pesquisadores/as, estudantes, professores/as e comunidade, a respeito de suas pesquisas e experiências com as temáticas deste grupo.

Coordenação: Evaldo Ribeiro de Oliveira; Ivan Lima (Unilab)



GT 10: HISTÓRIA, MIGRAÇÃO E TRABALHADORES

O processo de formação social brasileiro, desde o tempo colonial, é marcado pelo fenômeno migratório. Migrações, mas também emigrações e então, imigrações definem, de pontos de vista diversos, a história e a trajetória de contingentes importantes da população, em cada período da história deste país. As consequências deste dado sobre a sociedade são evidentemente enormes na medida em que, por exemplo, relacionam o Brasil com uma série de outros lugares já que, conforme o sociólogo argelino Abdelmalek SAYAD, a imigração começa sempre com uma emigração e “o imigrante tem como duplo o emigrante”. Mesmo assim, e talvez por conta da diversidade extrema das situações migratórias (migração forçada dos africanos envolvidos no tráfico, migrações internas ligadas às frentes de expansão, expatriações dos portugueses nas colônias ou nomadismo sazonal dos grupos indígenas...), nos seus termos e nas suas causas, a historiografia, só recentemente e muitas vezes de forma não sistematizada, se voltou para enxergar a importância e a especificidade da problemática migratória. Da mesma forma, no Ceará, terra de muitas migrações e migrantes, o fenômeno parece, às vezes, tão “naturalizado” que impede que seja analisado na sua complexidade e do ponto de vista das condições inerentes à experiência migratória. Neste sentido, o presente GT se define como espaço de interlocução, de trocas em torno de experiências, de projetos e trabalhos de pesquisas voltados para a temática da Migração abordada numa perspectiva sócio-histórica.

Coordenação: Roberto Kennedy Gomes Franco; Edson Holanda Lima Barboza (Unilab)

GT 11: BRANQUITUDADE E VIOLENCIA NOS CENÁRIOS DAS DIÁSPORAS NEGRA

Esse GT pretende convergir pesquisas que articulem reflexões e discussões que contemplam a incidência e a recorrência de fatores racializantes (raça, etnia, religiosidade etc) que configuram o cenário de violência constante, geral e irrestrita (ainda que simbólica) que atingem as populações da diáspora negra. Admitindo que a colonialidade implica que marcadores identitários da diferença (religiosa, étnica, cultural) sejam racializados (GROSFOGUEL, 2011), concebemos que processos de preconceito e discriminação, hierarquizam e inferiorizam, por estas vias (entre outras) indivíduos e populações. Daí a necessidade de problematizarmos epistemologicamente a ideia e a categoria de “humanidade”.

Coordenação: Lourenço da Conceição Cardoso; Marina Pereira de Almeida Mello; Marcos Moraes da Silva (Unilab)

GT 12: IMIGRAÇÃO E PROCESSOS DE SAÚDE E DE ADOECIMENTO

Raramente a saúde é pensada como dimensão central na vida de imigrantes e de outros grupos em situação de trânsito, assumindo-se que sejam pessoas saudáveis e em outras ocasiões são vistos como portadores de doenças que ameaçam a saúde pública. Este GT propõe a discussão dos processos de adoecimento entre indivíduos, grupos imigrantes ou em situação de trânsito em contextos nacionais e internacionais, compreendendo a saúde e a doença para além de seus aspectos biológicos, tomando em conta os contextos sociais em que os sujeitos estão inseridos. Assim, analisa trabalhos, pesquisas, experiências e relatos de pesquisas acerca do ambiente, percepções e representações de saúde, narrativas individuais e coletivas sobre sofrimento e recuperação diante de enfermidades, terapias de cura, práticas médicas,



interações e acesso a sistemas de saúde, seja ele biomédico, estatal, privado, natural, tradicional e religioso. Via de regra, as mobilidades implicam sofrimentos, desenraizamento ou mesmo melhoria das condições de saúde, contra os quais, os indivíduos ativam distintos dispositivos para lidar com as mudanças desfavoráveis que, são influenciadas por categorias cruciais para estados de saúde e doença, quais sejam: redes clientelares, língua falada, raça, etnia, classe, *status*, renda, gênero, ou mesmo, as próprias condições de vida e de moradia.

Coordenação: Ercílio Langa (UFC); José Caldas (Unifor); Priciliana Barreto Moraes (UECE)

COMUNICAÇÕES APROVADAS

Apresentação no dia 19 de outubro de 2016, 14h

GT 1: DIÁSPORA AFRICANA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-ÁFRICA Coordenação: Bas'Ilele Malomalo; Elcimar Simão Martins (Unilab)		Auditório 2
Nº	Título	Autores
1	CABO VERDE: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO	Aminata Mendes; Bas'Ilele Malomalo
2	JUVENTUDE NA DIÁSPORA: PROTAGONISMO NAS FESTAS DE INDEPENDÊNCIA NA UNILAB	Alexandrino Moreira Lopes; Elcimar Simão Martins; Valdilane Santos Alexandre; Jacqueline Cunha da Serra Freire
3	COOPERAÇÃO BRASIL-MOÇAMBIQUE: MOVIMENTOS SOCIAIS E EXPANSÃO INTERNACIONAL DO CAPITAL PRIVADO EM MOÇAMBIQUE	Fará Vaz; Bas'Ilele Malomalo
4	AS RECIPROCIDADES NA COOPERAÇÃO SUL-SUL E A IMPORTÂNCIA DA CULTURA ENDÓGENO E DO MEIO AMBIENTE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA	Ivanilson Dinis Geraldo Monteiro; Bas'Ilele Malomalo
5	DIÁLOGO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO ÁFRICA-BRASIL NA PERSPECTIVA DE CARLOS LOPES	Rui da Costa Sanha; Bas'Ilele Malomalo
6	MIGRAÇÕES, RACISMO, ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO	Francisco Felipe Piccinini Dote; John Lennon Ferreira de Alencar
7	A FABRICAÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO PARA ILHA DO PRÍNCIPE E O ABRIGO AMBIENTAL E SOCIAL	Maria da Luz Fonseca de Carvalho
GT 2: MOBILIDADE HUMANA, URBANA E CIDADANIA Coordenação: Eduardo Machado; Ricardo Nascimento; Robson Cruz (Unilab)		Sala 205 – 2 Andar Bloco C
Nº	Título	Autores
1	NO DIA EM QUE FUI EMBORA: MIGRAÇÕES FORÇADAS E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO URBANO	Maria Leila Sales
2	TRAJETÓRIAS DOS ESTUDANTES GUINEENSES NA UNILAB: UMA ANÁLISE CONCEITUAL DA INTEGRAÇÃO NUMA UNIVERSIDADE	Calilo Fati; Mario Henrique Castro Benevides

INTERNACIONAL		
Nº	Título	Autores
3	TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES GUINEENSES NO BRASIL: DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO AO REGRESSO/RETORNO	Antônio Gislailson Delfino da Silva
4	MIGRAÇÃO ESTUDANTIL: UM ESTUDO SOBRE A MOBILIDADE DISCENTE DA UNILAB	Bruno Miranda Freitas; Matias Alves Neto
5	A DEBILIDADE DA EDUCAÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E O AUXÍLIO PARADIGMÁTICO DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	Manuel D' Assunção dos Nascimento José Da Costa
6	O MUNDO NÃO É TÃO GRANDE: EXPERIÊNCIAS ETNOGRÁFICAS ENTRE VIAJANTES 'INDEPENDENTES' DE LONGA DURAÇÃO	Igor Monteiro Silva
GT 3: EXPERIÊNCIAS, MOVIMENTOS E ASSOCIAÇÕES DOS/PARA OS IMIGRANTES		Sala 206 – 2 Andar Bloco C
Coordenação: Irmã Eleia Scariot (MSCS); Fabio Baggio (SIMI)		
Nº	Título	Autores
1	ORGANIZAÇÃO PARA EMPODERAMENTO DOS ESTUDANTES AFRICANOS NO ESTADO DO CEARÁ	Gino Pereira
2	MOVIMENTOS SOCIAIS E CULTURA AFRICANA NO ESTADO DO CEARÁ: CASO DOS ESTUDANTES DA GUINÉ-BISSAU/ÁFRICA	Antonio Correia Júnior; Edson Vicente da Silva
3	IMIGRAÇÃO ÁRABE PARA A EUROPA	Jean Brás Guerra
4	FILHOS DA ÁFRICA NA “TERRA DA LUZ”: ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO E A ADAPTAÇÃO NA VIDA ACADÊMICA DE ESTUDANTES AFRICANOS DO PEC-G EM FORTALEZA-CE	Carmosina Sibélia Silva Alencar
5	NO DIA EM QUE FUI EMBORA: MIGRAÇÕES FORÇADAS E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO URBANO	Antonia Danniele Jeska Torres De Oliveira
GT 4: EDUCAÇÃO, MIGRAÇÃO ESTUDANTIL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS		Sala 213 – 2 Andar Bloco C
Coordenação: Carlos Subuhana; Elisangela André da silva Costa; Jeannette Ramos Pouchain (UNILAB)		
Nº	Título	Autores
1	MIGRAÇÃO ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO	Francisco Dianini Farrapo; Ronaldo de Sousa Ferreira
2	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA SOB A PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE E DOS DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO CIVEJA	Elisangela André da Silva Costa; Amanda Arcelino da Silva Cavalcante; Bruno Miranda Freitas; Matias Neto Alves Ferreira; Maria Angerlane Sampaio
3	DAS MOTIVAÇÕES DOS/AS ESTUDANTES DO CURSO DE LETRAS DA UNILAB PELA DOCÊNCIA	Geranilde Costa e Silva; Ana Paula Sthel Caiado
4	PENSANDO SOBRE OS DIREITOS DE CIDADANIA DOS/AS ESTUDANTES AFRICANOS/AS NO BRASIL: ESTUDO DE CASO SOBRE A POLÍTICA DE	Osmaria Rosa Souza

	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	
5	MOBILIDADE INTERNACIONAL E SEUS SIGNIFICADOS PARA OS JOVENS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	Isaurora Cláudia Martins de Freitas
6	PRÁTICAS RELIGIOSAS E COTIDIANO DOS AFROISLÂMICOS NO CEARÁ	Ana Eliziane Sabino
	GT 5: LEGISLAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, REFÚGIO E TRÁFICO DE PESSOAS Coordenação: Lívia Maria Xerez (NETP/SEJUS); Sinara de Almeida (Unilab); Raquel Coelho de Freitas (UFC)	Sala 214 – 2 Andar Bloco C
Nº	Título	Autores
1	OS DESAFIOS NO ACESSO DO REFUGIADO AOS DIREITOS E SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL	Carlos Henrique P Piedade; Rodrigo Oliveira dos Anjos; Maria Rocha Sônia Sampaio
2	CONTENÇÃO E PRECARIZAÇÃO TERRITORIAL: CAMPO DE REFUGIADOS DE DADAAB NO QUÊNIA	Daniela Florêncio da Silva
3	“CONTOS QUE NÃO SÃO DE FADAS” E A ESTRATÉGIA DA ONU PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS REFUGIADAS AFRICANAS	Vanessa de Lima Marques Santiago; Maria Isabel Rocha Bezerra Sousa.
4	A ESCOLA COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	Veridiana Torres da Silva; Sinara Mota Neves de Almeida
5	TRAJETÓRIAS E PERMANÊNCIAS AFRICANO/ESTUDANTES GUINEENSES “TERRA DA LUZ”, FORTALEZA - CEARÁ	Renata Maria Franco Ribeiro
	GT 6: MIGRAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE Coordenação: Victor Macedo; Carlos Eduardo Bezerra (Unilab)	Sala 215 – 2 Andar Bloco C
Nº	Título	Autores
1	DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL E INFORMAL NA GUINÉ-BISSAU	Ada Joseliza Có; Bas Itele Malomalo
2	A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA GUINÉ-BISSAU	Celeste Silvia Vuap M'mende; Bas Itele Malomalo
3	AS RELAÇÕES DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR	Maria Marilene Banhos Nogueira, Anna Karina Cavalcante de Oliveira
4	ESTUDO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOS DIREITOS DA MULHER NO AMBIENTE ESCOLAR DE GUINÉ-BISSAU	Suzete Lopes
6	FEMINIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO: DIÁSPORA URBANA DE UMA AFRODESCENDENTE EM PONCIÁ VICÊNCIO (2003), DE CONCEIÇÃO EVARISTO	Denise Rocha

GT 7: MIGRAÇÃO, DIÁSPORA AFRICANA E LITERATURA Coordenação: Isabel Cristina dos Santos Teixeira (Unilab)	Sala 216 – 2 Andar Bloco C																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nº</th><th>Título</th><th>Autores</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td><td>A ÁFRICA DO SÉCULO XX NA LITERATURA PORTUGUESA: AS MARCAS EM MEMÓRIAS DE ELEFANTE, DE ANTONIO LOBO ANTUNES</td><td>Rafael Martins Nogueira</td></tr> <tr> <td>2</td><td>CARTA DA JUVENTUDE AFRICANA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DA DIÁSPORA JUVENIL NA UNILAB</td><td>Valdilane Alexandre; Alexandrino Moreira Lopes; Jacqueline Cunha da Serra Freire; Elcimar Simão Martins</td></tr> </tbody> </table>	Nº	Título	Autores	1	A ÁFRICA DO SÉCULO XX NA LITERATURA PORTUGUESA: AS MARCAS EM MEMÓRIAS DE ELEFANTE, DE ANTONIO LOBO ANTUNES	Rafael Martins Nogueira	2	CARTA DA JUVENTUDE AFRICANA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DA DIÁSPORA JUVENIL NA UNILAB	Valdilane Alexandre; Alexandrino Moreira Lopes; Jacqueline Cunha da Serra Freire; Elcimar Simão Martins																
Nº	Título	Autores																							
1	A ÁFRICA DO SÉCULO XX NA LITERATURA PORTUGUESA: AS MARCAS EM MEMÓRIAS DE ELEFANTE, DE ANTONIO LOBO ANTUNES	Rafael Martins Nogueira																							
2	CARTA DA JUVENTUDE AFRICANA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DA DIÁSPORA JUVENIL NA UNILAB	Valdilane Alexandre; Alexandrino Moreira Lopes; Jacqueline Cunha da Serra Freire; Elcimar Simão Martins																							
GT 8: MIGRAÇÕES, MÍDIAS SOCIAIS E ARTE AFRO-DIASPÓRICA Coordenação: Francisca Rosália Silva Menezes; Salvio Fernandes de Melo; José Sérgio Amancio de Moura (Unilab)	Sala 303 – 3 Andar Bloco C																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nº</th><th>Título</th><th>Autores</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td><td>BUMBA-MEU-BOI DE PRAIA: UMA MANIFESTAÇÃO AFRO-PERIFÉRICA</td><td>Liana Cavalcante Costa</td></tr> <tr> <td>2</td><td>MARACATU: PATRIMÔNIO IMATERIAL NA POLÍTICA CULTURAL DE FORTALEZA E SEU ENTRELACAMENTO COM AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS</td><td>Juliana Cristina R. S. Holanda</td></tr> <tr> <td>3</td><td>ESCRITAS DRAMATÚRGICAS EM EXPERIMENTOS CÊNICOS - BOI RAJADO OU A PEDRA QUE FLORESCEU</td><td>Francisca Rosália Silva Menezes</td></tr> </tbody> </table>	Nº	Título	Autores	1	BUMBA-MEU-BOI DE PRAIA: UMA MANIFESTAÇÃO AFRO-PERIFÉRICA	Liana Cavalcante Costa	2	MARACATU: PATRIMÔNIO IMATERIAL NA POLÍTICA CULTURAL DE FORTALEZA E SEU ENTRELACAMENTO COM AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS	Juliana Cristina R. S. Holanda	3	ESCRITAS DRAMATÚRGICAS EM EXPERIMENTOS CÊNICOS - BOI RAJADO OU A PEDRA QUE FLORESCEU	Francisca Rosália Silva Menezes													
Nº	Título	Autores																							
1	BUMBA-MEU-BOI DE PRAIA: UMA MANIFESTAÇÃO AFRO-PERIFÉRICA	Liana Cavalcante Costa																							
2	MARACATU: PATRIMÔNIO IMATERIAL NA POLÍTICA CULTURAL DE FORTALEZA E SEU ENTRELACAMENTO COM AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS	Juliana Cristina R. S. Holanda																							
3	ESCRITAS DRAMATÚRGICAS EM EXPERIMENTOS CÊNICOS - BOI RAJADO OU A PEDRA QUE FLORESCEU	Francisca Rosália Silva Menezes																							
GT 9: MIGRAÇÕES, RACISMO, ANTI-RACISMO E EDUCAÇÃO Coordenação: Evaldo Ribeiro de Oliveira; Ivan Lima (Unilab)	Sala 304 – 3 Andar Bloco C																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nº</th><th>Título</th><th>Autores</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td><td>SOBRE A PRÁTICA DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO SOB O PONTO DE VISTA DE PROFESSORES DO SISTEMA PÚBLICO</td><td>Antonia Danniele Jeska Torres de Oliveira</td></tr> <tr> <td>2</td><td>EDUCANDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: EPISTEMOLOGIA E CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE RAÍZES AFRICANAS</td><td>Evaldo Ribeiro Oliveira</td></tr> <tr> <td>3</td><td>OS CURSINHOS PRÉ-VESTIBULARES PARA NEGROS: UMA AÇÃO AFIRMATIVA NA VIDA DE JOVENS NEGROS</td><td>Felix Imbali Sá; Evaldo Ribeiro Oliveira</td></tr> <tr> <td>4</td><td>PROBLEMAS DE PERIODIZAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: A QUESTÃO DO PARADIGMA EUROCÊNTRICO</td><td>Fábio Eduardo Cressoni</td></tr> <tr> <td>5</td><td>O RACISMO NO LIVRO DIDÁTICO</td><td>Jorge Luiz da Silva Lira</td></tr> <tr> <td>6</td><td>LEI 10.639: INTERCULTURALIDADE E NEGRITUDE NA ESCOLA</td><td>Márcia Maria De Albuquerque</td></tr> <tr> <td>7</td><td>A LEI E SEUS SUJEITOS: UM OLHAR SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA REDE ESCOLAR DE MULUNGU-CE</td><td>Regilene Alves Vieira</td></tr> </tbody> </table>	Nº	Título	Autores	1	SOBRE A PRÁTICA DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO SOB O PONTO DE VISTA DE PROFESSORES DO SISTEMA PÚBLICO	Antonia Danniele Jeska Torres de Oliveira	2	EDUCANDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: EPISTEMOLOGIA E CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE RAÍZES AFRICANAS	Evaldo Ribeiro Oliveira	3	OS CURSINHOS PRÉ-VESTIBULARES PARA NEGROS: UMA AÇÃO AFIRMATIVA NA VIDA DE JOVENS NEGROS	Felix Imbali Sá; Evaldo Ribeiro Oliveira	4	PROBLEMAS DE PERIODIZAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: A QUESTÃO DO PARADIGMA EUROCÊNTRICO	Fábio Eduardo Cressoni	5	O RACISMO NO LIVRO DIDÁTICO	Jorge Luiz da Silva Lira	6	LEI 10.639: INTERCULTURALIDADE E NEGRITUDE NA ESCOLA	Márcia Maria De Albuquerque	7	A LEI E SEUS SUJEITOS: UM OLHAR SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA REDE ESCOLAR DE MULUNGU-CE	Regilene Alves Vieira	
Nº	Título	Autores																							
1	SOBRE A PRÁTICA DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO SOB O PONTO DE VISTA DE PROFESSORES DO SISTEMA PÚBLICO	Antonia Danniele Jeska Torres de Oliveira																							
2	EDUCANDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: EPISTEMOLOGIA E CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE RAÍZES AFRICANAS	Evaldo Ribeiro Oliveira																							
3	OS CURSINHOS PRÉ-VESTIBULARES PARA NEGROS: UMA AÇÃO AFIRMATIVA NA VIDA DE JOVENS NEGROS	Felix Imbali Sá; Evaldo Ribeiro Oliveira																							
4	PROBLEMAS DE PERIODIZAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: A QUESTÃO DO PARADIGMA EUROCÊNTRICO	Fábio Eduardo Cressoni																							
5	O RACISMO NO LIVRO DIDÁTICO	Jorge Luiz da Silva Lira																							
6	LEI 10.639: INTERCULTURALIDADE E NEGRITUDE NA ESCOLA	Márcia Maria De Albuquerque																							
7	A LEI E SEUS SUJEITOS: UM OLHAR SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA REDE ESCOLAR DE MULUNGU-CE	Regilene Alves Vieira																							
GT 10: HISTÓRIA, MIGRAÇÃO E TRABALHADORES	Sala 305 – 3 Andar Bloco C																								

Coordenação: Roberto Kennedy Gomes Franco; Edson Holanda Lima Barboza (Unilab)		
Nº	Título	Autores
1	TRABALHADORES PORTUGUESES NO COMÉRCIO DE FORTALEZA: OS CAIXEIROS 1830 – 1870	Gustavo Maciel
2	POR ONDE ANDOU NOSSA FAMÍLIA: HISTÓRIA E MIGRAÇÃO DE FAMÍLIAS AFRODESCENDENTES NO PÓS-ABOLIÇÃO	Kássia Mota de Sousa
3	DESLOCAMENTOS INDÍGENAS: PROCESSO SÓCIOHISTÓRICO DE MIGRAÇÃO DOS ÍNDIOS TREMEMBÉ DO CEARÁ.	Ronaldo de Queiroz Lima
4	OS ESCRAVIZADOS E AS RELAÇÕES COM OS POVOS INDÍGENAS	Francisco Pinheiros
5	ENTRE NARRATIVAS, USOS E ABUSOS: MIGRAÇÕES DE CEARENSES PARA A AMAZÔNIA (1877-1945)	Edson Holanda Lima Barboza
6	KANINDÉS DE ARATUBA: A HISTÓRIA CONTADA ATRAVÉS DO MUSEU E DOS RELATOS ORAIS	Thais Karine Madeiro de Queiroz
GT 11: BRANQUITUDADE E VIOLENCIA NOS CENÁRIOS DAS DIÁSPORAS NEGRA		Sala 306 – 3 Andar Bloco C
Coordenação: Lourenço da Conceição Cardoso; Marina Pereira de Almeida Mello (Unilab)		
Nº	Título	Autores
1	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E ETNICIDADE NO CONTEXTO DA DIÁSPORA AFRICANA	Peti Mama Gomes; Marina Pereira de Almeida
2	UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR SOBRE O CONCEITO DE RACISMO: DIÁLOGOS ENTRE OS ESTUDOS DE CARLOS MOORE, NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, E TEUN A. VAN DIJK, NA ANÁLISE DO DISCURSO	Paulo Cesar Alves Garcia
3	ALQUILÉ DESAFIO NEGRO EM DIÁSPORA	Paulo Sergio L. Cavalcante
4	O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO INTERCULTURAL ENTRE ESTUDANTES GUINEENSES E BRASILEIROS NA UNILAB	Marceano Saúde N'Dafá; Bas Tlele Malomalo
5	MIGRAÇÕES, RACISMO, ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO	Francisco Felipe Piccinini Dote; John Lennon Ferreira De Alencar
6	RACISMO CONTRA NEGROS BRASILEIROS (AS) E AFRICANOS (AS) NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ: UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO CEARÁ	Umaro Bassem; Bas Tlele Malomalo
GT 12: IMIGRAÇÃO E PROCESSOS DE SAÚDE E DE ADOECIMENTO		Sala 215 – 2 Andar Bloco C
Coordenação: Ercílio Langa (UFC); José Caldas (UniFor); Priciliiana Barreto Moraes (UECE).		



Nº	Título	Autores
1	DISCURSOS E VULNERABILIDADES NOS PROCESSOS DE SAÚDE E ADOECIMENTO DE ESTUDANTES AFRICANOS EM FORTALEZA	Ercílio Neves Brandão Langa
2	EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	Pedro Marinho dos Santos Junior

RESUMOS SIMPLES





GT 1: Diáspora africana e cooperação internacional Brasil-África

Coordenação: Basilele Malomalo; Sebastião André Alves de Lima Filho; Elcimar Simão Martins (Unilab)

CABO VERDE: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Aminata Mendes

Bacharel em Humanidades/Unilab

E-mail: mendes_aminata@yahoo.com

Basilele Malomalo

Docente do IHL/Unilab

E-mail: basilele@unilab.edu.br

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo da construção do Estado democrático de Cabo Verde e o esforço levado a cabo para o de desenvolvimento social e econômico ocorrido neste país, que se tornou independente em 1975 e foi governado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. É um pequeno arquipélago que passou por vários problemas, devido a sua fragilidade, como, longo período de seca, fome, escassos recursos naturais e poucos solos férteis para a agricultura. Mesmo com todos estes problemas que causaram a instabilidade de sobrevivência, os cabo-verdianos e os governantes conseguiram levar avante o projeto da independência e, conforme Maria da Luz Ramos, transformaram as ilhas num Estado de referência e de sucesso no contexto da África subsaariana, não só do ponto de vista econômico como também em termos políticos, pois a evolução da sua democracia é amiúde apontada como exemplar.

Palavras-chave: Cabo Verde. Democracia. Desenvolvimento.



JUVENTUDE NA DIÁSPORA: PROTAGONISMO NAS FESTAS DE INDEPENDÊNCIA NA UNILAB

Alexandrino Moreira Lopes, graduando – UNILAB
E-mail: all-lopes@hotmail.com

Elcimar Simão Martins, professor – UNILAB
E-mail: elcimar@unilab.edu.br

Valdilane Santos Alexandre, graduanda – UNILAB
E-mail: valdilanealexandre@gmail.com

Jacqueline Cunha da Serra Freire, professora – UNILAB
E-mail: jacqueline@unilab.edu.br

A diáspora é um fenômeno socio-histórico e cultural, marcado pelo deslocamento de indivíduos de seu país para outro. Em determinado momento, o Brasil recebeu africanos que vieram forçados para o trabalho escravo. Atualmente, em cooperação solidária, caracteriza-se pelo movimento de indivíduos de outros países que buscam o Brasil para estudar e/ou trabalhar, mas com o foco de retornar e contribuir com o desenvolvimento do seu local de origem. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) tem uma dupla missão: integração internacional e desenvolvimento regional. Irmanada com países africanos e do Timor Leste, que se expressam em língua portuguesa, a Unilab através do intrínseco diálogo entre pesquisa-ensino-extensão, tem sido palco para várias manifestações culturais organizadas e protagonizadas pela juventude na diáspora. Estudantes de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tome e Príncipe e Timor Leste anualmente comemoram na Unilab a data da independência de seus países, com músicas, danças, desfile, apresentação teatral, declamação de poesias, exibição e discussão de filmes e documentários, realização de oficinas, palestras, seminários, jogos, apresentação de pratos típicos e exposição de fotos. Com o objetivo de investigar o protagonismo da juventude na diáspora a partir das festas da independência na Unilab, o trabalho é pautado na abordagem qualitativa, utilizando a observação participante como estratégia de aproximação com a realidade. As manifestações se constituem como uma resistência cultural da juventude na diáspora, fortalecendo a lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da Rede de Ensino. As comemorações da independência revelam ainda o protagonismo da juventude africana e timorense na diáspora, constituindo-se como espaço de diálogo, (re) existência e (re) conhecimento da diversidade cultural.

Palavras-chave: Diáspora. Juventude. Resistência Cultural.



COOPERAÇÃO BRASIL-MOÇAMBIQUE: MOVIMENTOS SOCIAIS E EXPANSÃO INTERNACIONAL DO CAPITAL PRIVADO EM MOÇAMBIQUE

Fará Vaz

Bas'ilele Malomalo

O Brasil, no período que iniciou em 2003, redirecionou a sua política externa para o continente africano. A relação de cooperação do Brasil e Moçambique não foge de um processo de estruturas de dominação política, de apropriação econômica na dinâmica global, da contínua expansão e internacionalização do capital em busca de mercado e recursos, em que o país tornou-se um financiador, especializado na cooperação técnica para o desenvolvimento. ProSavana é programa de cooperação tripartida – Brasil, Japão e Moçambique – na agricultura de agronegócio e que se constitui em nosso objeto de estudo. O presente trabalho é um capítulo de pesquisa de graduação que pretende discutir a cooperação Brasil-Moçambique a partir do programa ProSavana em Nacala. A pesquisa tem como objetivos apreender a visão dos movimentos sociais, das comunidades e agricultores sobre o programa investigado e as possíveis relações de movimentos sociais nacionais e internacionais com a sociedade civil moçambicana, bem como compreender a resistência de movimentos sociais contra o ProSavana. Para tanto, combina a pesquisa bibliográfica e documental. Percebe que, uma dinâmica expansão do capital por meio de investimento direto privado nacional e internacional, constitui nas estruturas dinâmicas do poder. Percebe-se a ausência de diálogo e participação dos camponeses, o seu deslocamento e perda de terras por empresas de agronegócios, o que passa pela definição e respeito a soberania e autodeterminação dos povos.

Palavras-chave: Brasil-Moçambique. Camponeses. ProSavana.



AS RECIPROCIDADES NA COOPERAÇÃO SUL-SUL E A IMPORTÂNCIA DA CULTURA ENDÓGENA E DO MEIO AMBIENTE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA

Ivanilson Dinis Geraldo Monteiro
Estudante de Sociologia (UNILAB)
E-mail: ivanilsondinis@hotmail.com

Bas'ilele Malomalo

Este trabalho pretende estudar as reciprocidades na cooperação sul-sul, Brasil-África, e a importância da cultura endógena e do meio ambiente no que diz respeito ao processo de desenvolvimento da África. A África e o Brasil unidos pela geografia há milhões de anos, compartilham uma mesma história, desde o século XVI vinculado pelo tráfico transatlântico dos escravizados e das outras trocas comerciais que faziam sentido à época. Desde a abolição da escravatura desenvolveram-se estreitas relações que perduraram até a independência dos países africanos; ocasião em que começa a surgir um novo relacionamento entre este país (Brasil) e o continente africano, em particular, a região subsaariana.

Palavras-Chave: Cooperação Sul-Sul. Desenvolvimento. Meio Ambiente. Cultura endógena. África Subsaariana.



DIÁLOGO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO ÁFRICA-BRASIL NA PERSPECTIVA DE CARLOS LOPES

Rui da Costa Sanha

Graduando em Humanidades/UNILAB.

E-mail: ruicosta10-@outlook.com

Basilele Malomalo

Professor /UNILAB

E-mail: basilelemalomalo@unilab.edu.br

Este trabalho situa-se entre aqueles que investigam o pensamento social dos intelectuais africanos e, para isso, elegeu o de Carlos Lopes, que é nascido em Guiné-Bissau, formado em sociologia, história e estudos de desenvolvimento. É fundador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa e tem uma longa trajetória na diplomacia e nos organismos da ONU, sendo, atualmente secretário executivo da Comissão Econômica para a África da ONU e tem escrito vários artigos e livros sobre a cooperação internacional e desenvolvimento do seu continente. A nossa pesquisa visa analisar a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento entre Brasil-África e compreender o pensamento de Carlos Lopes sobre a cooperação internacional entre Brasil-África e a possibilidade desta última se desenvolver. A sua metodologia baseia-se na pesquisa bibliográfica e documental: dados de revistas, jornais, vídeos e mídias sociais. A hipótese defendida aqui é que para se desenvolver os países precisam investir em suas capacidades individuais, institucionais, sociais, econômicas, ambientais, administrativas e de direitos humanos.

Palavra chaves: Cooperação. Desenvolvimento. África-Brasil. Carlos Lopes.



GT 2: Mobilidade Humana, urbana e cidadania

Coordenação: Eduardo Machado; Ricardo Nascimento; Robson Cruz (Unilab)

TRAJETÓRIAS DOS ESTUDANTES GUINEENSES NA UNILAB: UMA ANÁLISE CONCEITUAL DA INTEGRAÇÃO NUMA UNIVERSIDADE INTERNACIONAL

Calilo Fati - Licenciando em Sociologia (UNILAB)
E-mail: faticalilo@hotmail.com

Mario Henrique Castro Benevides - Professor (UNILAB)
E-mail: mario.castro@unilab.edu.br

O trabalho em questão tem como objetivo analisar o processo de integração dos estudantes guineenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) através das suas relações com os demais estudantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que se encontram no mesmo espaço universitário – incluindo os estudantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tome e Príncipe e Timor-Leste. Procuramos especificamente: a) entender o sentido da integração para os sujeitos da pesquisa e como este repercutem no cotidiano de cada estudante; b) pensar os avanços e desafios do processo da integração dos alunos e alunas guineenses na (UNILAB); c) identificar se estão sendo criados espaços de debates e críticas construtivas com vistas a um intercâmbio dos países parceiros da UNILAB. O procedimento teórico-metodológico deste estudo envolveu uma pesquisa bibliográfica, na qual analisamos as categorias Integração, Interação e Ação Social a partir de autores, como: Weber et al (2012); Batista & Enumo, (2004); e Heleno (2014), como forma de compreender melhor o processo da integração na teoria social. Contamos ainda e de maneira central com uma pesquisa documental sobre a produção dos próprios estudantes da UNILAB acerca da integração, examinando Trabalhos de Conclusão do Curso - TCC sobre o tema, produzido nesta instituição. Ainda há pouca produção referente a essa temática na UNILAB. Dos trabalhos coletados, apenas dois TCC estão relacionados a essa temática. Um é de Iadira Antonio Impanta (2015), intitulado Estudantes guineenses na UNILAB, Ceará, Brasil: coexistência, representações interétnicas e questões de gênero, no qual fez um estudo analítico dos estudantes guineenses na UNILAB, a partir dos seus projetos de vida, conclui-se que os estudantes escolheram a UNILAB tendo em conta o processo histórico, sociocultural e linguístico que existe entre o Brasil e Guiné-Bissau. Já no TCC do aluno Manuel Nanque (2016), denominado Cooperação: política externa do Brasil com a África (1960-2010) mostrou o empenho do Brasil no que diz respeito à integração internacional dos espaços lusófonos através das relações de cooperação sul-sul do Brasil com a África, especificamente os países africanos da expressão portuguesa e de outros pelos acordos de cooperação no âmbito do acesso ao Ensino Superior no Brasil pelos países parceiros. À guisa de conclusão, observamos nos dois TCC analisados, a importância dos laços de amizade e dos interesses mútuos entre os dois continentes, dito de outra forma, ambos têm como preocupação a efetivação ao longo prazo das relações de cooperação sul-sul.

Palavras-chave: Estudos de trajetória. Migração. Integração Internacional. UNILAB.



MIGRAÇÃO ESTUDANTIL: UM ESTUDO SOBRE A MOBILIDADE DISCENTE DA UNILAB

Bruno Miranda Freitas

Graduando – UNILAB

E-mail: brunim1991@hotmail.com

Matias Alves Neto

Graduando – UNILAB

E-mail: matias.gti.1209@gmail.com

Visando à missão institucional da UNILAB, que é permitir a formação técnica e científica de seus estudantes e ao mesmo tempo cultural e humanística, com base no convívio, aprendizagem e integração sociocultural, o presente trabalho tem como objetivo relatar experiências e motivações de alunos da referida universidade a participar da mobilidade estudantil entre os países parceiros (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) e o Brasil, visto que o intercâmbio abrange a vivência de condições adequadas que contribuem com a formação e o aperfeiçoamento dos discentes, objetivando a conquista de novas experiências e a interação com outras culturas. Metodologicamente, foram realizadas entrevistas com estudantes de cada nacionalidade, de ambos os性os, com faixa etária de 22 a 29 anos de idade. Foi possível perceber que a maioria dos entrevistados afirmou que os motivos que os levaram a sair de seus países de origem foram à busca de novas experiências e o conhecimento de novas culturas. Entre os desafios encontrados, o que mais foi citado, foi o “choque de culturas” e a adaptação sociocultural. Mesmo todos falando a mesma língua, houve certa dificuldade na comunicação entre estrangeiros e comunidade local, onde está localizada a universidade. Contudo, os estudantes afirmaram que este período de permanência em outro país vai dinamizar o seu espectro de conhecimentos em relação às culturas vivenciadas no país que os recebeu. Durante este estudo foi possível constatar que a mobilidade estudantil pode ocasionar uma troca de experiências cujo resultado poderá ser a valorização de sua própria identidade.

Palavras-chave: Mobilidade estudantil. Cultura. Experiências. Desafios.



TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES GUINEENSES NO BRASIL: DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO AO REGRESSO/RETORNO

Antônio Gislailson Delfino da Silva

Graduando em Sociologia - UNILAB

E-mail: gislailsondelfino@yahoo.com.br

Este trabalho analisa os processos de integração de estudantes de Ensino Superior, oriundos da República de Guiné-Bissau, no ambiente de chegada – o Estado do Ceará/Brasil, mais especificamente nos *campi* da UNILAB – e de retorno ao seu espaço de origem. As análises partilham dados de estudos bibliográficos, relatos e entrevistas com estudantes guineenses, residentes no Brasil e também com os já retornados para Guiné- Bissau. Para isso, procurou-se destacar aspectos econômicos, culturais, familiares e afetivos de suas trajetórias em ambos os espaços, ao lado do conceito de migração temporária.

Palavras-chave: Estudantes Guineenses. Integração. Migração temporária. UNILAB



O MUNDO NÃO É TÃO GRANDE: EXPERIÊNCIAS ETNOGRÁFICAS ENTRE VIAJANTES 'INDEPENDENTES' DE LONGA DURAÇÃO.

Igor Monteiro Silva

Doutor em Sociologia

Bolsista de Pós-Doutorado (UFC)

E-mail: monteiro_igor@yahoo.com.br

As viagens “independentes” de longa duração são caracterizadas por seus praticantes a partir da distinção frente às “práticas turísticas institucionalizadas”. Enquanto os primeiros buscam uma experiência de deslocamento alargado em termos espaciais e temporais, priorizando o contato com as comunidades visitadas e demais viajantes, os turistas – segundo os termos deste segmento também conhecido como mochileiro ou *backpacker* – resignam-se ao abrigo de um tipo de “bolha ambiental”. A presente comunicação objetiva, justamente, explorar este universo de práticas e sentidos construído pelos sujeitos das viagens “independentes”, tendo como matéria empírica privilegiada as situações concretas de interação, as configurações de relações de troca, de tensão, de conflito, e, igualmente, os momentos de invenção, de criação e de elaboração de discursos presentes em uma – alegada – maneira singular de viajar.

Palavras-chave: Viagens. Turismo. Mobilidade.



A DEBILIDADE DA EDUCAÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E O AUXÍLIO PARADIGMÁTICO DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

Manuel D' Assunção dos Nascimento José da Costa

Bacharel em direito – UFC

E-mail: costa_manuell1@hotmail.com

Muitos eventos, a nível nacional e internacional, já foram realizados, com vistas a enfatizar a importância da educação. No entanto, a formação educacional, em diversos lugares, sobretudo nos países subdesenvolvidos, como é o caso de São Tomé e Príncipe, não tem correspondido às expectativas afirmativas desse direito. Segundo os dados assinalados pelo Ministério da Educação e Cultura do país, o ensino depara com o problema de incapacitação de quadro docente, ausência de livros, centralização do ensino e más condições de instalações; e no contexto do curso técnico, poucas são as diversidades na área de formação e após o término da referida formação os enquadramentos profissionais são quase inexistentes. Observa-se que o transtorno para efetivação desse direito, se deve, em parte, à vulnerabilidade econômica que assola a nação. Nesse diapasão, e atendendo a referida vulnerabilidade, a qual afeta, consequentemente, o Ministério da Educação, o país tem contado com o auxílio internacional, cujo contributo é notável. À vista disso, entende-se pertinente debruçar sobre a debilidade da educação em São Tomé e Príncipe e a sua dinâmica com achego das comunidades internacionais, dando ênfase na cooperação brasileira. Acredita-se que essas cooperações são de suma importância, pois, além de auxiliar no desenvolvimento social e econômico, também constitui um veículo para fortalecer amizades internacionais, além de ampliar a cidadania internacional, considerando, aqui, a mobilidade humana definida pelo *status* da “sociedade civil internacional”. O trabalho teve, em especial, as seguintes fundamentações teóricas: Rousseau (1995), Freire (1996), Bonavides (2007), Constituição de São Tomé e Príncipe (2003). Utilizou-se, igualmente, subsídio das fontes virtuais que tratam do assunto, incluído aqui, documento oficial do governo santomense, *site* da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab); Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) etc. Observa-se que a pesquisa restringiu-se ao levantamento bibliográfico e documental. Importante esclarecer que não se pretende destacar todas as minúcias da deficiência do ensino local, o que se pretende é enfatizar o quanto da importância do adjutório internacional frente a essas debilidades. Enfim, percebe-se que desde a proclamação da independência, em 1975 até a atualidade, houve desenvoltura relativa à educação, porém, há muito a desejar, sobretudo realizações práticas. Por isso, entende-se necessária a promoção de mais debates sobre o assunto. Lembre-se onde há debate há crítica, e onde há crítica há espaço para o melhor. Eis, a verdadeira motivação que deu causa ao presente estudo.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe. Debilidade na educação. Cooperação internacional.



NO DIA EM QUE FUI EMBORA: MIGRAÇÕES FORÇADAS E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO URBANO

Maria Leila Sales

Pós-doutora em Serviço Social

Pesquisadora do LEUS - PUC/RJ

Email: mcolibri27@gmail.com

O presente artigo procura explorar a complexa relação existente entre os grandes fluxos migratórios e os países envolvidos nos processos de emissão e recepção de imigrantes e refugiados. A discussão aqui proposta objetiva verificar como esse movimento repleto de tensões questiona e altera os eixos de poder estabelecidos pelos governos na produção e reprodução do espaço urbano. Isso se deve em parte ao surgimento de ações sociais, culturais e políticas que buscam efetivar propostas direcionadas às demandas trazidas pelas novas configurações da sociedade, resultantes das mudanças no cenário mundial e aqui, mais especificamente, na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Refúgio. Espaço Urbano. Direitos Humanos. Estado-nação. Política.



GT 3: Experiências, Movimentos e Associações dos/para os Imigrantes
Coordenação: Irmã Eleia Scariot (MSCS); Fabio Baggio (SIMI).

**ORGANIZAÇÃO PARA EMPODERAMENTO DOS ESTUDANTES
AFRICANOS NO ESTADO DO CEARÁ**

Gino Pereira

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC)

E-mail: pereiragino@yahoo.com.br

A presença de estudantes do continente africano no território brasileiro tem se intensificado nas últimas décadas, principalmente de alunos oriundos de países lusófonos: Guiné Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe, com os quais o Brasil vem produzindo e mantendo programas de ajuda e de cooperação desde meados de 2004. Segundo a Delegacia de Polícia de Migração (DPI) até 2015, 2.025 estudantes africanos foram registrados na DPI do Ceará. A Guiné-Bissau lidera, com 1.072 estudantes; Cabo-Verde possui 647, São Tomé e Príncipe 130, Angola 121, Moçambique 53, Nigéria 01 e Kenya 01. Assim alunos matriculados em Fortaleza (70%), Redenção (25%), Sobral (3%) e Barbalha (2%). Este trabalho pretende apresentar trajetórias dos estudantes africanos no Estado do Ceará, sua organização para fortalecimento de suas lutas e conquistas, experiências e debates, seus avanços, limites e desafios para acesso às políticas públicas. Analisando a situação atual de suas demandas, os estudantes se deparam com as dificuldades do novo e desafiante cenário em seus *campi*: a adaptação à vida em outra cultura e longe da família, assumem despesas de moradia, alimentação e material didático para estudos. Sem apoio institucional para regularização do visto no país, também sofrem com a discriminação racial e o preconceito.

Palavras-chave: Empoderamento estudantil. Organização. Lutas e conquistas.



MOVIMENTOS SOCIAIS E CULTURA AFRICANA NO ESTADO DO CEARÁ: CASO DOS ESTUDANTES DA GUINÉ-BISSAU/AFRICA

Antonio Correia Junior

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente –UFC
E-mail: antonio.correiajunior@hotmail.com

Edson Vicente da Silva

Doutor, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFC

Este artigo visa a abordar as vivências e estratégias dos estudantes guineenses na resolução das limitações socioeconômicas juntos às suas instituições de ensino privado no Município de Fortaleza. Os movimentos sociais africanos no Estado do Ceará surgiram em 2010 pelos estudantes guineenses, na maioria estudantes das instituições privadas que enfrentaram dificuldades econômicas, comprometendo o delineamento dos seus processos de formação. Tais dificuldades se desencadearam, dentre outros fatores, ao descumprimento de acordo firmado entre estes e as respectivas instituições de ensino privado, escolhidas para a efetivação das suas formações acadêmicas. Na tentativa de minimizar os problemas, os alunos se articularam em busca dos seus direitos, como possibilidade para continuar com os estudos, dando origem ao primeiro movimento social estudantil africano no Estado, denominado, Movimento Pastoral Africano, que tinha como finalidades, facilitar a integração dos africanos sem desconsiderar os seus valores culturais e religiosos, garantindo que cada estudante possa realizar com maior amparo e firmeza as suas ambições acadêmicas, demonstrando aos estudantes africanos a importância do seu retorno à terra natal após o término do curso.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais; Cultura; Educação; Imigração.



FILHOS DA ÁFRICA NA “TERRA DA LUZ”: ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO E A ADAPTAÇÃO NA VIDA ACADÊMICA DE ESTUDANTES AFRICANOS DO PEC-G EM FORTALEZA-CE

Carmosina Sibélia Silva Alencar

Professora da rede municipal de ensino de Fortaleza

Prof. Me. Paulo Henrique Barbosa Sousa

Professor da pós-graduação da Faculdade Ateneu

Mestre pela Faculdade Gama Filho

Membro do Núcleo de Estudos do comportamento Humano/UFC

O objetivo deste trabalho é apresentar uma pesquisa realizada com os participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) sobre o processo de inserção e adaptação na vida acadêmica, com um recorte para os estudantes africanos matriculados na Universidade Federal do Ceará (UFC), no município de Fortaleza. Para responder ao questionamento levantado durante a investigação, foi realizado um estudo de caso, através da qual se coletou dados por meio da aplicação de questionários e realização de entrevistas com os estudantes africanos do PEC-G. Dessa forma, pode-se conhecer o processo de mobilidade acadêmica que a Universidade Federal do Ceará - UFC mantém com os países africanos; identificar os motivos que levam os estudantes africanos a migrarem para o Brasil; conhecer os estudantes africanos do PEC-G matriculados na Universidade Federal do Ceará – UFC; e identificar e analisar através das percepções dos estudantes africanos as relações tecidas com os estudantes brasileiros. Ao longo do trabalho se faz um resgate histórico da diáspora africana do século XVI à atualidade, abordam-se os acordos de cooperação educacional estabelecidos entre Brasil e África, bem como, reflete-se sobre a inclusão, no ensino formal, da história dos africanos que migram atualmente para o Brasil. A relevância deste estudo consiste em possibilitar um aprofundamento teórico sobre a contribuição da mobilidade acadêmica, tanto no processo de formação pessoal e acadêmica dos estudantes africanos como dos brasileiros.

Palavras-chave: Diáspora africana. Mobilidade acadêmica. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Ensino da História da África.



IMIGRAÇÃO ÁRABE PARA A EUROPA

Jean Brás Guerra

Aluno do curso de bacharelado em filosofia pela Faculdade Católica de Fortaleza
Missionário da Comunidade Católica Shalom

O presente artigo aborda a problemática do grande fluxo de imigrantes provindos da África e do Oriente médio que tem causado um grande caos em todo o continente europeu, gerando graves consequências e deixando abertos inúmeros problemas. Estes ocorridos influenciam diretamente na vida de milhões de pessoas e afetam diretamente a política, a economia, a cultura e a estrutura de inúmeras regiões europeias, africanas e árabes. É preciso avaliar as causas, analisar cada fato com os seus efeitos e buscar um olhar amplo acerca dos acontecimentos. Com este objetivo, será possível de fato atingir uma solução plausível que ponha fim a este problema buscando ir além dos interesses políticos e econômicos, enfatizando a dignidade do homem enquanto homem com direitos éticos, culturais e sociais.

Palavras-chave: Inverno árabe. Caos europeu. Xenofobia.



GT 4: Educação, Migração Estudantil, Políticas Públicas e Institucionais
Coordenação: Carlos Subuhana; Elisangela André da Silva Costa; Jeannette Ramos Pouchain (UNILAB).

MIGRAÇÃO ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO

**Francisco Dianini Farrapo
Ronaldo de Sousa Ferreira**

Graduandos do Bacharelado em Filosofia da Faculdade Católica de Fortaleza

O ensino de pós-graduação no Brasil e no exterior apresenta diferentes condições e implicações que podem acarretar, mesmo com a vasta amplidão de ofertas de cursos superiores em nosso país, grande escala de emigração, buscando satisfazer um desejo de pesquisar sobre determinada área que não encontra correspondência ou retorno em sua própria nação. Dessa forma, e considerando a importância da obtenção deste grau de ensino, esse processo de emigração requer do estudante uma disponibilidade a novos contextos sociais, culturais e econômicos. Sendo assim, muitas opções de intercâmbio surgem em vista de um melhor aprendizado, que pressupõe, mesmo que não se deseje uma desvalorização de tantos outros aspectos positivos que existem onde se está, supervalorizando o advindo externamente.

Palavras-chave: Ensino. Pós-Graduação. Emigração. Intercâmbio.



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA SOB A PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE E DOS DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO CIVEJA

Elisangela André da Silva Costa

Professora do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza – UNILAB

E-mail: elisangelaandre@unilab.edu.br

Amanda Arcelino da Silva Cavalcante

Bruno Miranda Freitas

Matias Neto Alves Ferreira

Maria Angerlane Sampaio

Estudantes do Curso de Ciências da Natureza e Matemática – UNILAB

O Circuito Intercultural de Vivências em Educação de Jovens e Adultos – CIVEJA é uma ação de extensão universitária ancorada no tripé da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, concebido como um intercâmbio de múltiplos olhares. A educação de jovens e adultos – EJA, considerando o legado deixado por Paulo Freire para a educação popular, tem fundamentado suas ações na valorização dos sujeitos do processo ensino-aprendizagem e na sua existência. As experiências de exclusão vividas pelos jovens e adultos pouco ou não escolarizados se constituem como pontos de partida para problematização e leitura crítica da realidade. Cartas a Guiné Bissau, obra escrita por Freire entre 1975 e 1976, é uma importante referência política, pedagógica e epistemológica para a educação no Brasil e na África. Ao retomar os escritos e experiências do autor na alfabetização de adultos em Guiné Bissau, verifica-se a presença da discussão sobre cooperação, respeito à diversidade e direitos humanos. Tomando estes elementos como referência, o CIVEJA elegeu estes referenciais como eixos no processo de formação de professores de EJA no Maciço de Baturité. O presente estudo objetiva refletir sobre as aprendizagens da diversidade e dos direitos humanos na experiência formativa promovida pelo CIVEJA. Os resultados apontam que a diversidade e os direitos humanos precisam avançar da perspectiva da proclamação para a vivência e que a oportunidade de interação entre os sujeitos das mais variadas nacionalidades no contexto da UNILAB coopera de maneira significativa para a aprendizagem desses elementos.

Palavras-chave: EJA. Formação de professores. Diversidade. Direitos Humanos.



DAS MOTIVAÇÕES DOS/AS ESTUDANTES DO CURSO DE LETRAS DA UNILAB PELA DOCÊNCIA

Geranilde Costa e Silva

Professora do Instituto de Humanidades e Letras – UNILAB

E-mail: geranildecosta@unilab.edu.br

Ana Paula Sthel Caiado

Professora do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza – UNILAB

E-mail: apcaiado@unilab.edu.br

Apresentamos dados parciais da pesquisa intitulada Histórias de vida de estudantes brasileiros/as, africanos/as e timorenses da Unilab: motivações pela docência. A mesma se utiliza da Pretagogia, um referencial teórico-metodológico de base africana. Estudo organizado em 02 (dois) momentos, sendo o primeiro, a fase quantitativa (em execução) com a aplicação de questionários junto aos/as discentes de cada licenciatura. Já a segunda etapa se refere à produção de dados com entrevistas junto a 02 (dois) estudantes de cada licenciatura. Do total de 254 estudantes da Letras em 2016.1, 09 responderam aos questionários, sendo 05 homens (04 brasileiros e 01 guineense) e 04 mulheres (03 brasileiras e uma cabo-verdiana). No que se refere à motivação primeira dos estudantes do sexo masculino, esses justificaram os seguintes itens: a) vocação; b) teve professores que o inspiraram; c) importância da profissão para si; d) uma alternativa de atividade profissional. Já o guineense apontou a importância da profissão para o desenvolvimento do seu país. Já quanto às estudantes, as brasileiras citaram: a) vocação; b) teve professores/as que o inspiraram; c) não ter condições financeiras para frequentar outro curso. Já a estudante cabo-verdiana justificou a vocação. Esses/as alunos/as também foram indagados/as quanto às pretensões de exercício profissional, sendo exposto por todos os 05 homens (brasileiros e estrangeiro) apenas a intenção em seguir carreira acadêmica (mestrado e doutorado). Das 04 discentes, apenas uma (brasileira) manifestou a intenção em exercer a docência em escolas. A partir das motivações apresentadas pelos/as discentes do curso de Letras da Unilab é possível tecer as seguintes avaliações: a) a crença na existência do elemento vocação para o exercício da docência; b) escolheram a docência influenciados por experiências exitosas junto aos seus/as professores/as; c) existem muitos estudantes nessa licenciatura que não pretendem seguir a carreira docente além do indicativo expressivo acerca de estudantes que não pretendem ser professor da Educação Básica. Tais resultados ainda que parciais apontam que muitos/as dos/as estudantes da Licenciatura em Letras não se interessam ou se interessam apenas pela docência em nível superior, o que atende apenas a um, dos cinco perfis do egresso pretendido por esse curso, que é a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação, como desenvolvimento de pesquisas na área de Linguística ou de Literatura, com vistas ao ingresso na carreira do ensino superior.

Palavras-chave: Licenciatura em Letras. Motivações pela docência. Unilab.



MOBILIDADE INTERNACIONAL E SEUS SIGNIFICADOS PARA OS JOVENS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Isaurora Cláudia Martins de Freitas

Doutora em Sociologia

E-mail: isaurora68@gmail.com

Dentre as políticas voltadas para a internacionalização das Instituições de Ensino Superior no Brasil, destacou-se nos últimos cinco anos o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que possibilitou a mobilidade acadêmica internacional de estudantes e pesquisadores brasileiros, bem como a vinda ao país de pesquisadores estrangeiros. A comunicação apresenta alguns resultados de uma pesquisa qualitativa, realizada no período de agosto de 2014 a julho de 2015, que acompanhou a experiência de estudantes de graduação de universidades cearenses que fizeram intercâmbio, através do referido Programa, em dois países da Europa: Espanha e França. Tomando como referencial as teorias contemporâneas sobre juventudes e sobre mobilidade, a pesquisa, realizada com recursos da CAPES, permitiu ter acesso aos modos de operacionalização do Ciência sem Fronteiras, às vivências desenvolvidas pelos jovens no período de intercâmbio e também aos significados que eles atribuem à experiência de mobilidade internacional a que tiveram acesso.

Palavras-chave: Jovens. Mobilidade Internacional. Ciência sem Fronteiras. Significados.



PENSANDO SOBRE OS DIREITOS DE CIDADANIA DOS/AS ESTUDANTES AFRICANOS/AS NO BRASIL: ESTUDO DE CASO SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Osmaria Rosa Souza

Assistente Social. Mestranda do PPG em Políticas Sociais e Cidadania UCSAL/ FAPESB
E-mail: mari.pamais@gmail.com

Nosso trabalho tem como objetivo analisar o papel desempenhado pela Política de Assistência Estudantil na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), com a finalidade de identificar até que ponto as ações tomadas no âmbito desta assistência, inserida na Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE), levam em conta a integração e a internacionalização, enquanto princípios que norteiam o projeto desta universidade. Para isto, também analisaremos como a interseccionalidade se faz presente nas tomadas de decisões dos/as gestores/as, bem como dos/das profissionais que atuam diretamente na operacionalização da política junto as demais pró-reitorias e instituições públicas presentes no Maciço do Baturité, como estratégia viabilizadora dos direitos sociais dos/as estudantes africanos/as.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil. Unilab. Interseccionalidade. Estudantes africanos/as.



PRÁTICAS RELIGIOSAS E COTIDIANO DOS AFROISLÂMICOS NO CEARÁ

Ana Eliziane Sabino

Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – Unilab

E-mail: lizsabino@yahoo.com.br

Basilele Malomalo

Professor Adjunto do Instituto de Humanidades e Letras – Unilab

E-mail: basilelemalomalo@unilab.edu.br

O presente resumo tem como finalidade apresentar os aspectos iniciais de uma pesquisa de mestrado, financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP. A pesquisa em questão objetiva a compreensão do cotidiano e práticas religiosas dos indivíduos praticantes da religião islâmica, os muçulmanos, que vieram para o Ceará, tendo suas origens em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Sendo estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, os sujeitos desta pesquisa se deparam com uma realidade de diferença cultural, por vezes incompreendida pelos demais grupos sociais, envolvendo a religião da qual são seguidores, além dos estereótipos socialmente construídos ligados aos africanos e muçulmanos. Por meio da identificação do grupo social e de uma etnografia, o estudo se debruça sobre as falas, práticas sociais e interpretação dos muçulmanos em relação à própria realidade dos mesmos, no tocante à interação entre eles e com as pessoas que não são muçulmanas. A fim de compreender como lidam diante das diferenças culturais observadas, o esforço de se estabelecer um roteiro de fala no qual os participantes relatam suas experiências relacionadas à prática da religião e de que maneira as informações fornecidas pelos meios de comunicação, seja por meio de telenovelas, jornais, páginas eletrônicas, influencia nessas interações, é pontual para o desenvolvimento metodológico desta pesquisa. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, dialogando história e ciências sociais, elabora-se um estudo de análise e entendimento das subjetividades e dos diálogos interculturais.

Palavras-chave: Muçulmanos Africanos. Islã. Práticas Religiosas. Cotidiano.



GT 5: Legislação, Direitos Humanos, Refúgio e tráfico de pessoas
Coordenação: Lívia Maria Xerez (NETP/SEJUS); Sinara de Almeida (Unilab); Raquel Coelho de Freitas (UFC).

OS DESAFIOS NO ACESSO DO REFUGIADO AOS DIREITOS E SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL

Carlos Henrique P Piedade

Graduando em Geografia e Bolsista do Observatório da Vida Estudantil (OVE) UFBA
E-mail:lamarca854@hotmail.com

Rodrigo Oliveira dos Anjos

Geógrafo e professor da educação básica na rede privada e pública do estado da Bahia

Maria Rocha Sônia Sampaio

Professora Titular do Instituto de Artes, Humanidades e Ciências – UFBA

Nestes últimos anos, o mundo convive com uma das maiores crises humanitárias pós 2^a guerra mundial: a intensificação dos *fluxos migratórios mistos* de pessoas que – em busca de refúgio, proteção ou melhoria econômica – se deslocam para outras regiões, especialmente em direção à Europa e à América Latina. As violentas repressões em regiões da África, as guerras na Líbia, Síria e Iraque, além da ausência de políticas de ajuda humanitária nos países adjacentes, contribuíram para o deslocamento de cerca de 17 milhões de pessoas, parte delas resultado de graves violações contra a vida – condição que, juridicamente, as classifica como refugiadas. O Brasil, signatário de diversos acordos, normas e tratados internacionais que objetivam receber, acolher e integrar pessoas na condição de refugiadas, é conceituado, na política global, por ter uma das mais modernas e amplas leis de refúgio em vigor, a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que regulamenta os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados. Vale ressaltar que, em solo nacional, o refugiado, quando formalizado de acordo com esta lei, passa a ter acesso a um conjunto de direitos e serviços públicos, dentre eles, saúde, trabalho e educação. No presente trabalho fazemos uma abordagem bibliográfica e contextual acerca dos principais desafios enfrentados por esta população para ter acesso aos direitos e serviços previstos na legislação brasileira. Serão abordados os conjuntos de iniciativas e inovações caracterizadas pelo “tripé interativo” – sociedade civil, organizações internacionais (ACNUR) e Estado –, no âmbito da assistência humanitária, jurídica e integração local desse público específico.

Palavras-chave: Brasil. Políticas de refúgio. Refugiados. Rede Solidária. Serviços públicos.



CONTENÇÃO E PRECARIZAÇÃO TERRITORIAL: CAMPO DE REFUGIADOS DE DADAAB NO QUÊNIA

Daniela Florêncio da Silva

Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: danifs_br@yahoo.com.br

Essa pesquisa aborda o processo de contenção e precarização territorial existente no campo de refugiados de Dadaab no Quênia. Formado em 1991 pela migração forçada do povo somali, em virtude da eclosão da guerra civil em seu país, esse campo de refugiados, hoje, abriga 348 mil pessoas de diferentes nacionalidades e contextos de deslocamento forçado. Formado em uma conjuntura de “emergência humanitária” e pelo forte controle da mobilidade dos refugiados exercido pelo governo queniano, Dadaab transformou-se em um território de exceção, através de uma política de contenção territorial informal adotada por esse governo. A dimensão desse fenômeno, de extrema precarização territorial, não é só percebida por ser o maior campo de refugiados do mundo, mas pela complexidade de fatores envolvidos em sua formação, onde a suspensão dessas vidas vai além do contexto jurídico, desencadeando uma descontinuidade espacial, segregação e uma reterritorialização precária dos refugiados. Apesar das restrições de mobilidade e de práticas espaciais no território queniano, os refugiados do campo de Dadaab desenvolvem resistência e processos de contornamento das diversas imposições a sua integração social.

Palavras-chave: Contenção Territorial. Reterritorialização Precária. Território de Exceção. Campo de refugiados de Dadaab (Quênia).



“CONTOS QUE NÃO SÃO DE FADAS” E A ESTRATÉGIA DA ONU PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS REFUGIADAS AFRICANAS

Vanessa de Lima Marques Santiago

Mestranda em Direito Constitucional (UFC) e membro do Nudi-Jus

Maria Isabel Rocha Bezerra Sousa

Advogada, especialista em Psicologia social, membro do Nudi-JUS e do Fórum DCA

O presente trabalho surgiu no contexto das reflexões suscitadas no âmbito da disciplina direito dos refugiados e do Núcleo de Estudos Direitos, Infância e Justiça da Faculdade de Direito da UFC. O contexto político atual conflituoso, entre diversos grupos paramilitares e representantes dos Estados de países africanos, tem aprofundando as vulnerabilidades e as violações de direitos, especialmente, quanto ao público infantil. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança destaca a importância da proteção e da defesa dos direitos de todas as pessoas menores de 18 anos, enfatizando sua condição peculiar de desenvolvimento. Desta forma, o reconhecimento desse dever implica em ações públicas e particulares, como elaboração de legislação e políticas que garantam direitos fundamentais, entre os quais, educação, moradia, saúde. A realidade de perseguição aos familiares e/ou diretamente às crianças em diversos países africanos tem dado causa à migração e à busca de refúgio por parte de milhares delas. Segundo informa a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), atualmente, existem cerca de 65 milhões de pessoas refugiadas, estando cerca de 70% concentrada em países do continente africano, incluindo o Oriente Médio. Deste total, aproximadamente 30 milhões são menores de idade. Este número dobrou entre 2005 e 2015. Segundo relatórios do Unicef, esta população tem sofrido violências psicológicas, físicas e sociais, com a negação de direitos como saúde e educação. Neste cenário, faz-se fundamental problematizar como os instrumentos normativos internacionais de direitos humanos (humanitário e de refugiado incluso) têm mobilizado a agenda da ONU para promover os direitos deste segmento social e como as estratégias midiáticas têm conseguido comunicar este grave quadro e engajar atores na sua transformação. Desse modo, fazendo uso dos métodos explicativo, observacional e descritivo, além de técnicas bibliográficas, destacam-se, no presente texto, iniciativas como a série “Contos que não são de fadas”, bem como visitas por embaixadores da boa vontade, shows e mostras benéficas, dentre outras.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Mobilização Social. Crianças Refugiadas.



OS PRIMEIROS PASSOS DO GRUPO DE TRABALHO PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE ATENÇÃO AO MIGRANTE E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS DO CEARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA LOCAL

Lívia Maria Xerez de Azevedo

Advogada. Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), da (SEJUS).
E-mail: livia.maría.xerez@gmail.com

Este escrito busca compartilhar breve relato sobre as atividades do grupo de trabalho organizado para discutir e formalizar o Comitê Estadual de Atenção ao Migrante e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Ceará, relevante colegiado para a articulação de políticas públicas em âmbito local. A experiência será apresentada a partir da experiência do *locus* institucional da autora, técnica da Secretaria da Justiça e do Estado do Ceará e especialista em Pastoral da Mobilidade Humana, que secretariou os trabalhos iniciais em parceria com a sociedade civil.

Palavras-chave: Atenção ao migrante. Tráfico de Pessoas. Políticas Públicas. Ceará.



TRAJETÓRIAS E PERMANÊNCIAS DO AFRICANO/ESTUDANTES GUINEENSES NA “TERRA DA LUZ”, FORTALEZA - CEARÁ

Renata Maria Franco Ribeiro.
E-mail: soudebiissauafrica@outlook.com

A pesquisa analisa a trajetória e a permanência de estudantes guineenses na “terra da luz”, Fortaleza-Ceará. É nosso interesse investigar as vivências, os dilemas, os conflitos e as relações étnico-raciais dos migrantes estudantes que saíram da Guiné-Bissau para Fortaleza com o objetivo de estudar. A vinda desses estudantes se deve a propaganda desencadeada pelas Faculdades privadas, Fatene e Evolução, bem como pelo apoio das famílias africanas. Os africanos presentes em Fortaleza, hoje, vieram por diversos motivos, seja a procura de trabalho, seja a procura de proteção pessoal do Estado brasileiro, no caso dos refugiados, ou, ainda, aqueles que vieram estudar em universidades brasileiras, por meio dos acordos de cooperação educacional e cultural que o Brasil mantém com os países africanos, especialmente, os que têm o português como a língua oficial de comunicação. Há ainda os que vieram por conta própria ou contaram com algum tipo de proteção familiar. Destacam-se, nas falas dos estudantes, as dificuldades no novo lugar de moradia, bem como a adaptação e a integração nos espaços acadêmicos, enfrentamento ao preconceito racial, perspectivas de retorno ao país de origem com diploma internacional alcançado. Todavia, os mesmos se deparam com o dilema entre ficar ou retornar tendo em vista que o país de origem, Guiné-Bissau, não se encontra em situação político-institucional favorável que pudesse garantir o processo de retorno e o encontro da possibilidade de dar continuidade à vida acadêmica como uma segunda graduação, especialização, mestrado e doutorado, segundo o depoimento de alguns membros do grupo entrevistado. Conclui-se que os estudantes guineenses tecem estratégias de integração e sociabilidades integrando-se as associações estudantis, pastorais, intercâmbios culturais e palestras para o enfrentamento das dificuldades em Fortaleza.

Palavras-chave: Imigração. Estudantes. Integração. Fortaleza. Guiné-Bissau



A ESCOLA COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Veridiana Torres da Silva

Discente do Curso de Ciências da Natureza e Matemática—UNILAB.

E-mail: torresveridiana@yahoo.com.br

Sinara Mota Neves de Almeida

Professora do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza—UNILAB.

E-mail: sinaramota@unilab.edu.br

O presente trabalho constitui um relato de experiência do processo de implantação do primeiro programa de mediação de conflitos em duas escolas da rede pública em dois municípios do Maciço do Baturité. A implantação do programa teve como objetivo reduzir os índices de violência entre os discentes no interior da escola. O conflito, culturalmente visto como negativo, é inerente ao ser humano e necessário para seu desenvolvimento e aprendizagem. Contudo, quando não tratado, pode dar origem à violência. A análise da questão proposta se apoia nos argumentos teóricos de Michaud (1986), Vezzulla (1998), Aquino (2006), Abromovay (2008), Crispino (2007), Almeida (2009). A pesquisa se configurou como crítico-colaborativa, pois mergulhou na práxis dos sujeitos pesquisados, com vistas a extrair o oculto, o não-familiar que se desenvolveu no contexto das duas escolas pesquisadas. Os dados coletados apontaram que o projeto mediação de conflitos colaborou com a construção e o fortalecimento da cultura de paz, atuando junto à comunidade escolar – professores, estudantes, pais/responsáveis.

Palavras-chave: Escola. Violência. Mediação de conflitos.



GT 6: Migração, gênero e sexualidade

Coordenação: Victor Macedo; Carlos Eduardo Bezerra (Unilab)

DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL E INFORMAL EM GUINÉ-BISSAU

Ada Joseliza Có

Bacharel em Humanidades/Unilab

E-mail: adajoseliza38@hotmail.com

Basilele Malomalo

Docente do IHL/Unilab

E-mail: basilele@unilab.edu.br

O presente trabalho faz parte dos estudos de gênero em África e visa investigar as causas das desigualdades de gêneros no mercado de trabalho formal e informal em Guiné-Bissau; analisar as funções que as mulheres ocupam no mercado de trabalho formal. Para coleta de dados faz se o uso da pesquisa bibliográfica e documental na perspectiva interdisciplinar. Para tanto se fundamenta nas teorias de Scott (1989), Bourdieu (1999) Heilborn (1995), Carvalho (2010), Sanca (2014), dentre outros. O argumento defendido é que as desigualdades de gênero no mercado de trabalho formal, em Guiné Bissau, têm muito a ver com a dominação masculina que tomou novas configurações na história colonial do país estruturada numa cultura de opressão e exclusão de mulheres na educação formal e nos espaços de poder; e essa cultura machista não foi superada no período pós-independência. Para que as mulheres possam contribuir mais no desenvolvimento econômico do país, o governo precisa investir no sistema educacional e criar políticas públicas para elas, facilitando o acesso à educação igualitária entre os gêneros na sociedade. Espera-se com este estudo atingir esses resultados: disponibilizar informações capazes de ajudar na compreensão das causas das desigualdades de gênero no mercado de trabalho formal e informal; defender a igualdade de gênero e direitos das mulheres.

Palavras-Chave: Gênero. Desigualdades. Mercado de trabalho. Guiné-Bissau.



A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA GUINÉ-BISSAU

Celeste Silvia Vuap M'mende

Graduanda em Humanidades - Instituto de Humanidades e Letras – Unilab
E-mail: www.mendes2013@hotmail.com

Basilele Malomalo

Professor Adjunto de Instituto de Humanidades e Letras – Unilab
E-mail: basilelemalomalo@unilab.edu.br

Este trabalho faz parte dos estudos de gênero em África. Tem por objetivos: compreender as desigualdades que afetam as mulheres na política na África; analisar a história das mulheres que atuam na Assembleia Nacional Popular da República de Guiné-Bissau: as funções que elas exercem; a importância da sua presença quanto ao combate e superação da violência contra as mulheres; investigar as ações do Governo guineense em relação a essa situação de desigualdades que afetam as mulheres. Para coletar seus dados, faz uso da metodologia interdisciplinar, combinando a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, diferenciando-se pela valorização de uma literatura sobre gênero que leva em conta os debates internacionais, africanos e guineenses. Além disso, a pesquisa documental foca nos materiais que ainda não receberam um tratamento analítico: materiais das mídias sociais, vídeos, sites relativos ao tema da nossa pesquisa. Na interpretação destes, apoia-se nas abordagens teóricas de gênero de Joan Scott, Pierre Bourdieu, Maria Luiza Heilborn, Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha, e argumenta-se que, tendo em conta os primeiros levantamentos, a desigualdade de gênero é que estrutura a baixa participação de mulheres na Assembleia Popular da República da Guiné Bissau e outras instâncias de poder. Elas ocupam somente 14% da Assembleia Popular da República. A dominação masculina na sociedade guineense tem dificultado a elas concorrer de forma igual nos cargos políticos.

Palavras-chave: Gênero. Guiné-Bissau. Participação. Assembleia nacional popular.



FEMINIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO: DIÁSPORA URBANA DE UMA AFRODESCENDENTE EM *PONCIÁ VICÊNCIO* (2003), DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Dra. Denise Rocha – UFC

O objetivo do estudo é analisar a trajetória de uma afrodescendente, Ponciá Vicêncio, cujo sobrenome era o do dono de seus ascendentes escravizados, que migra para a cidade e passa por um processo de desterritorialização afetiva e cultural. Ela evoca facetas de sua vida rural e urbana, semelhante àquelas de muitas mulheres de etnia africana, imersas em espaços de duplo machismo –o dos brancos e o dos negros–. A diáspora de Ponciá e suas vivências memorialísticas serão estudadas por meio dos conceitos de identidade cultural (Hall) e de territorialização e desterritorialização (Milton Santos).

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira. Conceição Evaristo. Diáspora.



AS RELAÇÕES DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR

Maria Marilene Banhos Nogueira

Professora de Sociologia. Aluna especial do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – UNILAB. E-mail: prof.marileneb@gmail.com

Anna Karina Cavalcante de Oliveira

Professora de História. Aluna especial do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – UNILAB. E-mail: annakarinacavalcante@hotmail.com

O relato de experiência refere-se ao projeto Juventude Negra, desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Médio Governador Adauto Bezerra, de Fortaleza, em novembro de 2015. Organizado pelo Núcleo de Estudos de Gênero, as ações pedagógicas surgiram via iniciativas de educadoras da escola – matéria de sociologia e história. O projeto apresentou as ações e intervenções realizadas durante a Semana da Consciência Negra. Tais ações tiveram como sujeitos protagonistas estudantes das 1^a, 2^a e 3^a séries do Ensino Médio – média de 300 estudantes. A proposta preliminar consistiu em realizar uma reflexão acerca da interseccionalidade das relações sociais étnico-raciais, de gênero e classe social. A tentativa consistiu em mobilizar, envolver e despertar para a relevância do combate ao racismo e todas as formas de discriminação e preconceito. A ação educativa, enquanto práxis pedagógica, levou para a sala de aula orientações pedagógicas e resultados reais de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e a Lei Federal 10.639/2003. O projeto seguiu no formato de roda de conversa, relato de vida, história de vida, oficina de turbante etc. Os sujeitos sociais presentes permaneceram atentos, emocionados e partícipes na reflexão crítica de experiências arraigadas no imaginário e nas práticas sociais. Um referencial teórico crítico-reflexivo sobre a temática está em processo de formação. De um lado, as ideias de François Dubet (2004) que apresenta a necessidade de discriminação positiva como mecanismo de debater e propor uma maior igualdade de oportunidades na escola; do outro, o estudo das ideias de Eric Fassin que apresenta gênero como instrumento facilitador para pensar as relações sociais. Nessa perspectiva, a ação percorreu os ensinamentos de Paulo Freire (1985), no que tange ao exercício de operacionalização da ação: por uma pedagogia da pergunta e do diálogo em primeiro plano, afinal, o processo educativo se faz com prazer, decisão política e a partir de interesses da juventude. A intervenção pedagógica estabeleceu canais de comunicação diversos no intuito de facilitar a expressão de jovens no espaço da unidade escolar. A tribuna da sala de aula foi ocupada pela juventude e para a juventude na produção de conhecimentos e atitudes de combate a práticas discriminatórias, racistas e sexistas. O exercício de pesquisa na escola deve ser orientado a seguir uma investigação rumo ao conhecimento para fortalecer ações pedagógicas curriculares e extracurriculares. Segundo Paulo Freire (2011), ensino e pesquisa se encontram no processo educativo, são “quefazeres” entrelaçados. A perspectiva pedagógica garantiu uma ação interdisciplinar – sociologia e história –, colaborou na desconstrução de padrões estereotipados e alargou visões e posturas de alteridade na prática cotidiana da escola.

Palavras-chave: Gênero. Relações étnico-raciais. Educação. Ensino Médio.



ESTUDO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOS DIREITOS DA MULHER NO AMBIENTE ESCOLAR DE GUINÉ-BISSAU

Suzete Sabino Lopes

Prof. Dr. José Bezerra da Silva Filho

O presente artigo tem por objetivo estudar acerca da reduzida inserção das meninas e do elevado abandono delas em relação aos meninos, no ambiente escolar de Guiné-Bissau, especificamente, nos ensinos básico e fundamental, expondo essa problemática como uma questão de desigualdade de gênero e violência dos direitos da mulher. Utilizou-se metodologia bibliográfica para análise de conteúdo da temática em questão, destacando-se a fonte de organismo internacional e nacional sobre direitos humanos, trabalho infantil, casamento precoce, casamento forçado e desigualdade de gênero, análise do sistema de ensino e discutir as influências culturais em relação à desigualdade e abandono das meninas nas escolas. Neste trabalho foi possível constatar que a atuação da convenção universal de direitos humanos e a constituição de 1996 da Guiné-Bissau são de suma importância no que diz respeito à garantia da integridade humana. Também se nota que a reduzida inserção das meninas nas escolas se deve ao trabalho infantil, impossibilitando-as a frequentarem regularmente as escolas. Do outro lado no que concerne ao abandono escolar e à disparidade entre o homem e a mulher, explica-se pelas práticas de casamento forçado e precoce das meninas.

Palavras-chave: Violência de direito. Desigualdade de gênero. Educação. Guiné-Bissau.



DO LIRISMO AO EROTISMO, ENTRE ÁFRICA E PORTUGAL: ANA PAULA TAVARES E MARIA TERESA HORTA.

Francisco Vítor Macêdo Pereira - UNILAB

A exposição em questão pretende realizar uma leitura analítica da temática feminina nas obras poéticas da angolana Ana Paula Tavares e da portuguesa Maria Teresa Horta. Dentre as características de que iremos tratar, valorizaremos, em especial, a sensualidade e o erotismo. Trataremos de assuntos ligados a tais temáticas, bem como à problematização do fato de as duas serem mulheres produzindo literatura em um universo majoritariamente masculino. Ana Paula Tavares e Maria Teresa Horta são duas vozes das mais significativas na cultura literária de língua portuguesa contemporânea; suas escritas possuem uma linguagem sutil e ao mesmo tempo forte. As metáforas revelam e escondem, num jogo pleno e bem delineado entre significado e significante, as percepções eróticas do feminino em África e em Portugal. Os poemas das escritoras falam da mulher e do universo feminino, mostrando uma existência que, em alguns momentos, é dolorosa e, noutros, é erótica e forte. Ao afastar-se do óbvio - para tratar dos temas de modo aberto e despido de preconceitos -, as duas não procuram espaços, simplesmente o tomam para si. A força poética da escritura converte as obras em uma poesia única, ao mesmo tempo que universal em língua portuguesa, pois ao tratar de uma mulher específica e de uma cultura marcada pelo sexism (angolana em Paula Tavares e portuguesa em Teresa Horta), encontra ressonância em mulheres de todas as partes.

Palavras-chave: poesia erótica de autoria feminina em língua portuguesa; Angola; Portugal.



GT 7: Migração, Diáspora Africana e Literatura
Coordenação: Isabel Cristina dos Santos Teixeira (Unilab)

**A ÁFRICA DO SÉCULO XX NA LITERATURA PORTUGUESA: AS MARCAS EM
MEMÓRIAS DE ELEFANTE, DE ANTONIO LOBO ANTUNES**

Rafael Martins Nogueira
Graduação em Letras/Unilab
E-mail: rafaelmartinsnogueira@outlook.com.br

O presente trabalho busca analisar o romance “Memórias de elefante” (1997), do autor português António Lobo Antunes, procurando compreender a representação da África do século XX, viabilizando a compreensão da visão concebida pelo colonizador sobre o espaço. Como método, por meio de uma análise interpretativa e teórica, se objetivou validar a ideia apresentada, debruçando-se em entender a retratação dessa África e seus aspectos estereotipados graças às ideias europeias de superioridade em relação ao outro.

Palavras-chave: África. Literatura. Lobo Antunes.



CARTA DA JUVENTUDE AFRICANA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DA DIÁSPORA JUVENIL NA UNILAB

Valdilane Santos Alexandre

Discente da Licenciatura em Química – UNILAB / Grupo Eloss
E-mail: valdilanealexandre@gmail.com

Alexandrino Moreira Lopes

Discente do Curso de Ciências da Natureza e Matemática – UNILAB / Grupo Eloss
E-mail: all-lopes@hotmail.com

Elcimar Simão Martins

Professor do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza – UNILAB / Grupo Eloss
E-mail: elcimar@unilab.edu.br

Jacqueline Cunha da Serra Freire

Professora do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza – UNILAB / Grupo Eloss
E-mail: jacqueline@unilab.edu.br

A Carta da Juventude Africana, instituída pela União Africana (UA), constitui-se num instrumento que define as responsabilidades dos Estados-membros no desenvolvimento da juventude. Tal Carta foi adotada pela Cimeira de Chefes de Estado do continente africano, em sessão realizada em julho de 2006 em Banjul, capital da Gâmbia. Passados 10 anos de adoção da Carta da Juventude Africana, 38 dos 54 países africanos ratificaram o documento. O balanço realizado no 10º aniversário da Carta, também designado Banjul +10, indica que há muito a ser feito para que a juventude africana tenha centralidade e protagonismo nas políticas públicas no continente. Consustanciada em dois capítulos, sendo o primeiro com 28 artigos que tratam das liberdades, dos direitos e deveres dos jovens e mais três artigos no capítulo 2 que trata das disposições finais, o documento aborda as Obrigações dos Estados Partes e referencia bases para o desenvolvimento de políticas públicas, programas e planos estratégicos nacionais para a capacitação da juventude, bem como perspectivas para garantir o envolvimento construtivo dos jovens no desenvolvimento do continente africano, prevendo com isso uma base jurídica para garantir a presença e a participação da juventude em estruturas governamentais e fóruns a níveis nacional, regional e continental. Destaca-se no documento o estabelecimento de importantes linhas de orientação e responsabilidades para os Estados-membros da UA com vista ao engajamento da Juventude em áreas estratégicas fundamentais, a exemplo da educação e o desenvolvimento de competências, a erradicação da pobreza e a integração socioeconómica na perspectiva da sustentabilidade. O propósito do presente trabalho é promover um diálogo crítico-reflexivo da Carta da Juventude Africana a partir de evidências da realidade da juventude na diáspora na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O protagonismo e responsabilidade da juventude no seu próprio desenvolvimento merece destaque no momento histórico em que África tem refletido sobre Banjul +10.

Palavras-chave: Carta da Juventude Africana. Educação e Desenvolvimento. Diáspora Juvenil. Protagonismo.



GT 8: Migrações, Mídias sociais e Arte Afro-Diaspórica

Coordenação: Francisca Rosália Silva Menezes; Salvio Fernandes de Melo; José Sérgio Amancio de Moura (Unilab); Ivan Maia (UFBA).

MARACATU: PATRIMÔNIO IMATERIAL NA POLÍTICA CULTURAL DE FORTALEZA E SEU ENTRELAÇAMENTO COM AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Juliana Cristina R S Holanda

Assistente técnico Secult
E-mail: julianaholanda1980@gmail.com

Tendo em vista a relevante discussão sobre o processo identitário fortalezense e a negação da existência de Negros na formação desta sociedade cearense, este artigo visa fazer uma visita histórica na Cultura do Maracatu enquanto eixo estratégico na manutenção da formação étnico-racial no município, com ênfase na localização geográfica e suas sociabilidades em Fortaleza, com o objetivo de fornecer informações sobre o alcance e/ou transversalização das políticas públicas culturais e afirmativas e sua efetivação entre os brincantes da folia momina que ocorre no desfile anual na Avenida Domingos Olímpio, na ação cultural Carnaval de Fortaleza 2016.

Palavras-chave: Cultura, Políticas Públicas, Educação



BUMBA-MEU-BOI DE PRAIA: UMA MANIFESTAÇÃO AFRO-PERIFÉRICA

Liana Cavalcante Costa

Aluno especial do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – Unilab

E-mail: lianacavalcant@gmail.com

O presente trabalho analisa a estrutura e os elementos de matriz de africana do Bumba meu boi de praia, manifestação tradicional no bairro periférico do Pirambu, em Fortaleza. A manifestação é uma das expressões que resistem na comunidade, fazendo parte da história e da memória local. Essa pesquisa foi realizada a partir de visitas aos grupos de bumba meu boi ainda atuantes no Pirambu: Boi Ceará do Mestre Zé Pio, Boi juventude do Mestre Zé Ciro, e o boi Tyrol, organizado pelo articulador comunitário Deusdete. O conteúdo pretende aprofundar-se nas questões estruturais e simbólicas desta expressão cultural, apresentando a relação desta manifestação popular com a importante atuação negra nas periferias.

Palavras-chave: Cultura popular. Periferia. Resistência negra



ESCRITA DRAMATÚRGICA E PERFORMANCE CÊNICA – BOI RAJADO OU A PEDRA QUE FLORESCEU

Francisca Rosália Silva Menezes

Professora Doutora – UNILAB

E-mail: mariarosa@unilab.edu.br

O significado mais comum e genérico do termo dramaturgia seria a arte de escrever ou de compor peças teatrais, ou um conjunto de obras dramáticas pertencentes a um autor ou a uma época. A dramaturgia clássica constitui um tipo formal de construção dramática do texto que dá conta dos episódios da fábula rumo ao desenlace (exposição, nó, conflito conclusão e epílogo). Essas observações são importantes para nos levar a pensar as recentes ampliações que o termo dramaturgia vem incorporando no vocabulário teatral mais recente. O termo dramaturgia implica as escolhas estéticas do autor, do encenador, do ator e dos técnicos. Dramaturgia (drama ergon) quer dizer construção ou trabalho da ação, nesse sentido, a própria etimologia nos aponta um contexto dinâmico que acontece de forma compartilhada e processual. Essa nova concepção de dramaturgia tem uma base experimental e coloca as relações de criação artística em termos mais horizontalizados, pois incita inevitavelmente ao encontro, a ação mútua com outros artistas da composição cênica. Texto, atores e todos os meios cênicos empregados põem em relevo, materializa a obra cênica, ressaltando tanto a dimensão poética como ética e estética. Nesse contexto de mudanças, de formas múltiplas e diáspares que não se estabilizam nem se pretendem como critério único de verdade, a escrita dramatúrgica foi profundamente abalada. As transformações históricas e as reviravoltas estéticas provocadas pelas vanguardas, um quadro de mudanças contundentes na realidade social provocado tanto pela falência das ideologias totalitárias quanto pelo capitalismo tecnológico, tornaram a tarefa do dramaturgo cada vez mais crítica e em constante estado de crise. Pensando nessa perspectiva, venho desenvolvendo no trabalho de docência, experiências de composições cênicas em processos compartilhados. O presente artigo abordará as relações entre escrita dramatúrgica e encenação no contexto da atividade docente dentro da UNILAB, dando especial ênfase às performances artísticas desenvolvidas no processo de urdidura cênica do *Boi Rajado - ou a pedra que Floresceu*, texto dramatúrgico e direção de cena de minha autoria, mas em processos colaborativos com todos os alunos participantes.

Palavras-chave: Dramaturgia. Performance cênica. Processos colaborativos.



GT 9: Migrações, racismo, antirracismo e educação
Coordenação: Evaldo Ribeiro de Oliveira; Ivan Lima (Unilab)

**SOBRE A PRÁTICA DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO SOB O PONTO
DE VISTA DE PROFESSORES DO SISTEMA PÚBLICO**

Antonia Danniele Jeska Torres de Oliveira

Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis –
MASTS/UNILAB E-mail: dannieletorres@ig.com.br

Compreendendo a educação como um forte instrumento de formação do indivíduo, e que, através do sistema educacional torna-se possível reduzir as desigualdades sociais econômicas e culturais de um país, o presente trabalho busca, de forma breve, apresentar, o desenvolvimento e a história do sistema de educação formal brasileiro seguindo o escrito de Souza (2012). A discussão teórica é realizada através dos trabalhos de Libâneo (2010); Jófili (2002) e Freire (1979). Percebe-se que o processo de formação da educação formal na sociedade brasileira foi desencadeado conjuntamente com o processo de formação política e econômica. Sobre o modelo pedagógico legal, percebe-se a forte tendência de adoção da pluralidade cultural, tradicional, geográfica e linguista do Brasil. A fim de compreender como essa pluralidade se aplica à prática, entrevistamos dez professores de uma escola pública do município de Baturité e através do desenho de pesquisa, estudo de caso, apresentamos os resultados. Concluímos que cabe ao governo às responsabilidades em alinhar, através de incentivos, as práticas pedagógicas às realidades socioculturais do povo brasileiro, tornando possível o desenvolvimento sustentável, econômico e ambiental sem o abandono dos valores tradicionais.

Palavras-chave: Sistema Educacional Brasileiro. Educação. Incentivos.



O RACISMO NO LIVRO DIDÁTICO

Jorge Luiz da Silva Lira

Bacharelando de Filosofia – Faculdade Católica de Fortaleza. Seminarista Diocese de Crateús

E-mail: santobento33@gmail.com

O presente texto tem como finalidade discorrer sobre como o livro didático apresenta a imagem do negro no âmbito educacional. Averiguou-se que o livro didático se satisfaz apenas de uma imagem pejorativa de que o negro é um escravo, um rebelde e exercendo a mais baixa função inferior na sociedade. Tais argumentos se fundamentam na obra “*A discriminação do negro no livro didático*” de Ana Célia da Silva, ao mesmo tempo fazendo uma reflexão sociológica do comportamento do ser humano diante dessa realidade a partir da obra de Zygmunt Bauman “*Etica pós-moderna*”.

Palavras-chave: Livro Didático. Racismo. Negro.



EDUCANDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: EPISTEMOLOGIA E CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE RAÍZES AFRICANAS

Evaldo Ribeiro Oliveira

Doutor em Educação e docente da Unilab

E-mail: evaldo@unilab.edu.br

O presente trabalho pretende abordar a importância de pesquisas e ciências da educação na perspectiva de raízes africanas como um elemento para educar as relações étnico-raciais. Trata-se de uma abordagem que destacará a importância das Pesquisas em Educação e Relações Raciais, que buscam reconhecer e divulgar epistemologias africanas, a cosmovisão africanas, os princípios e valores civilizatórios oriundos do mundo africano, com “ênfase no ponto de vista que situa os povos africanos e a população afrodescendente como agentes e não coadjuvantes” (Nogueira, 2010), evidenciando a luta do Movimento Negro por educação e o contexto das pesquisas que abordam as temáticas raciais na educação, com o intuito final de destacar as epistemologias africanas e afroaspórica no campo da educação e produção de ciência.

Palavras-chave: Epistemologia. Educação. Relações Étnico-Raciais. Ciência.



PROBLEMAS DE PERIODIZAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: A QUESTÃO DO PARADIGMA EUROCÊNTRICO

Fábio Eduardo Cressoni

Professor do Instituto de Humanidades e Letras (IHL) – UNILAB

E-mail: cressoni@unilab.edu.br

Esta comunicação tem como objetivo analisar as questões relativas à periodização no ensino de história e problematizá-las em função do paradigma eurocêntrico. Nesse sentido, pretendemos apresentar as origens desse modelo e suas relações com o respectivo paradigma mencionado. Na sequência, expomos outras perspectivas relacionadas à periodização e ao ensino de história, fundamentadas nas ideias de Epistemologias do Sul e Epistemologias Africana e Afrodiáspórica. Evidenciada sua origem, fundamentada na experiência advinda do esquema quadripartite francês, problematizamos seus limites políticos, sociais, éticos e epistêmicos, a partir da efetivação da dicotomia "civilização" versus "cultura", constituída no interior desta historiografia. Em seguida, são apresentados alguns dos problemas decorrentes deste modelo de periodização, entre eles: o estabelecimento de um diálogo intercultural funcional ao Estado, a partir da lógica do problema estrutural-colonial-racial da formação da sociedade brasileira, bem como a universalização de categorias que inviabilizam pensarmos os conceitos de indivíduo, sujeito, raça, etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade e linguagem a partir de outros modelos interpretativos, distantes dos ditames reducionistas das narrativas centralizadas configuradas ao redor da historiografia europeia. Ao considerar a possibilidade de novas formas de interpretação destas questões, propomos, fundamentados nas lutas dos movimentos sociais e sujeitos coletivos, a partir de suas revindicações por equidade e reconhecimento de suas diferenças, descolonizar o ensino de história. A relação entre conhecimento, identidade e poder permite-nos pensar na visibilidade, empoderamento e protagonismo dos movimentos sociais e sujeitos coletivos excluídos por este modelo. Desta forma, nos dispomos, de maneira interdisciplinar e intercultural, a sulear e africanizar o ensino de história.

Palavras-chave: Ensino de história. Problemas de periodização. Epistemologias do Sul. Epistemologias Africana e Afrodiáspórica.



OS CURSINHOS PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS: UMA AÇÃO AFIRMATIVA NA VIDA DE JOVENS NEGROS

Felix Imbali Sá

Discente do Instituto de Ciências Humanas (IHL) – UNILAB

E-mail: lixfesa@hotmail.com

Evaldo Ribeiro Oliveira

Docente do Instituto de Ciências Humanas (IHL) – UNILAB

E-mail: evaldo@unilab.edu.br

O presente texto busca compreender o processo histórico das inserções dos negros brasileiros nos cursinhos populares no Brasil, e também discutir sobre as lutas dos cursinhos por ações afirmativas. Sabemos que o foco dos Cursinhos pré-vestibulares no Brasil é de possibilitar aos/as negros/as no que se refere a educação superior enquanto um direito, no qual perpassa a luta contra o preconceito racial no Brasil. No contexto de ação afirmativa no Brasil, os cursinhos são designados como resultados dos movimentos negros porque ajudam no processo de transição dos negros do ensino médio nas escolas públicas para superiores públicas. Os cursinhos populares criaram debates bem estruturados na sociedade do sentido em geral; na forma de fazer reforma nas instituições públicas, e também compreender o que era posto e estabelecido no sistema educacional brasileiro na forma de acesso ao espaço educativo.

Palavras-chave: Cursinho Pré-vestibular. Negros. Ação Afirmativa.



LEI 10.639: INTERCULTURALIDADE E NEGRITUDE NA ESCOLA

Márcia Maria de Albuquerque

Mestranda do Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH – UNILAB

E-mail: mar.just@hotmai.com

Jeannete Filomeno Pouchain Ramos

Professora Adjunta da UNILAB

E-mail: ramosjeannette@unilab.edu.br

O objetivo do presente texto consiste em apresentar os caminhos possíveis para uma interculturalidade crítica, a partir de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH, tendo como problemática o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica – Lei 10.639/03. Trazemos, a título de introdução, a abordagem funcional da interculturalidade, decorrente dos estudos de Catherine Walsh, para que possamos nos situar acerca das condições atuais do debate em torno do multiculturalismo e sua capilarização via Direito Internacional. Em seguida, trabalhamos as implicações que uma visão contemporânea sobre o conceito de “negritude”, objeto do nosso estudo, pode ter sobre a educação para as relações étnico-raciais na escola, quando são apresentadas, ainda, as opções epistemológicas e metodológicas para a abordagem da questão, para a qual pretendemos uma compreensão a partir dos estudos (de) coloniais.

Palavras-chave: Multiculturalismo. Escola. Saberes. Resistência. Negritude.



A LEI E SEUS SUJEITOS: UM OLHAR SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA REDE ESCOLAR DE MULUNGU-CE

Regilene Alves Vieira

Bacharelado em Humanidades e cursando História - UNILAB

E-mail: regilene05_alves@hotmail.com

Em 2003 foi sancionada a Lei 10.639 que tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura dos afro-brasileiros, incluindo o estudo da história da África e dos africanos em todas as instituições públicas e privadas. Essa nova legislação é fruto de uma luta ancestral dos afro-brasileiros, visto que, eles almejam respeito, educação de qualidade e valorização de sua identidade enquanto negro na sociedade brasileira. Por reconhecer a importância da legislação que propõe uma nova educação para as relações étnico-raciais, o presente estudo é um desdobramento de meu trabalho de conclusão de curso e objetiva apresentar como está sendo o processo de implementação da Lei 10.639 na Escola de Ensino Fundamental Hermenegildo Rocha Pontes, localizada na cidade de Mulungu, Maciço de Baturité, Ceará. Para dar conta deste intento, utilizou-se a metodologia de história oral, através de entrevistas com a secretaria de educação do Município e com três professores da área de história da escola. Como as exigências da Lei 10.639 são percebidas por gestores e professores da rede municipal de Mulungu? Que estratégias foram formuladas e praticadas para garantir o cumprimento da Lei? Quais as dificuldades enfrentadas para os trabalhos com os novos conteúdos? Até onde se avançou no cumprimento do que preconiza a Lei? Qual a percepção de professores e gestores da eficácia do ensino destes conteúdos na superação de noções e práticas racistas entre os estudantes? Este conjunto de perguntas configurou a problematização que orientou a pesquisa que resultou no estudo aqui apresentado.

Palavras-chave: Educação. Lei 10.639/2003. Movimento negro.



GT 10: História, Migração e Trabalhadores

Coordenação: Roberto Kennedy Gomes Franco; Edson Holanda Lima Barboza (Unilab)

ENTRE NARRATIVAS, USOS E ABUSOS: MIGRAÇÕES DE CEARENSES PARA A AMAZÔNIA (1877-1945)

Edson Holanda Lima Barboza

Professor Adjunto da Unilab – IHL/CE

E-mail: edsonholanda@unilab.edu.br

A pesquisa analisa as narrativas produzidas pela historiografia e literatura cearense a respeito das migrações de retirantes para a Amazônia. Aborda o período a partir da grande seca de 1877, quando as migrações em massa para Fortaleza e cidades litorâneas surgiam como um problema que necessitava de intervenção direta do poder público e a concessão de passagens para fora do Ceará emergia como oportunidade de neutralizar as tensões, padrão de controle social incorporado em secas posteriores, até a seca de 1942 e o recrutamento de cearenses para a chamada *Batalha da Borracha*, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Publicações de Rodolfo Teófilo e Rachel de Queiroz, de autores da Amazônia, da imprensa e depoimentos orais são analisados na perspectiva de superar a dualidade: *Eldorado ou Inferno Verde*, tão comum em diversas interpretações sobre o tema, principalmente devido ao papel hegemônico que a extração da borracha exerceu, alimentando as representações sobre a Amazônia, partindo dos opostos - “terra” de riqueza fácil ou destino infeliz que levaria ao adoecimento e dívidas. A partir do embate, busca apontar os abusos praticados pelo poder público em diversos momentos, mas sem anular os usos da migração e experiências de vida dos próprios migrantes, com destaque para a importância das relações familiares para a continuidade do fluxo migratório, mesmo em situações de queda do preço da borracha ou ausência de secas.

Palavras-Chave: Migrações. Ceará. Amazônia. Narrativas. Experiência.



TRABALHADORES PORTUGUESES NO COMÉRCIO DE FORTALEZA: OS CAIXEIROS 1830 – 1870

Gustavo Maciel

Mestrando no Mestrado acadêmico em História do PPGH/UFG

Orientadora: Gladys Sabina Ribeiro

E-mail: ghustavomaciel@outlook.com

A partir de 1839 foi estabelecida em Fortaleza a quantificação de estrangeiros residentes, a maioria era constituída de portugueses empregados no comércio. Os caixeiros lusitanos, eram empregados que desenvolviam um número variado de atividades, geralmente possuíam uma mínima qualificação para lidar com atividades mercantis, frequentemente sabiam ler assim como dominavam aritmética comercial. Tal aprendizado era obtido muitas vezes ainda em Portugal. É possível identificar um padrão que demonstra que existiu uma comunidade mercantil encabeçada por negociantes de grosso trato de origem portuguesa na capital da Província do Ceará e que apresentava como uma das suas especificidades a preferência de jovens portugueses como trabalhadores de seus estabelecimentos e negócios. Os caixeiros de origem lusa eram preferidos pelos patrões da mesma origem, isto causava um sério problema, pois este era um dos poucos setores da economia imperial a oferecer chances de trabalho livre.

Palavras-chave: Imigrantes. Trabalho livre. Comércio.



POR ONDE ANDOU NOSSA FAMÍLIA: HISTÓRIA E MIGRAÇÃO DE FAMÍLIAS AFRODESCENDENTES NO PÓS-ABOLIÇÃO

Kássia Mota de Sousa

Doutora em Educação. Professora Curso de Pedagogia – UECE

E-mail: kassia.mota@uece.br

O trabalho decorre da tese de doutorado “Por onde andou nossa Família: Veredas e Narrativas da História de Famílias Afrodescendentes no Pós-Abolição” parte da história da família Sousa, durante meados do século XX e XXI, em Juazeiro do Norte, o trabalho narra e analisa os processos de migração, focando a chegada da família à cidade de Juazeiro do Norte onde demarcaram a presença afrodescendente e sua importância no desenvolvimento cultural, econômico, político e urbano da cidade. O trabalho situa-se teoricamente no campo da Afrodescendência, um campo de pesquisa que parte da particularidade, do local, em busca de construir uma história da população afrodescendente produzida por ela mesma, e onde os protagonistas sejam esta população e seus ancestrais que construíram e constroem a riqueza deste país. Tem como objetivo principal ser mais um instrumento de luta e teórico para a implementação da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, na medida em que subsidia a produção de História do Ceará e do Brasil. Metodologicamente a pesquisa traçou um caminho particular que entrelaçou as metodologias advindas da revolução historiográfica da escola dos Annales: autobiografia, histórias de vida, narrativas, oralidade, memórias de velhos, fotografias... ao uso das redes sociais virtuais para construir a história do tempo presente, numa perspectiva fundamentada na importância do desenvolvimento da Afrodescendência como campo de saber. E neste sentido, rever a história da população afrodescendente no Ceará, inscrevendo-a num período em que a produção historiográfica existente a invisibilizou.

Palavras-chave: Afrodescendência. História de família. Educação. História da população afrodescendente. Migração.



DESLOCAMENTOS INDÍGENAS: PROCESSO SÓCIOHISTÓRICO DE MIGRAÇÃO DOS ÍNDIOS TREMEMBÉ DO CEARÁ

Ronaldo de Queiroz Lima

Mestre em Sociologia pelo PPGS da Universidade Federal do Ceará
Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Étnicas vinculado ao CNPQ
E-mail: ronaldo_cultura@yahoo.com.br

Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre os deslocamentos dos índios Tremembé do Ceará em diferentes situações históricas, destacando os agentes sociais e os fatores que operaram nesses deslocamentos. Esse exercício reflexivo remonta ao século XVII indo até à contemporaneidade, percebendo as mudanças do regime fundiário nacional, bem como os diferentes regimes de trabalho aos quais os Tremembé estiveram submetidos em distintas experiências históricas. As fontes de pesquisa são documentos históricos, crônicas missionárias, relatórios circunstanciados e dados etnográficos produzidos durante a pesquisa de mestrado. A leitura de dissertações e teses que sinalizam esses deslocamentos também se fizeram importantes para o desenvolvimento de uma análise fundada na Antropologia Histórica de caráter crítico e processual. A conclusão que se obteve foi que os índios Tremembé viveram diferentes regimes fundiários, passando pela fase da extinção por relatório provincial, até elaborar uma auto-organização sociopolítica nutrida por elementos da indianidade específica desse grupo indígena.

Palavras-chave: Índios Tremembé. Deslocamentos. Processo sócio histórico.



KANINDÉS DE ARATUBA: A HISTÓRIA CONTADA ATRAVÉS DO MUSEU E DOS RELATOS ORAIS

Thais Karine Madeiro de Queiroz

Bacharel em Humanidades e acadêmica da Licenciatura em História – UNILAB
E-mail: thais18queiroz@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo abordar a história dos índios Kanindés de Aratuba, mostrando como foi sua trajetória até chegarem à região de Aratuba, após a política de terras que expulsou os índios das sesmarias e espalhou-os pelos territórios do Ceará e região. A história dos Kanindés é contada a partir de duas representações: o museu dos Kanindés (MK) representando o patrimônio material e mostrando como é importante para a afirmação étnica da comunidade como um símbolo de resistência étnica e cultural e a história oral representando a importância da oralidade e como estas histórias exercem um papel importante para a construção e manutenção da história da comunidade. Para a realização deste trabalho foram usadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo seguindo o método da etnografia, entrevistas e fotos colhidas durante a realização da pesquisa na comunidade.

Palavras-chave: Kanindé. Museu. Oralidade. História.



GT 11: Branquitude e violência nos cenários das diásporas negra
Coordenação: Lourenço da Conceição Cardoso; Marina Pereira de Almeida Mello;
Marcos Moraes da Silva (Unilab)

**RACISMO CONTRA NEGROS BRASILEIROS (AS) E AFRICANOS (AS) NAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ: UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA E A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO CEARÁ**

Umaro Bassem
Graduando no BHU/UNILAB
E-mail: umarobassem@outlook.com

Basile Malomalo
Docente do IHL/UNILAB
E-mail: basilele@unilab.edu.br

Este trabalho, que é nosso projeto de pesquisa de graduação, faz parte dos estudos das relações raciais e da migração africana no Brasil. Objetiva compreender como se manifesta o racismo contra negros brasileiros (as) e africanos (as) nas universidades públicas brasileiras, localizadas no Ceará: a Universidade Federal do Ceará e a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. De forma particular, busca analisar as diversas formas como os estudantes negros brasileiros (as) e africanos (as), vítimas do racismo, reagem a esse fenômeno; a compreensão que os docentes, discentes e técnicos administrativos em educação de suas respectivas instituições têm sobre atos de racismo; e as ações de combate ao racismo que suas instituições de ensino adotam. Para coletar os dados da investigação, faz-se o uso da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e da pesquisa de campo com foco na entrevista semiestruturada. O suporte teórico deste trabalho fundamenta-se nas contribuições desses autores: Antonio Guimarães, Osmaria Rosa Souza e Basile Malomalo, Ercílio Langa, André Vargem e Basile Malomalo, Hannah Arendt, Stuart Hall, Nilma Gomes, Octavio Ianni, Oracy Nogueira, Kabengele Munanga, Lilian Scharcz, Maria Aparecida Bento. As hipóteses deste trabalho podem ser formuladas desta forma: o racismo que afeta os (as) negros (as) africanos (as) e brasileiros (as) tem por finalidade a dominação de seus corpos e a defesa de interesses dos dominadores racistas; machuca suas vítimas, deixando sequelas psicológicas e criando situações de exclusão social. Para reagir contra a desumanização do racismo, as vítimas recorrem a solidariedade de suas associações, movimentos negros ou organizações sociais de estudantes africanos, e por fim, os docentes, discentes, técnicos administrativos em educação e as instituições de ensino investigadas demoram em admitir a existência do racismo e a adotar medidas ou posturas apropriadas para combatê-lo.

Palavras-chave: Racismo. Negros. UNILAB. UFC.



MIGRAÇÕES, RACISMO, ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO

Francisco Felipe Piccinini Dote

John Lennon Ferreira de Alencar

Alunos do Bacharelado em Filosofia da Faculdade Católica de Fortaleza

No presente trabalho iniciamos por definir o que é o Racismo e a Injúria Racial analisando tal comportamento a partir de influências da escola Antropológica Evolucionista, que percebemos sua compreensão como uma forma de justificar tais comportamentos, salientando quão ultrapassado é tal pensamento e apresentando meios os quais estão à nossa disposição para combater e prevenir tais atos.

Palavras-chave: Racismo. Sociedade. Cultura. Antropologia.



O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO INTERCULTURAL ENTRE ESTUDANTES GUINEENSES E BRASILEIROS NA UNILAB

Marceano Saúde N'Dafá
Estudante do BHU/UNILAB

Bas'Ile Malomalo
Docente do BHU/MIH/UNILAB

O presente trabalho tem por objetivo geral investigar as formas de integração dos estudantes africanos na diáspora. Pretende analisar, de forma particular, as formas e momentos de diálogo intercultural entre estudantes guineenses e brasileiros na UNILAB; as formas de adaptação dos primeiros e a reconfiguração de suas identidades na sua interação com os brasileiros considerando: (i) as relações de namoro; (ii) em sala de aula; (iii) na prática esportiva; (iv) nas festas; (v) no restaurante universitário; (vi) na vizinhança. Para tal, usa da pesquisa bibliográfica e documental, assim como, da pesquisa de campo utilizando questionários semiestruturados ou de entrevistas para a coleta de dados e o método de interpretação de sentidos.

Palavras-chave: Interculturalidade. Integração. Diáspora africana estudantil. Guiné Bissau. Brasil.



UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR SOBRE O CONCEITO DE RACISMO: DIÁLOGOS ENTRE OS ESTUDOS DE CARLOS MOORE, NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, E TEUN A. VAN DIJK, NA ANÁLISE DO DISCURSO

Paulo Cesar Alves Garcia

Discente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, UNILAB/CE.

E-mail: pcgarc@hotmail.com

O presente trabalho objetiva analisar o conceito de racismo a partir das obras *Discurso e Poder* (2010), do analista do discurso Teun A. Van Dijk, e *Racismo e Sociedade* (2007), do cientista social Carlos Moore. O diálogo que estabelecemos entre as pesquisas desses dois autores tem nos direcionado para uma investigação de caráter interdisciplinar, na medida em que recorremos à Análise de Discurso Crítica, à Sociologia e à História para a compreensão, em uma perspectiva integrada, do conceito de racismo sobre o qual se debruçam estudiosos das Ciências Humanas na contemporaneidade. Para dar conta do objetivo traçado, a metodologia utilizada neste trabalho consiste em contrastar os conceitos dos dois autores mencionados sobre racismo, a partir dos pontos em que se aproximam e a relação com outros conceitos, tais como ideologia e representações sociais. Uma análise panorâmica da obra de Van Dijk (2010) nos revela o conceito de racismo atrelado ao de discurso, tomado como um conjunto de elementos vitais para a manutenção e a reprodução de ideologias em um complexo sistema de dominação que legitima práticas discriminatórias. Por sua vez, uma incursão à obra de Moore (2007) nos permite compreender o racismo como um conjunto de comportamentos cujas finalidades são a garantia do acesso a recursos e a manutenção de privilégios do segmento hegemônico da sociedade, estruturado a partir de elementos fenotípicos.

Palavras-chave: Racismo. Interdisciplinaridade. Relações raciais.



ALQUILÉ DESAFIO NEGRO EM DIÁSPORA

Paulo Sergio L. Cavalcante

Mestrando em Sociologia UECE. Militante do MNU/CE

E-mail: chefyto@gmail.com

Preocupa-nos nesse trabalho refletir sobre o encontro nos “entre-lugares” por negros em diáspora tendo como enfoque o bairro do Benfica na cidade de Fortaleza/CE, partimos do questionamento: quais os modos de representação de alteridade em relação a africanos na sociedade brasileira? Tal trabalho tem como objetivo elucidar “alteridade” (BHABHA) entre africanos e brasileiros, tendo a moradia como campo de observação, em relação a locar imóvel em determinados bairros na capital cearense. A metodologia aplicada consiste na observação participante; a entrada em campo como autor negro em busca de moradia contribuiu em tais percepções. Concluiu-se que o estranhamento é um forte implicador em alteridades ocasionando em empecilho na locação de casas, um lugar para habitar com qualidade e dignidade humana.

Palavras-chave: Alteridade. Negros. Diáspora. Africanos. Xenofobia.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E ETNICIDADE NO CONTEXTO DA DIÁSPORA AFRICANA

Peti Mama Gomes

Graduanda em Bacharelado em Humanidades na UNILAB, Instituto de Humanidades e Letras
E-mail: peti_mama@yahoo.com.br

Marina Pereira de Almeida²

Professora adjunta do Instituto de Humanidades e Letras – UNILAB
E-mail: marinamello@unilab.edu.br

A ideia de estudar a situação das mulheres guineenses em situação de diáspora na região do Maciço de Baturité surgiu a partir das reflexões oriundas de minhas próprias experiências nos debates acadêmicos, rodas de conversa na própria universidade, bem como devido a um interesse acadêmico particular no que diz respeito às relações de gênero articuladas à dimensão da diáspora africana. O método etnográfico foi escolhido tendo em vista a imersão no campo de maneira mais “visceral”, ou seja, a etnografia como método de apreensão da realidade e como “escrita” permite que eu não me “omita” e que o campo não apareça para mim ou para meu presumido leitor ou leitora, como um “objeto” distante e concreto. Tratamos neste trabalho de mulheres imigrantes em trânsito, definindo, portanto, as estudantes guineenses como sujeitos desse trabalho. Desse modo, as subjetividades de que trato não são, de modo algum, alheias às circunstâncias de minhas próprias experiências como estudante, mulher e guineense. Entendo a dimensão “cotidiana” como importante nesse trabalho, que pode contribuir para o debate acadêmico no seio da UNILAB, seja em termos qualitativos, seja a partir da leitura dos dados quantitativos que procuraremos sistematizar. Por outro lado essa pesquisa pode servir como uma reflexão sobre o tema entre as alunas e alunos do curso de Ciências Humanas desta Universidade que, assim como eu, se interessam pelo tema da condição feminina e relações de gênero em contextos africanos e da diáspora.

Palavras-chave: Gênero. Guiné-Bissau. Mulher africana. Diáspora.



GT 12: IMIGRAÇÃO E PROCESSOS DE SAÚDE E DE ADOECIMENTO
COORDENAÇÃO: Ercílio Langa (UFC); José Caldas (UNIFOR); Priciliana Barreto Moraes (UECE).

**DISCURSOS E VULNERABILIDADES NOS PROCESSOS DE SAÚDE E
ADOECIMENTO DE ESTUDANTES AFRICANOS EM FORTALEZA**

Ercílio Neves Brandão Langa

Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: ercilio.langa@gmail.com

O presente trabalho analisa os discursos e a vulnerabilidade nos processos de saúde e de adoecimento entre alunos africanos residentes na cidade de Fortaleza-CE, no contexto da migração estudantil internacional de alunos de África para o Brasil. No contexto de diferentes estratégias, estudantes africanos saem de seus países com enormes expectativas acadêmicas em relação ao Brasil, devido ao maior nível de desenvolvimento econômico, tecnológico e de produção acadêmica, alimentando esperanças de facilidade de inserção por conta da língua portuguesa e culturas em comum trazidas pelos escravos. Chegados à Fortaleza, Ceará, além das dificuldades econômicas por conta do alto custo de vida nesta metrópole do Nordeste brasileiro, os estudantes africanos deparam-se com o racismo e dificuldades para acessar ao Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, nesta Diáspora, estes sujeitos padecem dos sintomas físicos e biológicos de doenças comuns, quais sejam dengue, infecções, adaptação a nova dieta alimentar etc. Outros passaram a ser acometidos de sofrimentos de ordem emocional, psíquica e clínica – saudades, depressão e estresse – ligados às diferentes formas de preconceito e discriminação racial, bem como ao *desenraizamento* (WEIL, 1996), situações contra as quais, estes sujeitos não dispõem de dispositivos para o seu enfrentamento, por estarem longe de suas famílias e do país de origem. Por outro lado, os africanos vivenciam verdadeiros *dramas sociais* (TURNER, 2005) e sozinhos têm que "se virar" para aceder aos serviços do SUS. São emblemáticos os casos das mortes por doenças de dois estudantes bissau-guineense ocorridas em hospitais do Ceará no ano 2014, que abalaram a Diáspora africana em Fortaleza. Para compreender tais processos de saúde e de doença, utilizei como aportes teóricos o *Modelo Explicativo* (KLEINMAN, 1980) e a noção de *Experiência da Doença* (ALVES, 1993). Para a realização desta pesquisa, utilizei o método etnográfico com registro sistemático no caderno de campo, a partir dos quais desenvolvi entrevistas abertas com estudantes oriundos de diferentes países de África, acerca de suas concepções e experiências na esfera da saúde, acesso, tratamento e dos episódios de doença primeiro, nos seus países de origem e, depois em Fortaleza, Ceará, Brasil. Entretanto, mesmo diante de tais dificuldades na esfera da saúde, a imigração estudantil em território brasileiro é representada "como um estado que os africanos parecem prolongar indefinidamente ou, um estado duradouro que se gosta de viver com intenso estado de sofrimento de provisoriação", resgatando a dupla contradição de Sayad (1998).

Palavras-chave: Saúde. Doença. Representações. Estudantes africanos. Fortaleza.



EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Pedro Marinho dos Santos Junior

Terapeuta Ocupacional. Residente em Saúde Mental Coletiva. Escola de Saúde Pública do Ceará. E-mail: pedromarinho307@yahoo.com.br

O presente trabalho, de natureza bibliográfica, busca apontar contribuições da educação popular em saúde para a formação de professores, no debate sobre as relações étnico-raciais, no cotidiano escolar. O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana apresenta um caráter intersetorial e encontra, na formação de professores, um dos pilares para efetivar a construção dessa política. Assim, a integração dos campos da saúde e educação configura um intercâmbio potente para a valorização da cultura negra e respeito pela diversidade étnico-racial como elemento de inestimável riqueza para a troca de saberes. O racismo na escola é uma temática importante para a formação humana e o desempenho escolar dos alunos. A educação popular em saúde pode ser um campo viável para a formação de professores e a sensibilização para o tema em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde. Relações Étnico-Raciais. Formação de Professores.

RESUMOS EXPANDIDOS





GT 1: Diáspora africana e cooperação internacional Brasil-África Coordenação: Basile Malomalo; Elcimar Simão Martins (Unilab)

COOPERAÇÃO BRASIL-MOÇAMBIQUE: MOVIMENTOS SOCIAIS, PROSAVANA E EXPANSÃO INTERNACIONAL DO CAPITAL PRIVADO EM MOÇAMBIQUE

Farã Vaz
Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPQ/UNILAB
E-mail: vaz.fara@yahoo.com.br

Orientador: **Prof. Dr. Basile Malomalo** - UNILAB
E-mail: basilele@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A cooperação técnica para o desenvolvimento na visão Sul-Sul para o continente africano é um debate atual e, no Brasil, ganhou marco nos dois mandatos de governo de Lula e a Dilma. Sendo assim, a cooperação técnica pode ser entendido na sua vida prática como aquilo que visa a melhorar a capacidade, humana e institucional, e é utilizado para transferência, adaptação e uso de habilidades, conhecimento e tecnologia (LOPES, 2005, p. 62).

Para argumentar sobre a cooperação de Brasil e Moçambique, nesse trecho de texto, não custa levar tanta argumentação sobre a história dos conceitos, o que não significa a negação histórica ou biográfica dos mesmos, mas, sim, tem a ver com busca de alcance teórico e real da problemática posta no texto. No entanto, a cooperação entre estes dois países nos interessava, a partir de anos 2003, até o presente momento, através do seu projeto de cooperação tripartida Brasil-Japão-Moçambique.

O ProSavana fica no corredor de Nacala norte de Moçambique e tem como objetivos melhorar a competitividade do setor rural da região, tanto em matéria de segurança alimentar, a partir de organização, quanto do aumento da produtividade no âmbito de agricultura familiar, na geração de excedentes exportáveis, a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio (PROSAVANA-TEC, 2011). E ainda se pode dizer que o programa é alinhado ao desenvolvimento sustentável com base nas leis do mercado: a famosa e aclamada livre concorrência do mercado.



Se o programa visa ao desenvolvimento, como um dos conceitos, é também popularizado, pelas multinacionais, como objeto de salvação (do subdesenvolvido), por via da cooperação técnica. Em primeiro lugar, compeende-se a cooperação como viés de relação que pode ser solidária, assim como dominação, ainda mais quando está atrelada à expansão de mercado e capital internacional.

Em definição, o desenvolvimento, como um problema no contexto africano por ser conceito discursivo construído, fora do continente para realidade local, exige a sua definição contemplar ao reconhecer e levar em conta a sua utilidade com a realidade e capacidades locais.

Nesse sentido, Lopes (2005, p. 56) define “o desenvolvimento é uma totalidade”. E se for alinhado ao desenvolvimento de capacidades no sentido amplo, significa aquele que busca melhorar a *performance* de atividades relacionadas a um crescimento em todos os níveis da sociedade. Ele vai além, dizendo que é um processo cultural integrado que inclui valores como o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo e o bem-estar. Isto é, o desenvolvimento só é indógeno quando avêm do interior da sua própria sociedade, a qual define soberanamente a sua visão e a sua estratégia, e conta, primeiramente e sobretudo, com as suas forças internas e com a cooperação com a sociedade que compartilha com ela os seus problemas e aspirações.

Essa definição induz o pesquisador a dizer que o desenvolvimento seja ele, sustentável ou econômico, não deve fazer opção por câmbios das ideias ou programa advinda de outra sociedade com o intuito de subjugar todos os valores culturais locais. Assim, as suas capacidades, isto é, se houver interessados em desenvolvimentos engdógenos, compartilhado com outras sociedades, não de modo como o Prodecer passou a ser Prosavana, num estalar dos dedos. Ou seja, um desenvolvimento amparado em uma visão do imperialismo de capitalismo dominante: para se só vale competição e lucro, em que o mercado passa ser o domínio e o regulador de relações sociais, assim como o produtor de desigualdades e conflitos. Se existem fomes, a primeira que deve ser combatida na África é a do conhecimento e não fome de produzir o consumismo e total dependência do mercado.

O propósito desta investigação é demostrar as outras faces de relações solidárias de União nacional dos Camponeses de Moçambique UNAC, Justiça Ambiental, a Ação Acadêmica para o desenvolvimento das comunidades Rurais, das comissões de Justiça e Paz das Dioceses de Nampula e de Nacala, do Observatório do Meio Ambiente, Forum Terra entre outros (organizações de Moçambique) e Comissão Pastoral da Terra CPT - (do Brasil),



perante a luta contra o ProSavana, bem como a violações de direito humanos cometidas pela empresa mineira brasileira Vale do Rido Doce.

METODOLOGIA

O caminho da construção dessa pesquisa se engendra na metodologia da pesquisa qualitativa. No entanto, é caracterizado pela pesquisa dos livros, artigos acadêmicos com debates das ciências sociais e relações internacionais. Assim como também se utiliza da pesquisa documental, como pautas dos movimentos sociais; como cartas de protestos organizações da sociedade civil; como a Comissão pastoral de Terra do Brasil, União Nacional dos Camponeses em Moçambique e outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise provêm do Observatório de Meio Rural (OMR) de Moçambique sobre o ProSavana no Corredor de Nacala. Esta organização conclui que “o desenvolvimento de culturas de rendimento para exportação foi um dos tópicos de inquietações no âmbito dos objetivos de ProSavana e referenciava-se à produção de culturas de rendimento, em particular, a soja”. Aponta a falta de transparência do Prosavana nos seguintes pontos: processo de implementação pela sociedade civil, das comunidades de camponeses, ausência de explicação sobre os aspectos essenciais, como efeitos e impactos ambientais; a negligência da importância de ajustamento das políticas econômicas; as reformas e as formas de organização, coordenação, regulação do Estado que também estão pouco esclarecidos. Dentre os pontos apontados como resultado da análise de OMR, merece o acréscimo de se perceber que indica uma democracia participativa que pretende chegar ao desenvolvimento de capacidade, locais e sustentável, com o meio ambiente. Isto é, criar possibilidade de gestão participativa com líderes¹, assim como de responsabilização de comunidade camponesa no processo. Os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam a defender) seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário. Suas companhias mais poderosas estabeleceram-se e continuam a funcionar pelo mundo afora; são “multinacionais”

¹ Líderes caracterizam-se por ter habilidade compromisso pessoal e a capacidade para executar ações concretas. Tanto entre as mais altas autoridades nacionais quanto aquelas de nível comunitário, os líderes são inclusivos e proativos, e garantem alocação de recursos internos adequados (LOPES; THEISOHN, 2006, p. 35).

apenas no nome. Na verdade, são corporações *transnacionais* que não se sustentariam por si mesmas (MÉSZÁROS, 2012).

Diante das políticas de “usurpação das terras e ameaças a líderes de movimentos sociais, a dinâmica traz ao mundo outras possibilidade de relação solidárias entre povos como CPT do Brasil e UNAC em ações contra ameaças e contra ProSavana.

Nós, representantes de movimentos do campo, de organizações da sociedade civil, de sindicatos, de entidades religiosas e de outros movimentos sociais do Brasil integrantes da Campanha Internacional “Não ao ProSavana” e da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, declaramos nosso irrestrito apoio e solidariedade aos representantes da União Nacional de Camponeses (UNAC) diante das ameaças e tentativas de agressões físicas que sofreram no dia 11 de janeiro de 2016. Nós temos acompanhado com muita atenção, nos últimos anos, as discussões em torno do ProSavana, bem como as violações de direitos e as irregularidades cometidas sistematicamente pela empresa brasileira Vale. Nos colocamos ativamente contrários a esse tipo de postura e comportamento. Como cidadãos brasileiros, entendemos que a cooperação entre países precisa ser orientada por princípios de solidariedade e de respeito à soberania dos povos, de modo que qualquer postura autoritária e violenta, não apenas deve ser combatida, como extermínada. A cooperação internacional, pelo seu caráter público, deve ter como fim a promoção do desenvolvimento e da justiça social, e jamais se converter num instrumento de opressão do debate público e da participação democrática ou de promoção dos interesses de empresas e investidores. E é por isso que nos posicionamos nessa carta em solidariedade aos representantes da UNAC e aproveitamos para cobrar das autoridades brasileiras envolvidas no ProSavana também o seu pronunciamento e ações imediatas de combate a atitudes autoritárias dessa natureza.

Figura 1 – Protesto da Comissão Pastoral da Terra do Brasil e União Nacional de Camponeses de Moçambique contra ProSavana



Fonte: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publica>.

Consequentemente, é oportuno continuar com a crítica e interpretação de Mészáros (2012), pois segundo este autor, o sistema do capital no seu metabolismo, controle e expansão são formados por componentes inevitavelmente conflitantes e antagônicos, complementados



sob o capitalismo pelo poder absoluto da mão invisível pelas funções compreendidas de Estado como legais. Isto é, a dinâmica de capital internacional disfarça, na livre concorrência do mercado, tido como regulador da vida social e ainda no liberalismo, as necessidades ('redução de fome e pobreza') que são a objetivação capitalista da forma como influenciam as escolhas e as perspectivas expansionistas do mercado.

CONCLUSÕES

A outra face de cooperação de Brasil e Moçambique é as dessas organizações contra as megaprojetos de transnacionais em Moçambique, com o resultado de análise de OMR que tem muito significado no processo de consolidação de Prosavana em Moçambique. Sabe-se que a dominação de capital imperialista por meio de multinacionais não pode ser definido com os camponeses por meio de livre concorrência do mercado, a não ser um desenvolvimento que visa à dominação e à concentração de riquezas.

Para Mészáros (2012), a história do imperialismo mostra três fases distintas. O primeiro, imperialismo colonial moderno construtor de impérios, criados pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo. Segunda fase do imperialismo para ele seria a 'distributivista' antagonistamente contestado pelas principais potências, em favor de suas empresas quase monopolistas. E terceira e última fase do imperialismo é entendido como imperialismo global hegemônico. É preciso as ONGs participarem. Entre as fases do imperialismo apontado por István Mészáros, não há limite à busca de interpretação da atual característica das empresas chamadas transacionais ou por um termo mais comum de multinacionais, em sua nova dinâmica entre Brasil e África. Mas também vale ressaltar sobre essa dinâmica imperialista de transnacionais; a relação cooperativa do Brasil e África: Sul-Sul não está longe disso.

REFERÊNCIAS

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano:** a agenda emergente para o novo milênio. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. revista. São Paulo Boitempo, 2011.

UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES DE MOÇAMBIQUE. Ativista da União nacional de Camponeses de Moçambique sofrem tentativas de agressão durante reunião do projeto de



ProSavana. UMA. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/de-agressao-durante-reuniao-do-projeto-prosavana>> Acessado em 13 de Jan. de 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Organização do Brasil manifestam solidariedade aos representantes da União Nacional de Camponeses de Moçambique diante das ameaças e agressões físicas / Comissão Pastoral da Terra - CPT. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-pt-s-do-cerrado/3079-sicas>> Acessado em: 19 de Jun. de 2016.



AS RECIPROCIDADES NA COOPERAÇÃO SUL-SUL E A IMPORTÂNCIA DA CULTURA ENDÓGENA E DO MEIO AMBIENTE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA

Ivanilson Dinis Geraldo Monteiro

Bacharel em Humanidades e estudante de Sociologia - Unilab

E-mail: ivanilsondinis@hotmail.com

Orientador: Basile Malomalo

Docente do IHL/UNILAB

E-mail: basilele@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O nosso trabalho (que é uma parte do artigo em andamento) pretende investigar as reciprocidades na cooperação sul-sul, Brasil- África, e a importância da cultura endógena e do meio ambiente no que diz respeito ao processo desenvolvimento da África. Desde a abolição da escravatura, desenvolveram-se estreitas relações que perduraram até a independência dos países africanos (nos início dos anos 1960), momento em que começaram a surgir novos mecanismos de relacionamento entre este país, o Brasil, e o continente africano, em particular os países da região subsaariana. Dito isso, o estudo se desenvolve à luz do objetivo geral que é compreender o papel e as vantagens existentes na cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a África.

Na década de 70, o acúmulo das experiências positivas dos países em desenvolvimento, que podem ser articuladas em outros países com os mesmos problemas, fez com que as Nações Unidas desenvolvessem o conceito e atesse a “cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD)” ou “horizontal”, em contraponto à “cooperação norte sul”. Assim sendo, a cooperação técnica internacional CTI (Sul-Sul), configura-se como um instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países.

Para contribuir no processo de desenvolvimento socioeconômico, a CTI (Sul-Sul) almeja a permutação de conhecimento entre um organismo internacional e um país, ou entre os países, em Bases comerciais, com vistas a alcançar objetivos comuns previamente definidos. O exposto nos leva a pensar sobre o nosso objetivo específico, que é de avaliar a importância da cultura endógena e do meio ambiente para o desenvolvimento da África subsaariana.



METODOLOGIA

No nosso trabalho, durante o processo de coleta de dados, escolhemos a metodologia que levasse em conta as técnicas utilizadas numa pesquisa documental e as utilizadas, também, numa pesquisa bibliográfica, num formato que permite a complementariedade entre ambas.

No que tange à pesquisa bibliográfica, como bem define Gil (2010), é uma pesquisa que se desenvolve, a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Partes dos estudos exploratórios podem ser definidas como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas, a partir de técnica de análise de conteúdo. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados, a não ser com base em dados secundários. É nesse sentido que escolhemos e/ou recorremos ao material bibliográfico para alcançar os objetivos da nossa pesquisa.

Continuando com a perspectiva do mesmo autor, Gil (2010), uma pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença, para ele, entre ambas, está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

O nosso trabalho utilizou a internet para complementar e compreender melhor as reciprocidades na cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a África através dos discursos do Celso Amorim (e demais autores políticos brasileiros) que se encontram *Youtube*. Esses autores políticos brasileiros, em seus discursos, não constituem foco do trabalho, mas, sim, como algo complementar.

RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO

O nosso trabalho tem como foco estudar as reciprocidades concernentes à cooperação Sul-Sul e a sua implicação com a cultura endógena e o meio ambiente. Segundo os levantamentos dos materiais na nossa pesquisa, constatamos que o nível de desenvolvimento



adquirido pelo Brasil, entre diversos países que venham beneficiando intensamente da cooperação internacional, nas últimas décadas, fez com que algumas instituições brasileiras fossem demandadas com crescente intensidade, tanto por país interessados na sua experiência quanto por organismos internacionais. Neste particular, o governo brasileiro, reconhecendo a importância da CTI (Sul-Sul), que havia representado para o desenvolvimento do Brasil, considerou que o Brasil deveria dar um retorno compatível com os benefícios dela, a cooperação, obtidos e colocou sua experiência à disposição dos países interessados e não só organismos internacionais e ONGs. O governo brasileiro tem como pressuposto fundamental que a CTI (Sul-Sul) recebida deve contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do país e a construção da autonomia nacional nos temas abrangidos. A mesma preocupação aplica-se à CTI (Sul-Sul), prestada pelo Brasil a outros países, sendo que a missão da CTI (sul-sul) é definida pela ABC, agência brasileira de cooperação, como a de contribuir para o afunilamento (estreitamento) das relações do Brasil com os demais países em desenvolvimento, para aplicação dos seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimento técnico, para a capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições, por meio do compartilhamento de políticas públicas bem sucedidas (ABC, 2015, p.1).

Posto isso, a cooperação internacional se apresenta como importante mecanismo (engrenagem) de relacionamento entre as nações e como meio de promover o desenvolvimento humano. No contexto da política internacional, a cooperação é definida, a partir do enfoque de disputa de poder, por ser ela (cooperação) instrumento da política externa dos países. Já no contexto da governança global, nas perspectivas sinalizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), ela (cooperação) é considerada como meio de “aproximação” entre os diferentes atores do cenário internacional, com vistas à assistência necessária aos países na condução e execução de suas iniciativas de promoção do bem-estar da população.

Isso dito, os temas cooperação internacional e desenvolvimento estão presentes no atual (concernente) debate sobre o cenário internacional. Ambos convergem para o tema da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Esse conceito parte do pressuposto de que há uma responsabilidade coletiva de todos os atores, frente aos desafios com que se depara a civilização humana, atualmente, com relação ao alcance do bem-estar geral. Diante disso, a cooperação internacional se instrumentaliza pelos acordos de parcerias, firmados



entre os diferentes atores internacionais, principalmente os países e as organizações internacionais, não exclusivamente a eles, ONGs.

Nesse intento, a discussão sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento está longe de ter alcançado a estabilidade teórica-conceitual e prática, o que acontece devido à popularidade do tema e ao momento de transição que se observa na dinâmica das relações internacionais, a partir da entrada da CTI (Sul-Sul) que temos aqui como foco no debate. O surgimento de novos atores globais influentes, sejam eles países emergentes, sejam organizações da sociedade civil, como, por exemplo, empresas e organizações não governamentais (ONGs), são alguns dos desafios reconhecidos. A transição de um enfoque de disputa de poder para um enfoque desenvolvimentista pressupõe um debate centrado no ser humano, consequentemente, menos econômico e mais humanista, menos universalista e mais intercultural (CAIXETA, 2014, p. 17).

E é nesse contexto que enxergamos que a emergência do Sul global é algo esperada como alternativa aos caminhos (horizontes) até então percorridos para o desenvolvimento. Boaventura de Sousa Santos defende novas formas de pensamento, pelo que assinala sobre a necessidade de se instituir novas epistemologias e de produzir conhecimentos que sejam provenientes de outras culturas e civilizações, até então ignoradas, por causa da localização no Sul (SANTOS apud CAIXETA, 2014, p. 19).

Com isso, com base no exposto em cima, o “refinamento” das relações Sul-Sul promoveu modificações na estrutura das relações internacionais e produziu resultados em termos de desenvolvimento, graças ao reconhecimento das oportunidades e capacidades dos países e ao aumento da demanda por sua cooperação. Para se assentar a este cenário e com a ambição de consolidar o protagonismo no cenário internacional, o Brasil priorizou, durante o governo Lula (2003-2010), a estratégia de cooperação Sul-Sul, CSS, na condição da Política Externa Brasileira (PEB) que tem como “fruto” (entre os vários) a escolha do brasileiro, José Graziano, para ocupar a mais alta cadeira da FAO em que os votos dos países africanos pesaram muito (ULLRICH; MARTINS; CARRION, p.2-3).

Como falamos, desde inicio, pretendemos estudar as reciprocidades na cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento que levasse em conta os anseios da cultura endógena, tanto quanto o respeito pelo meio ambiente. Dito isso, notadamente, o desenvolvimento de capacidade (endógeno) é visto como um esforço para inverter as regras da sociedade, situações e padrões de comportamento, seus níveis e quantidade de capital social e sua habilidade para responder, adaptar-se e disciplinar a si mesma. No que concerne à capacidade,



neste sentido, diz respeito à auto-organização de uma sociedade e à disposição, visão, coesão e aos valores para a promoção do progresso ao longo do tempo (LOPES, 2005, p.46).

Reportando Serge Latouche (2009), atualmente o desenvolvimento sacrifica as populações e consequentemente o seu bem-estar concreto e local no altar de um bem-ter abstrato e desterritorializado. É óbvio, esse sacrifício em honra de um povo mítico e desencarnado é feito em proveito dos “empreendedores do desenvolvimento” (as empresas transnacionais, as autoridades políticas, os tecnocratas e as máfias) (LATOUCHÉ, 2009, p. 39).

Com isso, podemos dizer que qualquer desenvolvimento que não presa (zela) pelas culturas e capacidades da população local (endógeno) está fadado ao fracasso de não satisfazer os preceitos almejados para aquela população. Isso dito, o desenvolvimento é pessoas e, como sendo as pessoas, ele (desenvolvimento) não pode fugir dos preceitos criados por essas pessoas como prioritário. No nosso entendimento, qualquer que seja o projeto de desenvolvimento, em que não está subjacente ao reconhecimento dos anseios das pessoas, não é digno para execução porque o desenvolvimento ocorre quando é respeitada a cultura endógena, quando as pessoas são colocadas em primeiro lugar e quando existe liberdade de escolha. No entanto, o enfoque nas liberdades humanas afronta uma visão mais restrita de desenvolvimento, como as que enxergam o desenvolvimento através do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento de rendas pessoais, industrialização, desenvolvimento tecnológico ou modernização social. É claro que o crescimento do PIB ou das rendas individuais é, obviamente, muito importante como meio de expandir a liberdade pelos os membros da sociedade (SEN, 2015, p.16).

No que concerne ao meio ambiente, podemos dizer que a não certeza aos imprevisíveis elementos da natureza esteve presente, desde os primórdios da vida dos seres humanos. Entretanto, pouco a pouco, a ancestral e difícil luta por sobreviver foi se transformando em um desesperado esforço por dominar a natureza. E o ser humano, com suas formas de organização social antropocêntricas, posicionou-se figurativamente fora dela. Chegou-se a conceder a definição da natureza sem considerar a humanidade como sua parte integral. Foi característico a uma espécie de corte ao nó górdio da vida que une todos os seres vivos em uma única Mãe terra.

Investigar (pesquisar) sobre a natureza, meio ambiente, como tem feito os seres humanos, usando cada vez mais os métodos de análise da ciência, é estritamente inevitável e incontornável. O problema radica em que, por meio de diversas ideologias, ciências e técnicas separaram, hoje em dia, bruscamente ser humano da natureza. Sem querer negar as valiosas e importantíssimas contribuições da ciência, mas a voracidade por acumular capital forçou



ainda mais as sociedades humanas a ter a natureza como algo descartável. O capitalismo, como “economia-mundo”, transformou a natureza em uma fonte de recursos inesgotável que, como referimos, na concepção africana isso não funciona, devido à estreita ligação entre o Homem e a natureza e, acima de tudo, é insustentável (ACOSTA, 2011, p.101-102).

No mesmo intento, reportando a Lopes, o desenvolvimento é uma totalidade que se enraíza nos saberes da cultura que não descarta os valores, como o do ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo e o bem-estar. Isto dito, o desenvolvimento é endógeno (local e ancestral), só pode vir do interior da sociedade, a qual define, soberanamente, a sua visão e a sua estratégia, e conta primeiramente e (sobretudo) com as suas forças internas e com a cooperação com a sociedade que colocam, em reciprocidade, com ela, os seus problemas e aspirações (LOPES, 2005, p. 56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal evidência, que se espera, é que os africanos enxergam que desenvolvimento é, ante de qualquer coisa, um esforço interno, não extravertido. A implementação de modelos de desenvolvimento, por nobres e apropriados que possam parecer, está condenado ao fracasso se não estiver assentado (enraizado) num terreno histórico e cultural sólido que respeite os saberes locais e meio ambiente onde esses sujeitos vivem. Dito isso, o meio ambiente para um ser africano não é somente um local que vai servir da exploração dos recursos naturais, de montar barragens e demais. Mas, sim um local de suma importância que coordena a vida dos homens na terra devido a sua habitação pelos antepassados, os ancestrais.

Nos preceitos africanos todo o universo está em interfuncionamento (interligado) como teia de aranha. Com isso, o homem da tradição africana se enxerga como elemento integrante do universo reatando uma relação profunda e cordial com o meio ambiente expressadas (externalizadas) em ritos, cerimônia. Reportando Ignacy Sachs (2009), como é de nosso conhecimento, o desenvolvimento e direitos humanos alcançaram lugares importantes na metade do século, que se versaram como duas ideias projetadas a exorcizar as lembranças da grande depressão e dos horrores da segunda guerra mundial, dando as engrenagens para o sistema das Nações Unidas e “impulsionar” os processos de descolonização. Entretanto, sem nenhum deslize, o contrato social no qual se baseia a governabilidade da nossa sociedade deve



ser complementado por um contrato natural em que o cuidado do meio ambiente seria prioridade das prioridades.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos.** 1. ed. Elefante, 2011.

CAIXETA, Maria Bolfarine. **Os discursos e as práticas na cooperação.** Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15924/1/2014_MarinaBolfarineCaixeta.pdf. Acessado no dia 20 de julho de 2016.

De cooperação, Agência brasileira. Histórico da cooperação técnica brasileira. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>. Acessado no dia 29 de junho de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno.** São Paulo: Luciana Veit, 2009.

LOPES, Carlos. **Cooperação de desenvolvimento humano. A agenda emergente para o novo milênio.** Unesp, 2005.

LOPES, Carlos. **Desenvolvimento para cético.** Unesp, 2006

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** 3. ed. São Paulo, 2010.

ULLRICH, Danielle Regina. MARTINS, Bibiana Volkmer. CARRION, Rosinha Machado. **A cooperação Sul-Sul como estratégia de Política externa brasileira: análise dos governos Lula e Dilma.** Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_ESO911.pdf. Acessado no dia 19 de maio de 2016.



CABO VERDE: PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Aminata Mendes

Bacharel em Humanidades/Unilab

mendes_aminata@yahoo.com

Orientador: **Basilele Malomalo**

Docente do IHL/Unilab

basilele@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A República de Cabo Verde é um arquipélago localizado a 455 km da costa ocidental africana, constituído por dez ilhas e oito ilhéus. O seu território se estende num total de 4033 km² e foi invadida pelo Portugal, desde 1460 até a sua independência, em 1975. Desde a sua separação com a Guiné e com a abertura política multipartidária, Cabo Verde tem sido elogiado pela consolidação de suas instituições democráticas.

Segundo Ramos (2012), os elogios ao funcionamento da democracia em Cabo Verde têm surgido por parte de diversas instituições internacionais que consideram aquele arquipélago um importante exemplo. Para ela, alguns investigadores como Peter Meyns (2002) apontam a sua singularidade entre os demais Estados da África subsaariana, alguns dos quais assolados por conflitos bélicos e étnicos, catástrofes naturais, além de fome e pobreza extrema. Ao alcançar a independência em 1975, o arquipélago teve de contornar a falta de recursos naturais, a sua insularidade e o clima seco, entre outras fraquezas para contrariar os cépticos e levar avante o processo autonómico. Para Ramos, a opção pelo multipartidarismo, em 1991, permitiu a entrada de mais partidos no campo político e a realização de eleições legislativas, presidenciais e autárquicas e a criação de instituições próprias de um sistema democrático.

Apesar de escassos anos envolvidos sobre esses primeiros atos eleitorais, o país tem-se destacado pela sua estabilidade política e pela regularidade do funcionamento das suas instituições públicas, não se registando conflitos institucionais entre órgão de soberania. Cabo Verde passou, depois de 1975, a ser governado em regime de Partido único, segundo um modelo de inspiração marxista. Dadas às dificuldades econômicas, o país procurou seguir uma escrupulosa política de não alinhamento por nenhum dos blocos políticos em que o mundo se dividia. Algumas políticas, pouco adequadas, agravaram, contudo, nos anos oitenta, os problemas do país.



Nuno Miguel Miranda Ferreira (2001) faz observar que a teoria clássica da democracia, definida por Joseph Schumpeter, é como o arranque institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum, fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo.

Desenvolvimento: conceito que aparece com a emergência do capitalismo e as críticas das sociedades feudais, uma vez que foi o sistema de produção capitalista que deu origem à noção de progresso material e de desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2002).

METODOLOGIA DO TRABALHO

A metodologia assenta-se numa abordagem interdisciplinar que valoriza a perspectiva histórica e sociológica. O estudo coleta seus dados, a partir da pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Conforme, Antônio Carlos Gil (2010) e Maria Cecília de Souza Minayo (1994), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida, a partir do material já elaborado constituído, principalmente, de livros e artigos científicos; e as fontes documentais são conjuntos de dados que ainda não receberam um tratamento científico ou analítico. No caso do nosso trabalho foram informações produzidas sobre o assunto do nosso interesse, tendo como objetivo geral: compreender a formação de Estados de direito em África subsaariana e a sua relação com o desenvolvimento. Os objetivos específicos foram: analisar o processo da construção de um Estado democrático, depois da independência de Cabo Verde; entender o fator que contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico e político em Cabo Verde.

RESULTADOS

Abertura política multipartidária permitiu consolidação das instituições em Cabo Verde e tem trazido os ganhos importantes na construção de um Estado democrático, depois da independência.

Apesar de existir algumas disputas em relação à questão da partidarização da sociedade, não temos estudos que compravam seus efeitos. Ramos (2012) aponta-as, muitas vezes, como fatores muito presente no quotidiano da sociedade cabo-verdiana, mas não existem estudos empíricos demonstrativos de efeitos perniciosos que tal possa acarretar. A discussão é, por vezes, acesa nos meios de comunicação social e na blogosfera, mas não há consequências práticas para além de alguns insultos. Os dados apurados por diferentes



instituições apresentam uma realidade que aponta para a consolidação da jovem democracia cabo-verdiana, embora os seus pontos fracos não sejam escamoteados.

A democracia em Cabo Verde se afigura como fato irreversível. Vlademiro Salvador Furtado (2015) defende que os dados apurados em 2015 demonstram que os cidadãos não estão dispostos a dispensá-la, enquanto forma de organização social e de interação societária. Ainda não foi consolidada cem por cento com a sociedade, de modo que todos os cidadãos possam encará-la como forma natural da vida.

Em Cabo Verde, os sinais de mudança política surgem em finais da década 80, exatamente em 1988, período em que teve o III Congresso do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), assim como a criação de mecanismos que estimulassem o investimento, de modo a ser promovido o desenvolvimento (CRUZ, 2015, p. 73).

Para Cruz (2015), a governação do PAIGC entre 1975-1980, e do PAICV de 1980-1990 não seguiu o modelo democrático: a realização das primeiras eleições multipartidárias, aprovação da constituição política que atribuem direitos, deveres, garantias e liberdades aos cidadãos. O processo que fundou o Estado de direito democrático em Cabo Verde ocorre em 1990, com a abertura política e transição para a democracia. Nesse contexto, ele passou a ser regido como um Estado de direito democrático.

Em Cabo Verde, a política tem sido sempre muito orientada para os consensos e o governo de maioria e as liberdades civis têm sido geralmente respeitadas, desde que alcançou a independência. Em 2010, foi avaliada a firmeza do enquadramento democrático pelas Nações Unidas de índice Polity IV, com a nota 10. E ficou em segundo lugar na Avaliação Política e Institucional do País (CPIA) que abrange todos os países da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) e é o primeiro entre os países da África Subsaariana (ASS).

Outro aspecto que despertou atenção do mundo foi as eleições nacionais, realizadas, ambas em 2011, as quais trouxeram uma situação nova à política de Cabo Verde. Pela primeira vez, o Presidente e o Primeiro-ministro representam partidos diferentes: o Movimento para a Democracia (MpD) e o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), sem que tal tenha gerado constrangimentos ou dissabores entre ambos.

Conforme os dados da revista EXPRESSO DAS ILHAS e VOA, em 2015, observa-se a queda da pontuação democrática em Cabo Verde, mas continua com a liderança nos países da África subsaariana.



Segundo Jorge Montezinho (2016), Cabo Verde é o país de língua portuguesa em África com melhor colocação no Índice de democracia de 2015 da revista The Economist Intelligence Unit (EUI). Segundo ele, documento procura avaliar o estado da democracia por parte dos países e pontuar vários critérios que considera importantes para o funcionamento de uma sociedade democrática.

Conforme esses dados, Cabo Verde obteve 9,17 pontos nos itens Processo Eleitorais e Pluralismo, 7,86 em Governança, 6,67 em Participação Política, 6,88 em Cultura Política e 9,12 em Liberdades Civis.

Em Moçambique, por exemplo, a Participação Política e Cultura Política, foi de 5,6, enquanto em Processo Eleitoral e Puralismo, de 4,4, Liberdades Civis, 3,8, e Funcionamento do Governo, 3,6.

Angola o item Processo Eleitoral e Plurarismo receberam uma nota muito negativa, com 0,9 ponto, enquanto a melhor é na Participação Política, com 5 pontos, Cultura Política conseguiu 4,4 pontos, Liberdades Civis e Funcionamento do Governo totalizam 3,2.

Guiné-Bissau conseguiu nenhum ponto no item Funcionamento do Governo, enquanto na Cultura Política chegou a 3,1 pontos, Participação Política, 2,1 nas Liberdades Civis e 1,7 no Processo Eleitoral e Pluralismo.

São Tomé e Príncipe não aparece no Índice de Democracia de 2015 da EIU. Entre os países africanos, Cabo Verde é superado apenas pelas Ilhas Maurícias (18), que integra o grupo de elite das 20 democracias perfeitas.

Segundo revista Voa (2016), entre 167 países, Cabo Verde conseguiu a melhor classificação em termo de democracia, à frente de Portugal dentro da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa: Cabo Verde ocupou o 33º lugar; Timor Leste, 41º lugar; Brasil ocupava 51º lugar; Moçambique ocupa a 109ª lugar; Angola aparece no lugar 131 lugar e a Guiné-Bissau fica na 160ª lugar.

No que diz respeito ao desenvolvimento social e econômico, Evora (2001) faz observar que os processos de transição política, ocorridos em Cabo Verde nos finais da década de 80 e inícios dos anos 90, foram seguidos por processos de transição no plano econômico. Para ela, a onda de democratização durante este período foi seguida de uma enorme vontade por parte dos novos governos em introduzir mecanismos para transformar a economia num setor mais dinâmico e mais eficiente. Os governos eleitos democraticamente fizeram questão de romper radicalmente com o passado, tanto no plano político como no econômico. O objetivo deles era trocar os modelos de desenvolvimento baseados na



centralização e em monopólios estatais para modelos baseados no livre mercado e com ênfase no setor privado. Com essas reformas, esses governos pretendiam resolver as situações financeiras dos Estados que se encontravam numa situação de estagnação e falência, aumentar as receitas por eles geradas, e criar condições para a adoção de uma economia mais dinâmica e mais eficiente.

Em Cabo Verde, o processo de privatização começa a tomar corpo a partir de 1991. Foi um programa diretamente financiado e fiscalizado pelo Banco Mundial (ONU, 2010), e dividido em duas fases: na primeira, ficou estabelecido que se fizesse, em alguns setores, a privatização total dos ativos do Estado e, na segunda, o governo faria uma reestruturação dos setores que continuariam a ter uma administração pública. Nesse último setor, o objetivo era introduzir capital humano e tecnológico a fim de permitir uma produtividade maior e mais eficiência nas empresas que continuariam sendo estatais (EVORA, 2001, p. 86-87).

A interpretação de Pereira (2013) é que, dando continuidade ao conjunto de reformas iniciado em 1991, no segundo mandato sucessivo iniciado em 1995, o MpD deu prioridade ao setor público e à estabilização macroeconômica, estabelecendo como metas a eliminação da dívida interna, a liberalização da economia e a conclusão do processo de privatizações estatais. Para a estabilização econômica e financeira foram assinados o Acordo Stand-By com o Fundo Monetário Internacional e o acordo de cooperação cambial com Portugal.

A mesma autora define que, para além disso, no plano social, o Governo adotou medidas de combate ao desemprego e à pobreza e facilitou o acesso à saúde, educação e habitação e tentou melhorar a qualidade destes serviços. Ou seja, sendo um grande defensor das políticas sociais quando se encontrava na oposição, o novo Governo intensificou as medidas de desenvolvimento social, incidindo nos domínios da educação, saúde, habitação, emprego e segurança social, de forma ao seu acesso ser o mais igualitário possível. Acrescido a estas medidas, principalmente no segundo mandato, o Governo reforçou os mecanismos de regulação das atividades econômicas, nomeadamente o controle do setor privado, com o objetivo de tornar estas atividades mais equilibradas e justas (PEREIRA, 2013, p. 79-80).

Furtado (2015) sinaliza que a imigração é um dos eixos mais importantes da política externa do arquipélago, tendo em consideração a sua participação e contribuição efetiva no desenvolvimento socioeconômico do país, devido à relevância das remessas que envia para Cabo Verde. O contributo da diáspora no desenvolvimento do país não só se baseia apenas no envio das remessas dos conterrâneos emigrados em termos monetários, mas também um



contributo vasto para combate a pobreza que se estende ao investimento privado através dos imobiliários, acesso a educação básica, secundária e superior, desenvolvimento humano.

Podemos dizer que a contribuição dos imigrantes cabo-verdianos (as), os países parceiros, por outra palavra, financiamento estrangeiro e a sua boa governança levou a Cabo Verde ao patamar mais alto entre os países da África subsaariana. Conforme Furtado (2015), o funcionamento da diplomacia e de desenvolvimento tem como base a plena articulação com sector privado, no favorecimento da investigação estrangeiro, no acesso ao mercados e no financiamento do desenvolvimento insular. A relação do Estado com outros atores do panorama internacional contribui para o progresso econômico e social do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que Cabo Verde apesar de ter passado, de um lado, por diferentes fases na sua vida política e as dificuldades ligadas aos seus antecedentes históricos, nos séculos XV-XIX, tráfico, escravidão portuguesa e a sua luta pela descolonização e independência também como crise social, devido à seca que causou migrações; por outro lado, percebemos os esforços de suas lideranças políticas, a partir dos anos de 1990 para a construção da democracia que levou o país à estabilidade política democrática. Esta, por sua vez, tem contribuído para o seu desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

ÉVORA, Roselma. **A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde:** Universidade de Brasília departamento de ciência política mestrado em ciência política. Brasília, DF 2001. Disponível em:
<http://www.portaldoconhecimento.gov.br/bitstream/10961/292/1/2001%20Roselma%20Evara.pdf>. Acessado em 08 set. 2016.

FERREIRA, Miranda Nuno. **O conceito de democracia segundo Joseph Schumpeter:** Uni. Centro de estudos jurídicos, políticos e sociais CEJPS. Disponível em:
<http://emprende.org.br/pdf/Democracia%20e%20Participa%C3%A7%C3%A3o/O%20conceito%20de%20democracia%20segundo%20Joseph%20Schumpeter.pdf>. Acessado em 08 set.2016.

FURTADO, Salvador Vlademiro. Cultura política e consolidação democrática em Cabo Verde: uma balança de 24 anos de instauração da democracia: Universidade Federal Grande do Sul (UFRGS) Porto Alegre, set, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/FURTADO-Wlademiro.pdf>. Acessado em. 15 Set. 2016.



GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HERNANDES, Leila Leite Hernandes. **A África na sala de aula: Visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

_____. **Os filhos do sol: A formação do estado-nação em Cabo Verde**. São Paulo: Summus, 2002.

CRUZ, Lavinio Antônio Conceição da. A política externa no desenvolvimento de Cabo Verde: Ciências política. Centro de Investigação Sol Nascente (CISN). Disponível em: http://www.ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/n9_lavinio_cruz.pdf. Acessado em:15 Set. 2016.

MONTEZINHO, Jorge. Índice de Democracia 2015: Cabo Verde no 32º lugar: Expresso das ilhas. jan.2016. Disponível em:

<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/47364-indice-de-democracia-2015-cabo-verde-no-32%C2%BA-lugar>. Acessado em 20 set. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NAÇOES UNIDAS, 2010. **Instituto nacional de estatística**. Disponível em: www.ine.cv Acessado em 20 set. 2016.

PEREIRA, Cardoso Ludemila. **Cabo Verde: Da descolonização à abertura democrática**: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2013. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5837/Tese%20Ludmila.pdf?sequence=1>. Acessado em 05 Set.2016.

SAMUEL, Varela Spínola. **Desenvolvimento do turismo em Cabo Verde a partir da abertura política (1990) à atualidade**. Évora: Universidade de Évora, 2009, p. 1-145 (Dissertação). Disponível em: <http://portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/229>. Acessado em: 09 agos. 2016.

RAMOS, Maria da Luz. Os cabo-verdianos e a democracia: uma análise das perspectivas e atitudes dos cidadãos. In: Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013, p. 1-14; Atas Do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência Lisboa, 21-23 de Junho de 2012. Disponível em: <https://coloquiorgb.files.wordpress.com/2013/06/p03c04-maria-da-luz-ramos.pdf>. Acessado em 20 set. 2016.

VOA. **Cabo Verde é o país de língua portuguesa mais democrático, diz EIU**. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/cabo-verde-e-o-pai-de-lingua-portuguesa/3159811.html>. Acessado em.20,Set.2016.



JUVENTUDE NA DIÁSPORA: PROTAGONISMO NAS FESTAS DE INDEPENDÊNCIA NA UNILAB

Alexandrino Moreira Lopes, graduando – UNILAB
E-mail: all-lopes@hotmail.com

Valdilane Santos Alexandre, graduanda – UNILAB
E-mail: valdilanealexandre@gmail.com

Orientadores: **Prof. Dr. Elcimar Simão Martins – UNILAB**
E-mail: elcimar@unilab.edu.br

Profa. Dra. Jacqueline Cunha da Serra Freire – UNILAB
E-mail: jacqueline@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Os países do continente africano sofreram vários tipos de opressão por parte de países europeus, que invadiram e tomaram terras, mataram povos, destruíram as verdadeiras histórias desse continente, fazendo homens e mulheres escravos, distanciando-os de suas próprias culturas, roubando recursos naturais e comprometendo o futuro de crianças.

Tais abusos levaram os africanos a pensar formas de se libertar, criando planos e estratégias para o processo de luta pela independência, sobretudo a partir de 1970. Uma das possibilidades foi a capacitação de homens, enviando-os para estudar fora do continente africano e voltar para contribuir na restauração de sua independência.

Após o processo de independência, muitas marcas e costumes dos colonizadores ainda continuavam presentes no cotidiano dos povos africanos. Nesse sentido, jovens na diáspora consideram as festas da independência como uma das maiores expressões culturais e fonte de orgulho de sua história, dando lugar à música, dança e demais manifestações da cultura como forma de resistência.

O texto tem o objetivo de investigar o protagonismo da juventude na diáspora, a partir das festas da independência na Unilab. Metodologicamente é pautado na abordagem qualitativa, utilizando a entrevista com estudantes internacionais e a observação participante como estratégias de aproximação com a realidade. O referencial teórico está ancorado nos estudos de autores como Cassama (2014), Pereira (2012), Freire (1985), além de documentos legais.



FESTAS DA INDEPENDÊNCIA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

No âmbito de fortalecer as relações internacionais, a juventude africana tem buscado desenvolver suas formações acadêmicas fora de seus países de origem. Os jovens estudantes do continente africano, quando chegam às cidades brasileiras, se deparam com outra realidade, que nem sempre condiz com aquilo que eles viam nas telenovelas brasileiras. Logo, a juventude começa a vivenciar outras culturas e a conviver com realidades distintas da sua.

O Brasil tem sido um parceiro dos países do continente africano, sobretudo em relação à oportunidade de jovens africanos cursarem o ensino superior. Nesse contexto, destacamos a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)² – com campus nos municípios de Redenção e Acarape (Ceará) e de São Francisco do Conde (Bahia) – que foi implantada com a missão de integração internacional e desenvolvimento regional.

Irmanada com países africanos e do Timor Leste, que se expressam em língua portuguesa, a Unilab através do intrínseco diálogo entre pesquisa-ensino-extensão, tem sido palco para várias manifestações culturais organizadas e protagonizadas pela juventude na diáspora, que compreendem as festas de independência como

momentos de reflexões e exaltação do nosso percurso histórico como nação. Dia de comemorar a nossa soberania e a libertação do nosso povo, de recordar os nossos heróis que lutaram e deram a vida em prol da liberdade, igualdade e justiça. Festejar a independência no Brasil nos faz valorizar e engajar profundamente nos festejos, pois é um dos únicos momentos que nos sentimos na nossa terra, devido às atividades culturais e recreativas que fazem a nossa morabeza³ (Estudante 1⁴ - Sociologia).

Na procura de preencher o vazio de seus entes queridos e de sua terra natal, os jovens africanos veem a cultura como o melhor refúgio para superarem a saudade da família. Compreendem, portanto, que comemorar as

festas de independência na UNILAB é uma das melhores formas da resistência, pois podemos mostrar para outros povos os nossos

² A UNILAB conta com 4.726 estudantes, sendo 3.398 em cursos presenciais de graduação, divididos em 2.510 brasileiros e 888 internacionais (540 de Guiné Bissau; 91 de Cabo Verde; 81 de São Tomé e Príncipe; 81 de Angola; 69 de Timor Leste e 26 de Moçambique). Dados de novembro de 2016 da Diretoria de Registro e Controle Acadêmico – DRCA, disponíveis no sítio oficial <<http://www.unilab.edu.br>>.

³ Grafia de acordo com o vocabulário crioulo de Cabo Verde. Significa sentir-se bem-vindo em qualquer lugar do mundo.

⁴ Optou-se por preservar a identidade dos estudantes.



costumes, tendo o poder e a liberdade de ser protagonista da nossa própria historia. Revelamos a nossa cultura estando fora do nosso país, de forma que podemos matar um pouco da saudade de coisas que deixamos para trás. É o momento de unificação de estudantes internacionais, de juntar as mãos e construir algo único (Estudante 4 – Ciências da Natureza e Matemática).

Com isso, os estudantes têm a ideia de comemorar a festa da independência de países africanos e do Timor Leste na UNILAB como uma forma de resistência cultural e de aliviar a saudade de suas terras de origem.

O PROTAGONISMO DA JUVENTUDE NA DIÁSPORA: AS FESTAS DE INDEPENDÊNCIA NA UNILAB

Os estudantes de Guiné Bissau realizaram a primeira festa da independência na UNILAB, no dia 24 de setembro de 2011, quando comemoraram os 38 anos da independência de seu país. Em ato de prestígio e valorização da conquista da sua independência, organizaram várias atividades culturais para celebrarem a data que oficialmente o povo guineense obteve a sua emancipação, ou seja, em 1973, quando Guiné Bissau é oficialmente considerada livre e independente.

O evento teve os estudantes guineenses como protagonistas e foi apoiado institucionalmente pela UNILAB, contando com oficina de gastronomia e de penteados, apresentação de peças teatrais, músicas, desfile de moda com trajes típicos de Guiné Bissau, declamação de poesia, torneio de futsal masculino, além de palestras e seminários discutindo a vida e a obra de Amílcar Lopes Cabral, “um pedagogo da revolução, quer dizer, ele teve, ele encarnou perfeitamente o sonho de libertação de seu povo e os procedimentos políticos pedagógicos, para a realização desse sonho” (FREIRE, 1985, p. 5).

O guineense Amílcar Cabral, filho de pai cabo-verdiano e mãe guineense, estudou em Portugal e lá se formou como engenheiro agrônomo. Em seguida retornou à Guiné, liderando a fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde (PAIGC) e contribuindoativamente no processo de luta pela independência dos dois países (PEREIRA, 2012; CASSAMA, 2014).

Os estudantes guineenses, protagonistas da primeira festa da independência na Unilab, desenvolveram a ação como um espaço para refletir sobre a própria Guiné Bissau e os seus povos, aliviar a saudade de suas culturas, agregar os estudantes guineenses na UNILAB, ter a oportunidade de mostrar a vivência e a origem dos povos guineenses para brasileiros e



estudantes de outros países que fazem parte da universidade, na perspectiva da integração sociocultural e internacional. A comemoração

Representa a manifestação da unidade nacional, cultural, política, desportiva, que simboliza a história da libertação do nosso povo. Representa o símbolo nacional que foi consolidado, para orgulhar e dignificar o povo. A comemoração da festa de independência na diáspora é um desafio para os jovens que têm pouco conhecimento sobre a sua cultura e historia. Os jovens africanos a partir da comemoração da festa de independência na UNILAB percebem a real importância da vivencia da nossa cultura (Estudante 3 - Sociologia).

Após a celebração da primeira festa da independência de Guiné Bissau, o evento tem sido realizado todos os anos pelos estudantes guineenses e também pelos de outros países que compõem a universidade.

Tendo a primeira resistência dentro da universidade realizada pelos *djurtus*⁵ (animal que simboliza Guiné Bissau), os *palanca negras*⁶ (animal que simboliza Angola) se manifestaram no mesmo ano comemorando os seus 36 anos de independência à época, que se deu em 11 de novembro de 1975 com muitas manifestações culturais assim como ocorreu com a festa de Guiné Bissau, dialogando com a Lei 10.639/03, que propõe estudos da “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003, p. 1).

O Timor Leste, sendo um dos países mais jovens do mundo, com marcas recentes da luta pela restauração da independência, oficializada em 20 de maio de 2002, foi representado por seus estudantes nessa celebração de resistência dentro da universidade, quando comemoraram os 10 anos da independência de Timor Leste à época. Os timorenses trouxeram as suas riquezas culturais ao público brasileiro e internacional, mostrando para a comunidade acadêmica que a diversidade não é uma ameaça para outras culturas, mas sim uma riqueza para o mundo.

A juventude na diáspora comprehende as festas da independência como uma possibilidade para “*lembarmos como aconteceu o antes e o depois da independência dos nossos países. Temos oportunidade de mostrar exatamente aquilo que nos identifica e nos caracteriza como estudantes africanos*

” (Estudante 2 - Engenharia de Energias). Assim, esses momentos se caracterizam como espaço-tempo de resistência e preservação da cultura.

⁵ Grafia de acordo com o vocabulário crioulo de Guiné Bissau.

⁶ Grafia de acordo com o vocabulário crioulo de Angola.



Os povos das Ilhas, no ano seguinte, não ficaram de fora dessa conquista e os estudantes cabo-verdianos comemoraram os 37 anos de independência de seu país, que teve sua origem no dia 5 de julho de 1975, juntamente com os jovens estudantes de São Tome e Príncipe, que celebraram também os seus 37 anos da independência à época. Não diferente dos outros países, houve manifestação cultural e afirmação da identidade, afinal é “*o momento de refletimos sobre o percurso histórico do nosso país, de comemorar e viver a nossa liberdade, de redescobrir as nossas culturas. Momento sagrado, porque só temos oportunidade de festejar esse momento uma vez só no ano*” (Estudante 5 – Administração Pública).

A primeira festa organizada pelos estudantes de Moçambique foi no ano de 2013, quando comemoraram os seus 38 anos de independência, que teve a oficialização no dia 25 de junho de 1975, ressaltando os aspectos culturais de seu país. Os jovens, na diáspora, têm a oportunidade de mostrar a cultura do povo africano e timorense para a comunidade acadêmica e local e, em certa medida, encontram consolo por se encontrarem fisicamente longe de sua terra natal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comemorações da independência se constituem como uma resistência cultural da juventude na diáspora, revelando o protagonismo da juventude africana e timorense na diáspora, constituindo-se como espaço de diálogo, (re) existência e (re) conhecimento da diversidade cultural e ainda levaram os estudantes brasileiros a comemorarem no ano de 2015 a sua primeira festa da independência dentro da universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: Casa Civil, 2003.

CASSAMA, D. J. L. S. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. Dissertação de Mestrado. UNESP/SP: Araraquara, 2014.

FREIRE, P. **Amílcar Cabral** - O pedagogo da revolução. Palestra: Curso de Mestrado da Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 8 de novembro de 1985.

PEREIRA, A. M. Falar de Amilcar Cabral é falar das lutas dos povos. In: **Revista Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 139, dezembro de 2012.



GT 2: Mobilidade Humana, urbana e cidadania

Coordenação: Eduardo Machado; Ricardo Nascimento; Robson Cruz (Unilab)

MIGRAÇÃO ESTUDANTIL: UM ESTUDO SOBRE A MOBILIDADE DISCENTE DA UNILAB

Bruno Miranda Freitas - PIBIC/CNPQ/UNILAB

E-mail: brunim1991@hotmail.com

Matias Neto Alves Ferreira - UNILAB – PULSAR

E-mail: matias.gt1.1209@gmail.com

Orientadora: **Profa. Dra. Elisangela André da Silva Costa – UNILAB**

E-mail: elisangelaandre@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

As Universidades são espaços de educação e difusão da ciência, do conhecimento e da inovação, sendo as propulsoras do acréscimo social, econômico e cultural da nossa sociedade. Estas instituições de ensino superior são capazes de formar a consciência crítica e política de seus estudantes, para que estes venham a ser protagonistas e atuantes da sociedade.

Visando à missão institucional da UNILAB, que é permitir a formação técnica e científica de seus estudantes e, ao mesmo tempo, cultural e humanística, com base no convívio, aprendizagem e integração sociocultural, o presente trabalho tem como objetivo relatar experiências e as motivações dos alunos da referida universidade a participar da mobilidade estudantil entre os países parceiros (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) e o Brasil; visto que o intercâmbio abrange a vivência de condições adequadas que contribuem com a formação e o aperfeiçoamento dos discentes objetivando a conquista de novas experiências e a interação com outras culturas. Segundo as diretrizes da Unilab (2010)

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira tem como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.



Sendo a Unilab uma Universidade de integração, esta ocasiona a migração de estudantes oriundos dos PALOPs que buscam sua formação superior e ensino de qualidade. Esta migração se dá por conta das oportunidades que os estudantes encontram para buscar aprimoramento educacional. Em meio a este êxodo, o estrangeiro depara-se e vivencia outra cultura com a qual não está habituado. Nesta nova fase de sua vida, experiências serão adquiridas enriquecendo sua formação, de modo que este evolua, profissional e culturalmente, buscando um “leque” de novas oportunidades.

Dentro deste contexto, o presente estudo busca entender os motivos que levaram os internacionais a migrarem de seus países para estudar no Brasil, ressaltando os desafios por eles enfrentados em seu processo de formação e visar suas aprendizagens como resultado de permanência no país que o acolheu.

METODOLOGIA

O presente trabalho deu-se, de início, a partir do desejo de entender como os estudantes internacionais convivem, em meio a tantas diversidades encontradas em seu novo lar. Metodologicamente, foram realizadas entrevistas com estudantes de cada nacionalidade, de ambos os性os, com faixa etária de 22 a 29 anos de idade, sendo quatro e três mulheres. Destes sete entrevistados, cinco são de países africanos, um do Timor Leste e um brasileiro. Este último participou do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), em parceria com Portugal. Esta entrevista se constituiu de perguntas qualitativas que buscavam entender o sentido da migração estudantil.

A pesquisa bibliográfica também se constituiu num importante apporte metodológico que possibilitou o aprofundamento das reflexões. De acordo com Gamboa, (2007, p. 175) essa pesquisa se baseia em um método mais utilizado nas ciências humanas e sociais que se trata de uma pesquisa fenomenológico-hermenêutica, já que se utilizam predominantemente técnicas qualitativas que permitem a intersubjetividade e a manifestação dos sujeitos incluídos na pesquisa, tais como entrevistas abertas, histórias de vida, discursos, opiniões e depoimentos.

De acordo com Marconi (p.273, 2011), o objetivo das entrevistas qualitativas é obter respostas sobre o tema ou o problema a investigar. A entrevista é também um diálogo, onde o entrevistado poderá explanar suas ideias e perspectivas. Esta tem por objetivo coletar



dados para aprofundar a pesquisa. Estes dados serão utilizados com o intuito de se fazer o estudo do caso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos motivos que levaram os estudantes a saírem de seus países para estudar fora, entre as mais citadas, estão a busca de novas experiências, conhecer os costumes e culturas do outro país. A oportunidade de estudar fora do país tendo como decorrência uma formação de qualidade e um “peso” para seu currículo profissional. Foi possível constatar que alguns estudantes vieram para a Unilab por conta da Cooperação Sul-Sul e pelas as diretrizes, missão e ideologia da instituição.

Compreendemos a expressão cooperação Sul-Sul como a cooperação entre países em desenvolvimento, que passaram historicamente por processos de colonização e, ainda, por posições marginais no contexto internacional (SANTOS, 2010).

Quando perguntados sobre os desafios encarados no seu processo de formação, o mais recorrente foi o “choque de cultura”. Este confronto se dá pela falta de conhecimento de ambos os lados. Tanto de quem estava chegando, como de quem já estava. Ambas as nacionalidades que têm por base o português como língua, a comunicação também foi um empecilho para os recém-ingressos. Estes ainda relataram a adaptação à cidade e ao clima.

Compreendemos ser necessária a vivência de movimentos que nos permitem compreender os elementos que nos identificam e que nos diferenciam e, a partir deles, realizar um movimento denominado por Santos como tradução, cujo objetivo é promover a celebração da diversidade, superando a perspectiva da fragmentação presentes no pensamento moderno, em direção à solidariedade humana. (SANTOS, 2004)

Em relação às aprendizagens que os participantes do intercambio estudantil relatam, que vão levar para sua vida deste período de vivência em mobilidade, estão citados o conhecimento, a cultura, a troca de experiências com outras pessoas, a autonomia pessoal e a contemplação de novos horizontes, pois estes indivíduos saíram de sua zona de conforto, implicando assim novos desafios e posteriormente vencendo-os e alcançando amadurecimento profissional.

No movimento de migração estudantil, “o devir-estudante concretiza um desejo de estudar, aprender e saber, que vai além das políticas de formação acadêmica e profissional. O devir-estudante encarna o desejo pelo Saber e pelo Saber-se” (SANTOS, 2016, s/n). Desse



modo, as aprendizagens construídas pelos estudantes assumem um caráter singular, pois constroem-se, na medida em que vão passando pelas mais diferentes experiências, sejam as formais – promovidas pelas instituições de ensino; ou informais – vivenciadas no cotidiano das relações interpessoais.

CONCLUSÕES

Foi possível perceber que a maioria dos entrevistados afirmou que os motivos que os levaram a sair de seus países de origem foram a busca de novas experiências e o conhecimento de novas culturas. Entre os desafios encontrados, o mais citado foi o “choque de culturas” e a adaptação sociocultural. E mesmo todos falando a mesma língua, houve certa dificuldade na comunicação entre estrangeiros e comunidade local, onde está localizada a universidade.

Contudo, os estudantes afirmaram que este período de permanência em outro país vai dinamizar o seu espectro de conhecimentos em relação às culturas vivenciadas no país que os recebeu. Durante este estudo foi possível constatar que a mobilidade estudantil pode ocasionar uma troca de experiências cujo resultado poderá ser a valorização de sua própria identidade.

REFERÊNCIAS

ENCONTRO de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade SENAC, 4., 2010, Recife,
Pe. **Nômades do Saber:** um estudo sobre migração estudantil na UNEB e no IFBA. Recife,
Pe: Faculdade Senac, 2010. 6 p. Disponível em:
http://www.faculdadesenacpe.edu.br/encontro-de-ensino-pesquisa/2011/IV/anais/comunicacao/032_2010_ap_oral.pdf. Acesso em: 11 out. 2016.

GAMBOA, Silvio Sánchez – **Pesquisa em Educação:** Métodos e epistemologias/ Silvio Sánchez Gamboa, Chapecó: Argos, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos** 7 ed. – 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (Co-autor). **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, B. S. O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, nº 15, 77-90.



SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.S & MENEZES, M. P. Epistemologias do sul. 2 ed. Coimbra: CES, 2010.

SANTOS, Dina Maria Rosário. **Territórios existenciais e narrativas de trajetórias escolares**. Disponível em <https://nomadesdosaber.wordpress.com/>. Acesso em 25 de set 2016.

UNILAB. **Diretrizes gerais**. Redenção: Unilab, 2010.



GT 3: Experiências, Movimentos e Associações dos/para os Imigrantes

Coordenação: Irmã Eleia Scariot (MSCS); Fabio Baggio (SIMI)

MOVIMENTOS SOCIAIS E CULTURA AFRICANA NO ESTADO DO CEARÁ: CASO DOS ESTUDANTES DA GUINÉ-BISSAU/ÁFRICA

Antonio Correia Junior
Mestrando - UFC
E-mail: antonio.correiajunior@hotmail.com

Edson Vicente da Silva
Professor Titular do Departamento de Geografia – UFC
E-mail: cacauceara@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais africanos, no Estado do Ceará, surgiram em 2010, promovidos pelos estudantes guineenses, na maioria, discentes de instituições privadas, que enfrentaram dificuldades econômicas, comprometendo o delineamento dos seus processos de formação. Tais dificuldades se desencadearam, dentre outros fatores, pelo descumprimento de acordo firmado entre estes e as respectivas instituições de ensino privado, escolhidas para a efetivação das suas formações acadêmicas. Na tentativa de minimizar os problemas, os alunos se articularam em busca dos seus direitos, como possibilidade para continuar com os estudos, dando origem ao primeiro movimento social estudantil africano no Estado. As deficuldades econômicas que estudantes enfrentavam, na altura, eram: pagamentos de aluguel, luz, água, mensalidades das faculdades, e até compra de alimentos. Isso tudo porque as instituições privadas não honraram compromissos assumidos com estudantes, como viabilizar moradias.

Os preços dos cursos inicialmente oferecidos eram bem menores, mas, os dirigentes passaram a cobrar juros, sem citar os aumentos das mensalidades semestrais; nos panfletos informativos, os preços das mensalidades eram fixos, até o término do curso e, ainda, no momento de assinatura do acordo, os dirigentes disseram para os pais dos estudantes que USD100 era suficiente para manter aluno por todo um mês, pagar faculdade, aluguel e lazeres. Com passar tempo, os alunos começaram perceber aquilo que os empresários tinham oferecido era propaganda enganosa. E quando o aluno atrasava o pagamento de mensalidades



das faculdades, as mesmas não liberavam a declaração para aluno poder efetuar a sua renovação do visto na Polícia Federal(PF), que culminava com a perda do visto de estudo e o aluno terminava por ficar na situação irregular no Brasil.

Então, o Movimento Pastoral Africano resolveu decidir a questão na justiça, acompanhado pelo escritório de direitos humanos e assessoria jurídica popular Frei Tito e de Procuradora Federal Dr^a Nilce Cunha, que levou o caso para o Ministério da Justiça. Dois meses depois, o Governo Federal deu a anistia a todos os estudantes que tinham perdido os vistos e a Procuradoria Federal notificou as faculdades para assinar um termo de ajustamento de condutas (TAC), onde os estudantes continuariam a pagar os mesmos valores anunciados no ato do vestibular, no país de origem.

Ao longo desses processos, o Movimento Pastoral Africano, teve apoio da Pastoral dos Migrante, da Associação dos Estudantes Africanos no Ceará (AEAC), Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito e Igreja da Nossa Senhora das Dores, onde o Movimento Pastoral Africano tem se reunido, até data presente. Este artigo tem como objetivo principal relatar sobre movimentos sociais e cultura africana no Estado do Ceará: o caso dos estudantes da Guiné-Bissau/África e abusos, preconceitos e racismo que estudantes africanos sofrem neste estado brasileiro.

METODOLOGIA

Neste trabalho, a metodologia empregada consiste principalmente em revisões bibliográficas e, para obtenção de dados, utilizou-se também a entrevista semi-estruturada com os estudantes africanos, em Fortaleza-Ce, a fim de captar suas percepções e suas trajetórias acadêmicas, inserção social e o racismo em Fortaleza. Foram entrevistados mais de 50 estudantes, porém, apenas 04 entrevistas foram selecionadas para a pesquisa. Elas foram realizadas em dois períodos: de Fevereiro de 2015 a Julho de 2015, e de Abril de 2016 a Agosto de 2016. As idades dos entrevistados/as, variam, de 19 a 35 anos, entre as mulheres e os homens.

CONQUISTAS/PARTICIPAÇÃO E AS ATIVIDADES REALIZADAS PELO MOVIMENTO PASTORAL AFRICANO

O Movimento Pastoral Africano, durante anos de dedicação e luta pelo bem-estar comum dos estudantes, esteve usando sua simplicidade e Fé em Deus, e vem conquistando



seus direitos como estudantes estrangeiros, no Estado do Ceará. Ao longo da sua história, o citado movimento foi convidado a participar de eventos nacionais e internacionais, por exemplo: como participante de cúpula dos povos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. Também participou do II Encontro Brasileiro de Universitários cristãos (EBRUC), em Curitiba PR, nos dias 12, 13, e 14 de outubro de 2012, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio do Setor Universidades da Comissão Episcopal Pastoral para Educação Cultura, e da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), e teve o apoio do Grupo Marista, Pastoral da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Arquidiocese de Curitiba e Pastoral Juvenil Marista.

Nesse meio, pode-se destacar a participação nas atividades da comemoração do dia da Consciência Negra que acontece no conjunto do Ceará, em Fortaleza, em todos os anos. Além disso, a equipe promove animações das missas, em diferentes paróquias, na cidade, e demais regiões metropolitanas.

Além das participações do Movimento Pastoral Africano nos encontros nacionais e internacionais, o movimento tem vindo a ajudar os estudantes africanos na resolução dos problemas que afetam os seus estudos, tais como, as irregularidades das faculdades com os estudantes africanos, processos de denúncia contra as faculdades e, por conseguinte, a renovação dos vistos dos estudantes irregulares. Atualmente, o Movimento Pastoral Africano conta com mais de 400 associados de diferentes gêneros.

CULTURAS AFRICANAS NAS DIÁSPORAS

O africanismo, revisitado e ressignificado nas experiências das diásporas africanas, possibilita-nos compreender as experiências de negros e negras que vieram para o Brasil na condição de não cidadãos, atravessam a nossa história, por caminhos diversos e, nos dias atuais, redefinem-se em uma identidade forjada, num processo de luta e construção que define a consciência de um duplo pertencimento: o ser negro como raça; e ser afro-brasileiro como povo e cidadão.

A África geograficamente esconde um misterioso e curioso continente cheio de diversidades e maravilhas, não obstante, é apenas a deficiência econômica que é anunciada nos documentários e reportagens que se espalham pela mídia. Neste contexto de diferentes



países e etnias, cada país tem a sua própria cultura, músicas e danças. Apesar de suas diferentes diversidades culturais, os africanos têm algumas músicas e culturas comuns. Mas, uma das vezes, quando um africano sai do seu país de origem, deixa de praticar muitas de suas manifestações, por causa de limitação ou espaço livre para praticarem suas culturas ou religiões.

No que se refere ao legado cultural dos africanos para a formação da identidade nacional, Nascimento (2002, p. 142) diz que:

A assimilação cultural é tão eficiente que a herança da cultura africana existe em estado de permanente confrontação com o sistema dominante, concebido precisamente para negar suas fundações e fundamentos, destruir ou degradar suas estruturas. (...) Tanto os obstáculos teóricos quanto os práticos têm impedido a afirmação dos descendentes africanos como íntegros, válidos, auto-identificados elementos constitutivos e construtores da vida cultural e social brasileira. Pois realmente a manifestação cultural de origem africana, na integridade dos seus valores, na dignidade de suas formas e expressões, nunca teve reconhecimento no Brasil, desde a fundação da colônia, quando os africanos e suas culturas chegaram ao solo americano.

O Brasil foi o principal importador de escravizados africanos, oriundos da África Central e Ocidental, durante o período em que este comércio era legal. Da África para o Brasil, foram importados milhões de escravos africanos, isso fez com que o Brasil pudesse se beneficiar com a cultura africana, assumindo uma formação cultural afro-brasileira com os africanos que imigraram para o Brasil, também nos últimos anos. Hoje, existem mais de 30 mil imigrantes africanos no Brasil, que vieram de diferentes países da África, assim o Brasil poderia aproveitar a presença desses imigrantes para promover eventos culturais, carnavais, divulgar a cultura africana, com suas danças, ensinar histórias africanas e estimular mais intercâmbios com países africanos.

Para Gomes (2012), precisamos estudar e realizar pesquisas para compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira para aprender a nos orgulhar da marcante, significante e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como esta se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros.

RACISMO SOB O OLHAR DOS ESTUDANTES AFRICANOS EM FORTALEZA/BRASIL

O racismo é pensamento ou atitude que separa as raças humanas por algumas se considerarem superiores a outras, discriminando, por exemplo, cor da pele. O racismo é um preconceito baseado na diferença de raças, das pessoas. Pode ser contra índios, negros,



asiáticos e até com brancos, por parte de outras raças, e quem mais sofre com o racismo e preconceitos são pessoas de pele negras das camadas mais pobres. É por isso que os negros são principais referências quando é discutido o tema do racismo. Portanto, os africanos que vieram para estudar no Brasil não foram excluídos do racismo, como relatam os estudantes entrevistados.

O entrevistado 1, morador de Fortaleza, de 33 anos, formado em Administração, disse que:

Eu fui discriminado pela cor, pela origem de ser africano porque quando eu atravessava a rua, a pessoa saia correndo, como eu pudesse assaltá-la, algumas me xingavam, me chamavam de negro feio. E depois, fiquei sabendo que, no Brasil, ser negro é sinônimo de pertencimento a determinado grupo racial e, portanto, o racismo, é o elemento ideológico que aglutina e identifica todas as demais formas correlatas de discriminação.

Entrevistado 2, cidadão de 30 anos, relatou que:

Eu fui acusado do roubo no supermercado bem conhecido da capital da Fortaleza, por uma funcionária e segurança do próprio supermercado, de que havia produtos na minha sacola que não foi pago no caixa, e começaram de me chamar de ladrão, vagabundo, fui humilhado e, ao tirar comprovante das compras que tinha no bolso, simplesmente eles se esconderam. O gerente queria me subornar com dinheiros, mas eu não aceitei, levei o caso para proteção ao consumidor e defensoria pública, mas, até hoje, ninguém é capaz de resolver esse problema. Infelizmente assim que é o racismo no Brasil.

O entrevistado 3, rapaz 28 anos, informou que:

Um colega meu, brasileiro, afirmou que na universidade onde eu estudo de que os africanos não deveriam vir estudar aqui no Brasil, e perguntei a ele porque, mas aqui na universidade não estuda somente os africanos também tem europeus, americanos no caso do Sul Americanos? Ele me respondeu assim, eles pagam países deles pagam, falei para ele, nós também pagamos os nossos países também pagam tanto quem estuda na Federal como quem estuda no sistema privado, falei para ele: você está sendo preconceituoso com africanos ele me disse mas eu tenho amigos africanos, respondi: é assim que se tratam os amigos!

O entrevistado 4, de 35 anos, falou que:

Quando eu cheguei a Fortaleza pela primeira vez, fui ao centro fazer compras, logo nas calçadas, vi um homem vendendo bonés fui perguntar a ele quanto custa o boné, antes de eu terminar falar, e ele dizia assim, para mim, não tenho, não tenho, parece que eu estava pedindo alimentos para ele e virei para falar com a uma moça que estava ao lado e ela saiu correndo. E

fui ao ônibus, ao sentar ao lado da moça, ela simplesmente se levantou e ficou de pé, como se fosse eu estava fedendo ou assaltá-la. Isso não tem no meu país, todos são iguais, todos tem o mesmo trato.

Nas falas dos entrevistados, dá para perceber que as maiorias estudantes africanos sofrem muito com o racismo e preconceitos em Fortaleza, tantos nas vias públicas, nas faculdades, como nos postos de trabalhos. Além de preconceitos e do racismo, há outras preocupações de violências, agressões físicas. Já houve quatros mortes por agressão física, em Fortaleza, o primeiro caso foi um cidadão de Cabo-Verde, em 2010, que foi agredido e acabou por falecer no Instituto José Frotas (IJF). O segundo caso foi o cidadão da Guiné-Bissau, em 2015, que foi atropelado por ônibus, sem receber socorro, acabou por falecer no local. Terceiro caso, de novo, um cidadão de Cabo-Verde, em 2015 foi perseguido e atropelado por um motorista, alegando que o rapaz estava olhando para esposa dele. A quarta foi recentemente, em 2016, com uma cidadã de Cabo-Verde, que foi baleada na cabeça por seu namorado, policial militar. O cearense, segundo as informações apuradas por familiares da vitimas, o policial estava com ciúme dela. E todos esses casos citados ainda estão em segredo na justiça do Ceará e os criminosos estão soltos.

Para Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros e Jacques d'Adesky (2002), o racismo é um comportamento social que está presente na história da humanidade e que se expressa de variadas formas, em diferentes contextos e sociedades. Segundo eles, o racismo se expressa de duas formas interligadas: a individual e a institucional.

Na forma individual, o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos. E a forma institucional do racismo, ainda segundo os autores citados, implica práticas discriminatórias sistemáticas, fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros, em determinados bairros, escolas e empregos.

Segundo Kabengele Munanga, esse entendimento poderá nos ajudar a desvendar a especificidade do racismo em nosso país e compreender melhor os próprios discursos anti-racistas que reúnem tanto os pensadores da chamada direita, quanto os da esquerda (MUNANGA, 1994).

O racismo na nossa sociedade ocorre de um modo muito discrepante ou peculiar, ele se afirma através da sua própria negação.

O entrevistado 5, de 29 anos, representante dos estudantes da Guiné-Bissau, nos disse que:



Falar do preconceito no Brasil é um pouco complicado, por ser muito sutil e difícil de compreender, o preconceito aqui no Brasil ela vem acompanhado do racismo, aqui no Brasil ninguém é preconceituoso e nem racista, mesmo percebendo isso nas falas das pessoas e nos gestos, quando percebes e parte para tomar satisfação, a pessoa diz eu não sou racista, até porque minha mãe é negra, tenho famílias negras como é que vou ser racista se não faço isso com minha família. Mas na verdade existe em todos os cantos, e dá para entender primeiro quando andas numa calçada sozinho e tem alguma pessoa só na sua direção ele muda logo com medo de ser assaltado, e têm outros que até corre com medo, porque tem um negro atrás, ou a frente dele que a qualquer momento poderá lhe assaltar.

Segundo a antropóloga Nilma Lino Gomes (2012), o racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistenteamente a existência do racismo e do preconceito racial, no entanto, as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade e outros setores, os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país (GOMES, 2012).

E, ainda, na mesma fala da autora, quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a lamentável existência do racismo entre nós, mais o racismo existente no Brasil vai se propagando e invadindo as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais dos negros. O abismo social entre negros e brancos no Brasil existe de fato. As pesquisas científicas e as recentes estatísticas oficiais do Estado brasileiro, que compararam as condições de vida, emprego, saúde, escolaridade, entre outros índices de desenvolvimento humano, vividos por negros e brancos, comprovam a existência de uma grande desigualdade social em nosso país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada à exclusão social e à desigualdade socioeconômica que atingem toda a população brasileira e, de um modo particular, o povo negro.

Quando um africano entra no *shopping* ou no supermercado, os seguranças começam logo lhe acompanhá-lo por todos os cantos onde ele encaminha, pelo fato de ser estrangeiro e negro, é sinônimo de suspeito de roubo. Mesmo tendo muitas pessoas no supermercado, que pelo fato serem brancos, não são seguidos por seguranças, pois o roubo sempre é associado aos negros.

As mídias brasileiras também contribuíram muito para isso, principalmente na desinformação das pessoas, quanto à questão do continente africano, poucos brasileiros sabem que a África é um continente. Quando fazem reportagem sobre o continente africano, primeira



coisa que se fala, ao chegar em qualquer país do continente africano, é que estamos na África. Quando se está em um país da América ou da Europa, não dizem estou ou estamos na Europa ou na América, mas, sim, estou em Canadá, Chile, EUA, Argentina, caso se encontre na Europa, estou em Portugal, Espanha, França. Porém, quando se fala sobre África, o que vem nas mentes dos maioria brasileiros é um país com diferentes estados, como Brasil, e quando se mostra qualquer assunto sobre um país africano, é só as savanas, miséria, fome e doença, nunca se mostram as grandes cidades, as indústrias dos países africanos, as culturas, as tradições, as riquezas. Só mostram partes negativas, pois a pobreza, misérias, fome, existem em todos os continentes, e seus respectivos países. Isso acaba contribuindo para esses atos do racismo e preconceito, sobre africanos, pois são considerados como pessoas que vêm do continente miserável, porque isso que as mídias brasileiras mostram.

SER IMIGRANTE, SER ESTUDANTE FORA DO SEU PAÍS DE ORIGEM

Para Almeida (2016), desde o surgimento das humanidades, há milhares de anos, no continente africano, a busca por sobrevivência sempre foi um dos principais objetivos das pessoas que migravam. Por conta disso, as primeiras sociedades eram nômades, pois migravam sempre em busca daquilo que havia se esgotado por onde já tinham passado. Hoje, na era da globalização, mais do que nunca, as migrações se dão, por conta dos fatores econômicos, que é a busca por emprego, por melhores salários, por melhores condições de vida, por meio de estudos, a busca de profissão e por condições de refúgio. Exatamente isso que aconteceu com imigrantes jovens africanos que escolheram Brasil como seus destinos para melhorarem as suas condições de vida, quer por meio de estudo, de trabalho e de refúgio. Mas, para olhares da maioria da sociedade brasileira, os africanos são vistos como marginais, vieram para tirar suas oportunidades dos empregos e vagas dos seus filhos nas Universidades Federais, da mesma maneira que acontece, hoje, na Europa. Também são vistos por alguns brasileiros como sujeitos que se beneficiam de Governo Federal por estarem no Brasil. Pois o que é visto como benefícios por brasileiros e pelos estudantes, aqui considerados, tem a ver com mecanismos legais, acordos bilaterais e proteção internacional por parte de órgãos como Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Ministério da Justiça (MJ), Itamarati, Polícia Federal (PF) Cáritas (organização católica), Pastoral dos migrantes (PM), entre outras. O Brasil tem acordos internacionais com países africanos e da América Latina para facilidades de acesso à educação, nomeadamente graduação e pós-graduação.



Para Gusmão (2005) e Subuhana (2005), é possível afirmar que a imigração desses estudantes faz parte de um projeto nacional de desenvolvimento, em seus respectivos países de origem, em estreita relação com acordos de cooperação com o Estado brasileiro.

A busca da realização do sonho do ensino superior e qualificação profissional, desde o Período Colonial, até os dias de hoje, fez com que muitos jovens africanos deixassem seus países de origens, para alcançar o sonho de ter um diploma internacional e retornar ao seu país para dar a sua contribuição no desenvolvimento do seu próprio país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que é de fundamental importância a existência do Movimento Social Africano, no Ceará, para o fortalecimento do espírito e identidade africana, no processo de inclusão social, e na conquista de direitos, visando ao bem comum, lutando sempre para a erradicação das descriminações raciais e do preconceito institucionais, como vem acontecendo com as lutas para afirmação dos direitos e garantia de acessos às instituições de ensino público e privado, no Ceará e, assim, defender os direitos de todos os estudantes africanos.

A diversidade cultural está presente em todas as sociedades e a questão racial brasileira localiza-se dentro do amplo e complexo campo da diversidade cultural. Por isso, refletir sobre a questão racial brasileira não é algo particular que deve interessar somente às pessoas que pertencem ao grupo étnico/racial negro. Ela é uma questão social, política e cultural de todos. Ou seja, é uma questão da sociedade brasileira e também mundial, quando ampliamos a nossa reflexão sobre as relações entre negros e brancos, entre outros grupos étnico-raciais, nos diferentes contextos internacionais.

A maioria dos imigrantes africanos que vieram para o Brasil são estudantes, alguns através de acordo bilaterais firmados entre o Brasil e África para estudar nas instituições federais ou estaduais e alguns, por conta própria ou com ajuda da família, e muitos desses alunos que vieram, por conta própria, são os que se encontram em condições de vulnerabilidade quando familiares param de enviar dinheiros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Regis Rodrigues De. "**Tipos de migração**"; **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/geografia/tipos-migracao.htm>>. Acesso em 24 de agosto de 2016.



BORGES, Edson, MEDEIROS, Carlos Alberto e d'ADESKY, Jacques. **Racismo, preconceito e intolerância.** (Orgs.) São Paulo: Atual, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** Uma breve discussão, 2012.

GUSMÃO, Neusa M. M. de. **Diáspora africana: vida de imigrantes e estudantes em PortugalnoBrasil.** http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_re donds/trabalhos/MR%2003/Neusa%20Maria.pdf Acesso em 30 de Novembro de 2015.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje:** história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

SUBUHANA, C. **Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos do Rio de Janeiro.** 2005. 210 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.



ORGANIZAÇÃO PARA EMPODERAMENTO DOS ESTUDANTES AFRICANOS NO ESTADO DO CEARÁ

Gino Pereira

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFC

Email: pereiragino@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A capital cearense tornou-se uma opção natural para os estudantes africanos, por conta de acordos que o Brasil vem produzindo e mantendo, por meio de programas de ajuda e de cooperação, desde meados de 2004, com os países africanos, principalmente os Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

As ações de cooperação envolvem treinamento e qualificação profissional. O documento firmado torna possíveis estudos e pesquisas científicas nas nações envolvidas, estimulando a troca de informações entre elas.

São exemplos práticos: o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) o Programas de Cooperação entre universidades/faculdades particulares do Estado do Ceará com governos dos países africanos e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). As ações também envolvem treinamento e qualificação profissional, e o documento firmado, da mesma forma que as ações de cooperação, torna possíveis estudos e pesquisas científicas nas nações envolvidas, permitindo a troca de informações entre elas.

Segundo a Delegacia de Policia de Migração (DPM), até 2015, foi registrado 2.025 estudantes africanos no estado (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Números dos estudantes africanos por país no Estado do Ceará

País	Guiné-Bissau	Cabo-Verde	Angola	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Kenya	Nigéria
Nº Estudantes	1072	647	121	53	130	01	01

Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

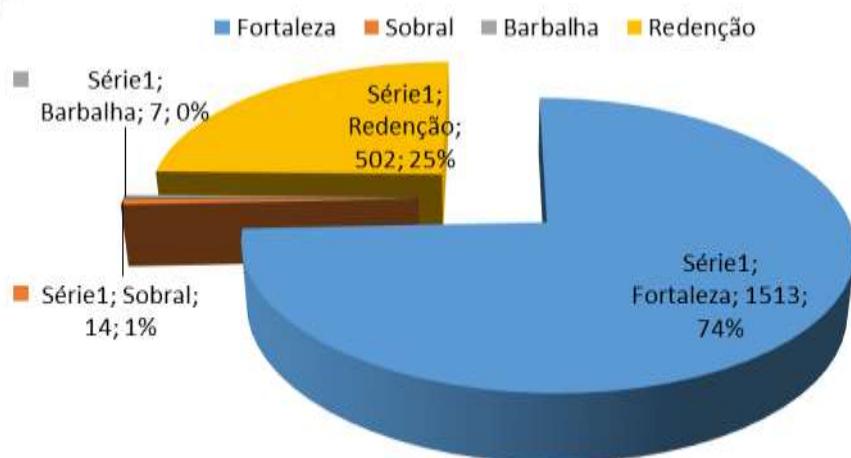
Tais programas abrigam um número considerável de estudantes africanos em todo o Estado, mas as universidades não estão preparadas logisticamente para recebê-los, pois não

lhes oferecem acomodação em seus *campi*⁷ e não colaboram com os processos burocráticos: aluguel de casas e trâmites de documentação, nas instituições de ensino e Polícia Federal, uma vez que estes alunos estão vinculados a estas instituições.

Zygmunt Bauman (2008) afirma que a universidade, como instituição educacional, tem perdido nos últimos anos seu papel preponderante na transmissão de saberes e na formação de profissionais. Uma aluno desestruturado jamais conseguirá ter um bom sucesso na universidade, portanto, o apoio da universidade a estas alunos é imperativo.

De acordo com o levantamento realizado durante este trabalho, foi possível perceber que os estudantes africanos estão distribuídos nos principais Municípios de estados em que há Universidades /Faculdades, conforme mostra a Figura 1:

Figura 1 – Distribuição dos estudantes Africanos por Municípios



Fonte: Pesquisa Direta, 2016

Apesar de as iniciativas de cooperação serem boas, os estudantes africanos enfrentam problemas, sem precedência, pois os programas não atendem às necessidades básicas de sobrevivência dos estudantes, o que ocasiona o crescente problema com alojamento, violência, saúde, segurança e outros fatores dessa ordem que, em demasia, são processos desestabilizadores da ordem social dos estudantes.

Frente aos desafios emergentes, os estudantes organizam-se em associações e grupos para enfrentar os problemas que afetam seu dia a dia. As associações e grupos de estudantes

⁷ (plural de *campus*) Área de concentração dos edifícios, instalações e terrenos de uma universidade.



têm, como finalidade, defender direitos de estudantes e promover integração entre si, assim como com a sociedade cearense, em geral.

A organização de associações e grupos acontece em diferentes níveis: primeiro nível, estadual; segundo nível, municipal; e terceiro, o institucional.

Em nível estadual, são organizadas as associações dos países africanos, representados no Estado. Essas associações defendem os direitos de estudantes de seus países, em todo o Estado. Atualmente, existem cinco organizações nesse nível: Associação de Estudantes Africanos no Ceará (AEAC); Movimento Pastoral Africano (MPA); Associação dos Estudantes Guineenses no Ceará (AEGC); Associação de Estudantes Cabo-Verdianos no Ceará (AECVC); Comitê Acadêmico (CA).

Em nível municipal, as organizações estudantis existem somente no Município de Redenção: Associação dos Estudantes Guineenses no Município de Redenção (AEGR) que tem função de defender os interesses de estudantes deste país nesse Município. Associação dos Estudantes Cabo-Verdianos no Município de Redenção (AECVR); Associação de Estudantes de Moçambicanos no Município de Redenção (AEMR); Associação de estudantes de São Tomé e Príncipe no Município de Redenção (AESTPR); Associação de Estudantes de Angola no Município de Redenção (AEA), e todos defendem interesses dos estudantes de seus países, neste município.

Já no terceiro nível, encontram-se as associações e grupos criados nas universidades/faculdades, esses têm finalidades de defender direitos dos estudantes africanos nas instituições de ensino na qual estão vinculados, assim como promover a integração desses na comunidade estudantil.

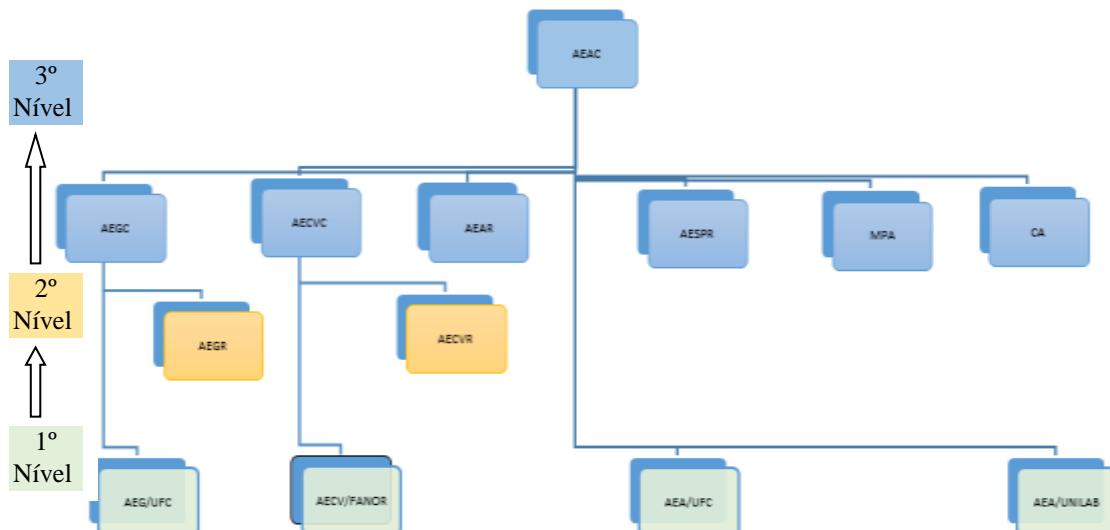
As organizações que se encontram nesse nível são: Associação dos Estudantes Cabo-Verdianos na FANOR, (AECV/FANOR); Associação dos Estudantes Guineenses na Universidade Federal do Ceará (AEG/UFC); Associação dos Estudantes Africanos na Universidade Federal do Ceará (AEA/UFC); Associação dos Estudantes Africanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Redenção (AEA/UNILAB). Essas organizações desempenham papel importante, no dia a dia dos estudantes, em suas instituições de ensino, resolvem pequenos problemas que venham a afetar a vida estudantil dos alunos.

Cada uma dessas organizações é importante no sistema organizacional da comunidade dos estudantes africanos. No entanto, cada uma delas atua dentro de seus limites e junto ao

seu público-alvo. Só é permitido atuação de outras organizações quando a situação está fora de controle da que é responsável para resolver problema desse nível.

As responsabilidades de resolver os problemas passam de níveis inferiores para superiores, sucessivamente, até chegar no topo na (AEAC), ou seja, existe uma hierarquia na resolução dos problemas. A Figura 2 mostra a hierarquização das organizações dos estudantes africanos no Estado do Ceará.

Figura 2 - Hierarquização das associações e grupos de estudantes africanos no Estado do Ceará



Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

A organização para empoderamento dos estudantes africanos no Estado do Ceará torna-se cada vez mais necessário, pois, a cada dia que passa, os estudantes enfrentam diversos problemas de caráter social, cultural e econômico. As organizações acima citadas são grupos que conformam coletividades, no sentido adaptado de Baugartem (2004), ou seja, de um grupamento de indivíduos com a mesma procedência, já que nascidos em África, porém, de diversos contextos nacionais, étnicos e tribais. Indivíduos que, nos diferentes espaços urbanos, num contexto de imigração, constituem um *locus* de interação e inter-relações entre as diferentes nacionalidades.

O trabalho teve os seguintes objetivos - geral: Analisar a forma com que os estudantes africanos organizam para empoderamento de seus problemas; específicos: identificar as principais associações e grupos de estudantes africanos no Ceará; descrever as funções de



cada associação e grupo; compreender como se dá a relação entre as associações e grupos; Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas associações ou grupos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada aqui é a pesquisa bibliográfica, documental e participativa sobre a organização dos estudantes africanos no Ceará, interligando o contexto brasileiro e o internacional.

Na pesquisa documental, foi preciso fazer levantamento de dados de estudantes na Delegacia de Polícia Federal, assim como levantamento de número de estudantes africanos, em diferentes universidades/faculdades do Estado do Ceará, suas nacionalidades e os municípios em que se encontram resididos como estudantes.

A pesquisa participante insere-se na pesquisa prática, classificação apresentada por Demo (2000, p.21), para fins de sistematização. Segundo esse autor, a pesquisa prática “é ligada à práxis, ou seja, à prática histórica, em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de intervenção. Haguete (1985) ressalta que, em determinados momentos da pesquisa e nossa experiência, mostra que é um processo educativo que atinge a equipe envolvida, pesquisadores e participantes interagem na dialética do processo.

Noronha (2001), resgatando críticas de pesquisadores sobre a pesquisa participante, ressalta “A relação dialética sujeito-objeto tem como pressuposto que a teoria se altera no trânsito com a realidade, assim como esta também se altera com a teoria”.

Foi preciso elaborar um roteiro que levasse em conta o anuário de todas as associações e grupos de estudantes, com a disposição de participar nas atividades das referidas organizações, no sentido de se inteirar dos problemas e as potencialidades organizacionais desses.

Para isso, foi necessário dividir a pesquisa participativa em três etapas: primeira etapa, contatos com os líderes de associações e grupos para elaboração de anuários, em conjunto, para que as atividades não coincidam nas datas e nas modalidades, a fim de possibilitar a participação dos alunos nas atividades de todas as associações e grupos.

A segunda etapa foi preenchida com a realização das atividades intencionadas por cada organização, segundo o anuário estabelecido com as lideranças das mesmas.

Na terceira etapa, foi organizado um encontro com todas as lideranças para analisar os resultados de cada atividade realizada por cada associação e os impactos que as mesmas



proporcionaram no seio comunidade dos estudantes africanos no Ceará. Nessa etapa, também foi discutido quais são as atividades que podem ser realizadas, em comum, entre as organizações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante este trabalho foi realizado dois encontros: a primeira com a comunidade estudantil e a segunda com as lideranças. A primeira teve o propósito de ouvir os principais problemas da classe. No encontro, foi possível ouvir diversos relatos que revelam os problemas, pessoais e comuns. Os problemas citados nos relatos foram da ordem social, tais como: segurança, saúde, alojamento, estagio profissional, documentação, racismo nas ruas e instituições de ensino.

No segundo encontro com as lideranças, foram discutidas as estratégias de enfrentamento dos problemas acima citados, onde cada associação e grupo assumiu a responsabilidade de dar encaminhamento das estratégias elaboradas pelo grupo dos líderes. O grupo decidiu que a mesma estratégia será adotada por todas as organizações, cada associação ou grupo vai atuar na sua área e sobre seu público alvo, reportando assim todas as informações para o grupo dos líderes, para que esses possam analisar os avanços do plano estratégico e se a estratégia precisa mudar ou não, ou se algumas decisões coletivas precisam ser tomadas, caso os problemas ultrapassam a competência da associação ou grupo local.

Foi dado um encaminhamento coletivo na Defensoria Pública da União (DPU) para apuramento de causa de morte de quatros estudantes africanos assassinados entre 2011 a 2016, nomeadamente Verdianos Jason Teixeira Hoffer Barreto, de 22 anos e de nacionalidade cabo-verdiano; Shwarzenegger Buchawald Vieira Monteiro, 24 anos, e nacionalidade guineense; Paulo Romão, de 24 anos, cabo-Verdiano; Vânia Fernandes, de 21 anos, também cabo-verdiana.

Vendo os seriíssimos problemas que estudantes enfrentam no Estado, a DPU disponibilizou um dia específico para atendimento dos estudantes africanos (sexta feira), a fim de poder fazer com que os problemas dos mesmos cheguem com mais rapidez à instancia superior. Isso, com certeza, foi um grande avanço na resolução dos problemas dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Apesar da possibilidade de ser valorizado como estrangeiro, os estudantes africanos sofrem outros processos, nos quais à questão da origem e da cor da pele juntam-se outros aspectos como elementos-suportes de ações racistas e discriminatórias. Por tudo isso, ser negro e estrangeiro, como diz Gomes (2002), só potencializa o preconceito e a discriminação. Portanto, muito dos problemas dos estudantes africanos não são atendidos pelas autoridades municipais e estaduais pela presença de preconceitos e racismo.

Para tanto, se considera que a organização dos africanos no Ceará é necessária, pois, sem ela a situação de muitos estudantes estaria piorando. É nessas organizações que os problemas são discutidos, organizados e resolvidos. Portanto, é imprescindível que todas as associações e grupos continuassem a trabalhar, ligados de forma a superar seus problemas, buscando, assim, as parcerias com as autoridades e com os Municípios, em conjunto com o Governo de Estado, a fim manter um diálogo profundo, na tentativa de equacionar os problemas supracitados.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2005.
- BAUNGARTEN, M. Comunidades ou coletividades? O fazer científico na era da informação. Política e Sociedade. **Revista de Sociologia Política**. Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, UFSC. Florianópolis, Cidade Futura, nº 4, abril de 2004, p. 97-136.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 1981. 159p.
- GOMES, J. M. S. **Estudantes na terra dos outros**. A experiência dos universitários angolanos da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. 2002.
- HAGUETE, Teresa M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987, 163p. Janeiro: Zahar, 2005.
- NORONHA, Olinda M. **Pesquisa participante**: repondo questões teórico-metodológicas. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2001, p.137-143.



GT 4: Educação, Migração Estudantil, Políticas Públicas e Institucionais
Coordenação: Carlos Subuhana; Elisangela André da Silva Costa; Jeannette Ramos Pouchain (UNILAB)

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA SOB A PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE E DOS DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO CIVEJA

Amanda Arcelino da Silva Cavalcante - PIBEAC/UNILAB
Email: amandaacelino@yahoo.com.br

Orientadora: Profa. Dra. Elisangela André da Silva Costa - UNILAB
Email: elisangelaandre@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

As experiências de cooperação sul-sul, das quais emerge a fundação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, estimulam dentro desta instituição o desenvolvimento de projetos que oportunizem o diálogo em torno da diversidade, colaborando para a construção crítica de novos conhecimentos que valorizem a identidade cultural dos diferentes sujeitos, seus percursos históricos e suas práticas sociais.

O Circuito Intercultural de Vivências em Educação de Jovens e Adultos - CIVEJA é uma ação de extensão universitária que nasceu com o compromisso de promover o intercâmbio de múltiplos olhares em relação à educação de jovens e adultos – EJA, seus desafios e compromissos político pedagógicos (COSTA et al, 2015). O legado deixado por Paulo Freire para a educação popular se constitui como pontos de partida para problematização e leitura crítica da realidade, promovendo o desvelamento de situações de discriminação, preconceito, exclusão na busca de superação dos mesmos, e diminuição da distância entre o escrito e o vivido no contexto dos direitos humanos.

Cartas a Guiné Bissau (FREIRE, 1978) se constitui como uma importante referência política, pedagógica e epistemológica para a educação no Brasil e na África. Nos escritos, sistematizados através de cartas, é possível verificar a presença da discussão sobre cooperação, respeito à diversidade e direitos humanos. A forma como Freire (1978) dialoga com seus interlocutores nos permite verificar a presença de uma práxis educativa, comprometida de forma radical com a humanização e a emancipação dos sujeitos.



Assim, a discussão sobre direitos humanos e diversidade se constitui como horizonte das atividades formativas, previstas para o período de vigência do CIVEJA. As metodologias realizadas durante os encontros buscam trazer a reflexão como eixo epistemológico, pedagógico e político da formação (COSTA et al, 2016).

Considerando a importância da formação dos professores para uma atuação politicamente situada, o presente estudo objetiva refletir sobre as aprendizagens da diversidade e dos direitos humanos na experiência formativa promovida pelo CIVEJA.

METODOLOGIA

Os processos formativos se constituem como um fenômeno social dinâmico, dentro dos quais são expressas diferentes visões de mundo e valores, assim como diferentes projetos de sociedade (CANDAU, 2012). A educação de Jovens e Adultos, de maneira especial, revela histórias de vida que trazem marcas profundas de processos de exclusão vividos pelos sujeitos em seu cotidiano, colocando permanentemente em tensão o respeito aos direitos humanos.

A metodologia utilizada para a realização dos encontros formativos do CIVEJA que prevê a realização de Círculos de Cultura e Círculos de Memórias nos permite acessar o universo de significados construídos pelos sujeitos em relação à vida, formação e trabalho.

Considerando tais questões, o presente estudo pauta-se na abordagem qualitativa de pesquisa (MINAYO, 2004), utilizando como estratégia de aproximação com a realidade a observação participante dos encontros de formação, seguido da produção de diários de campo. As reflexões apresentadas dizem respeito ao encontro realizado no mês de setembro de 2016, visando discutir “Alfabetização/Educação como direito humano no Brasil e em África”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao consultarmos o projeto que sistematiza o CIVEJA na UNILAB, verificamos que metodologicamente o mesmo se organiza a partir da realização de Círculos de Cultura e Círculos de Memórias.

Os círculos de cultura nasceram da experiência de Paulo Freire em Recife na década de 1960, podendo ser compreendidos como um espaço democrático que permite a



interação e acolhimento dos sujeitos, dinamizado através de diálogos em que todos que participam têm a possibilidade de ensinar e aprender.

No contexto do CIVEJA, ao discutir Alfabetização/Educação como direito humano no Brasil e em África, os participantes vivenciaram experiências distintas que promoveram a sua aproximação com a temática. A definição da sistemática do encontro considerou datas importantes no calendário de setembro para o Brasil e para a África. Foram feitas alusões à independência do Brasil (07.09) e de Guiné Bissau (24.09); dia internacional da alfabetização (08.09); aniversário de Paulo Freire (19.09) e, ainda, 40 anos do início da sistematização de cartas a Guiné Bissau (escrito entre 1976-1977).

A partir desse conjunto de referências, foram promovidos momentos distintos como:

a) Apresentação cultural de estudantes africanos – dança típica de Guiné Bissau, seguida da contextualização cultural da mesma, realizada pelo coordenador do grupo. Este movimento permitiu o contato dos participantes com a cultura e com as práticas sociais de Guiné Bissau, ampliando os conhecimentos de todos sobre este país e valorizando os sujeitos e suas identidades;

b) Exposição fotográfica de percursos da EJA nos municípios – realizada através de *banners* produzidos pelos educadores. Esta ação, de modo semelhante ao que aconteceu com o grupo de estudantes guineenses, oportunizou o contato dos participantes com o trabalho realizado nos municípios, a reflexão sobre os limites e as possibilidades da EJA nestes contextos e, ainda, a valorização pessoal e profissional dos sujeitos;

c) Palestra com educadores brasileiros e guineenses sobre a experiência de alfabetização de adultos em seus países. Ao apresentar reflexões sobre a alfabetização de adultos em Guiné e no Brasil, tomando como elo o trabalho de Paulo Freire, pudemos compreender a educação como uma prática social que necessita dialogar com o contexto em que se insere para que não seja reduzida a uma prática de instrução e alienação dos sujeitos;

d) Sistematização de diálogos entre educadores e estudantes através da produção de árvore do conhecimento, destacando princípios, metodologias e frutos da educação de adultos na perspectiva freireana – Nesta atividade os participantes deixaram registradas as suas reflexões sobre a epistemologia freireana na EJA, contextualizando as discussões e expressando suas compreensões.

e) No intervalo entre uma atividade e outra, estudantes vinculados ao grupo de pesquisa e extensão, educação e cooperação Sul – Sul – ELOSS, faziam leituras de trechos do



livro Cartas a Guiné Bissau. Este movimento permitiu aos participantes refletirem sobre elementos teóricos presentes na obra Cartas a Guiné Bissau, estimulando a leitura da obra completa.

f) Apresentação de esquete teatral, a partir do poema “Canção para os fonemas da alegria”, de Thiago de Mello. A transformação do poema em uma outra linguagem, a teatral, promovido pelos estudantes, chamou atenção para a possibilidade de exercício de sensibilidade e de criatividade, além da utilização da arte como forma de expressão e de luta.

O diálogo, a cultura e a leitura crítica da realidade se constituem como instrumentos de libertação, como afirmam Freire e Cabral (FREIRE, 1978). Os processos formativos devem, portanto, possibilitar aos professores a aproximação de referenciais teóricos que iluminem suas reflexões, mas devem igualmente possibilitar a tradução de tais referências para as suas realidades concretas, promovendo um processo de desvelamento e de emancipação dos sujeitos.

CONCLUSÕES

Os resultados apontam que a diversidade e os direitos humanos precisam avançar da perspectiva da proclamação para a vivência e que a oportunidade de interação entre os sujeitos das mais variadas nacionalidades no contexto da UNILAB coopere de maneira significativa para a aprendizagem desses elementos.

O CIVEJA se constitui como um espaço / tempo de reflexão crítica sobre as práticas educativas desenvolvidas no contexto da EJA e também sobre as práticas sociais vividas pelos sujeitos. A forma de organização das estratégias formativas possibilita a todos os participantes atuarem como protagonistas nos processos de construção do conhecimento. Desse modo, o diálogo e a problematização se constituem como atitudes pedagógicas que colaboram com o desenvolvimento do potencial de cada sujeito, valorizando sua identidade e sua história.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. **Educação em direitos humanos:** de que se trata? Disponível em <<http://hottopos.com/convenit6/victoria.htm>>. Acesso em 30 mai 2016. [

CANDAU, V.. F. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012.



COSTA, E. A. S; FREIRE, J. C. S.; ALMEIDA, S. M. N. Circuito Intercultural de Vivências em EJA – CIVEJA: um olhar sobre a(s) diversidade(s) nos processos de formação contínua. In **V Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. São Paulo: UNICAMP, 2015.

COSTA, E. A. S; FREIRE, J. C. S.; CAIADO, A. P. S; ALMEIDA, S. M. N. Formação em EJA e Diversidade (s): a experiência de educação popular no CIVEJA – UNILAB. **Olh@res**, Guarulhos, v. 4, n. 1, p. 335-350, maio 2016.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em. Processo. 2^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.



MOBILIDADE INTERNACIONAL E SEUS SIGNIFICADOS PARA OS JOVENS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Dra. Isaurora Cláudia Martins de Freitas
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
E-mail: isaurora68@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste resumo, apresento alguns resultados da pesquisa de pós-doutorado, realizada no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa⁸, no período de agosto de 2014 a julho de 2015. A referida pesquisa abrangeu a mobilidade acadêmica realizada por estudantes de graduação de universidades cearenses, através do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) e teve como objetivos: Analisar a experiência de estudantes que aderiram ao Ciência sem Fronteiras e realizaram intercâmbio em países da Europa; compreender os significados que os jovens atribuem à experiência de mobilidade internacional possibilitada pelo Ciência sem Fronteiras.

Juventude e mobilidade são categorias centrais na análise aqui pretendida. A juventude é pensada como construção social e histórica, caracterizada pela heterogeneidade e pela diversidade nos modos de ser jovem (BOURDIEU, 1983; GALLAND, 1991; MARGULIS, URRESTI, 1996; PAIS, 2003) e a mobilidade como fenômeno que, para além da dimensão física, possui uma dimensão social, cultural e subjetiva (CAIAFA, 2002; CRESSWELL, 2006; URRY, 2007) que produz transformações de diversas ordens naqueles que a vivenciam.

A pesquisa contou com a participação direta de doze universitários cearenses, sendo seis do sexo feminino e seis do sexo masculino, com idades entre 19 e 25 anos, que realizaram intercâmbio em quatro cidades de dois países da Europa: Espanha (Madri e Valência) e França (Paris e Nantes).

METODOLOGIA

Foram utilizadas metodologias e técnicas de pesquisa que permitissem observar, descrever e interpretar a realidade em consonância com uma visão que pensa a realidade

⁸ A realização da pesquisa foi custeada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me concedeu bolsa de estudos por um ano.



social como imersa nas teias de significados da cultura, significados esses atribuídos pelos próprios indivíduos (WEBER, 1995; GEERTZ, 2008).

Dada a natureza da pesquisa, adotei estratégia que permitisse acompanhar jovens geograficamente situados em diferentes lugares. Assim, parte da pesquisa foi realizada de forma presencial, visitando as cidades onde os jovens estavam vivendo, durante o intercâmbio para a realização de observações e entrevistas semiestruturadas. Outra parte foi realizada de forma virtual, utilizando a internet como ferramenta de coleta de dados na busca de exercitar o que alguns autores chamam de netnografia (KOZINETS, 2010; ROCHA, MONTARDO, 2005), por entender que, no mundo contemporâneo, o “real” (*off line*) e o “virtual” (*on line*) não se opõem, ao contrário, são parte de uma mesma engrenagem cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudantes que acompanhei possuem em comum o fato de serem jovens e de nunca terem morado longe dos pais. Apenas quatro deles já tinha viajado ao exterior, os demais nunca tinham saído do país e três nunca tinham saído do Ceará, pois as condições financeiras das famílias não lhes permitiram. Os doze permaneceram por no máximo 14 meses no país que escolheram para o intercâmbio. A decisão de participar do CsF partiu de motivações diversas que extrapolam as intenções acadêmicas e profissionais e incluem: o desejo de morar sozinha e “viajar e conhecer o mundo” (Melina, 19 anos); desejo de “adquirir independência, liberdade e responsabilidade” (Luiz, 22 anos); “troca de experiências culturais com diferentes nacionalidades” (Fernando, 21 anos); oportunidade de crescer “não apenas no sentido acadêmico, mas também pessoal e humano” (Germana, 20 anos).

Tendo experimentado sensações e vivências diversas e desenvolvido práticas distintas daquelas do lugar de origem ao longo do tempo vivido no exterior, os jovens destacam em suas falas, sobretudo, os acréscimos culturais e pessoais gerados pela experiência do intercâmbio.

CONCLUSÕES

Foi na busca de analisar o trânsito dos indivíduos em mundos socioculturais diferentes do seu lugar de origem, tentando compreender de que forma ele afeta e acrescenta significados à experiência juvenil e estudantil, que o estudo se encaminhou. Entretanto,



acompanhar estudantes universitários ao longo da vivência de um intercâmbio internacional, permitiu-me também compreender a importância de incluir nas políticas públicas de educação superior programas da natureza do Ciência sem Fronteiras.

Para Bauman (1999), a mobilidade representa o mais alto nível dentre os valores cobiçados no nosso tempo, uma vez que constitui o principal fator de diferenciação social. Nas palavras do autor, “ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social” (BAUMAN, 199, p. 08). Portanto, proporcionar aos jovens que estão em fase de formação profissional uma experiência de mobilidade internacional, com tudo o que ela traz em termos de vivências e ampliação de horizontes, é contribuir para que se tornem seres humanos e profissionais mais aptos a se movimentarem no mundo contemporâneo.

Em julho de 2016, o Ministério da Educação (MEC) anunciou mudanças no Programa. Dentre as mudanças, o fim da concessão de bolsas para estudantes de graduação. Portanto, o sonho de muitos jovens universitários, sobretudo os menos favorecidos, de realizar intercâmbio internacional com recursos governamentais foi encerrado com referida medida.

Independentemente do encerramento do Programa e das críticas à primeira fase de sua execução, o que fica é a experiência daqueles que tiveram a oportunidade de viver a mobilidade internacional proporcionada por ele. Experiência vivida de forma singular por cada um dos estudantes e que, segundo seus próprios depoimentos, contribuiu significativamente para o enriquecimento da formação acadêmica, cultural e humana de todos.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.
- BOURDIEU, P. Juventude é Apenas uma Palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CAIAFA, Janice. **Jornadas Urbanas:** exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.
- CRESSWELL, T. **On the Move:** mobility in the modern western world. New York: Routledge, 2006.
- GALLAND, O. **Les Jeunes.** Paris: Editions Découvert, 1985.



GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1ed. 13. Reimpressão. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

KOZINETS, Robert V. (2010). **Netnography**: Doing ethnographic research online. London: Sage.

MARGULIS, M.; URRESTI, Marcelo. La Juventud es más que una Palabra. In: MARGULIS, Mario (org.). **La Juventud es más que una Palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. 2 ed., Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013.

ROCHA, Paula Jung, MONTARDO, Sandra Portella. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. pp. 1-22, 2005. Disponível em: <http://www.compos.com.br/e-compos>. [consultado em 15-10-2014].

URRY, John. **Mobilities**. London, Polity, 2007.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**: Parte 2. 2ed., São Paulo/ Campinas, Cortez/UNICAMP, 1995.



DAS MOTIVAÇÕES DOS/AS ESTUDANTES DO CURSO DE LETRAS DA UNILAB PELA DOCÊNCIA

Geranilde Costa e Silva

Dra. em Educação. Pedagoga. Coordenadora da Pesquisa.
Professora do Instituto de Humanidades e Letras da UNILAB.
E-mail: geranildecosta@unilab.edu.br

Ana Paula Sthel Caiado

Dra. em Psicologia. Psicóloga. Colaboradora da Pesquisa.
Professora do Instituto de Ciências da Natureza da UNILAB.
E-mail: apcaiado@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A Unilab é uma Instituição Federal de Ensino Superior voltada à parceria internacional com países africanos de colonização e língua portuguesa, bem como o Timor Leste e Portugal. Dentre suas ações de Cooperação Internacional, está prevista a Formação de Professores/as, por meio das Licenciaturas em Pedagogia, História, Letras, Sociologia, Biologia, Física, Matemática e Química. Frente a esse cenário, conhecer as motivações dos/as discentes da Letras da Unilab pela docência compõe uma pesquisa maior, ainda em desenvolvimento (2016-2017), intitulada “Histórias de vida de estudantes brasileiros/as, africanos/as e timorenses da Unilab: motivações pela docência”.

OBJETIVO

Identificar as motivações dos/as estudantes do curso de Letras da Unilab pela docência, tendo em consideração os marcadores de cunho socioeconômicos, culturais, étnico-raciais etc. do grupo em questão.

METODOLOGIA

Pesquisa que se utiliza da Pretagogia - referencial teórico-metodológico de base africana. O estudo está organizado em 02 (dois) momentos, sendo o 1º a fase quantitativa (em execução) com a aplicação de questionários junto aos/as discentes da Letras. Já a 2ª etapa se refere à produção de dados com entrevistas, junto a, pelo menos, 02 (dois) estudantes dessa licenciatura.



RESULTADOS

Do total de 254 estudantes da Letras em 2016.1, 09 responderam aos questionários, sendo 05 homens (04 brasileiros e 01 guineense) e 04 mulheres (03 brasileiras e uma cabo-verdiana). No que se refere à motivação primeira, os homens justificaram os seguintes itens: a) vocação; b) professores/as que o inspiraram; c) importância da profissão para si; d) uma alternativa de atividade profissional. Já o guineense apontou a importância da profissão para o desenvolvimento do seu país. Quanto as estudantes, as brasileiras citaram: a) vocação; b) professores/as que a inspiraram; c) não ter condições financeiras para frequentar outro curso. Por sua vez, a estudante cabo-verdiana justificou a vocação. Sobre as pretensões de exercício profissional, foi exposta por todos os 05 homens apenas a intenção em seguir carreira acadêmica (mestrado e doutorado). Das 04 discentes, apenas a brasileira manifestou a intenção em exercer a docência em escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tais resultados, ainda que parciais, apontam que os/as estudantes da Licenciatura em Letras acreditam na existência do ter vocação para Ser Professor, sendo essa uma questão relevante para o debate no que tange ao exercício da docência, de modo a conhecer que elementos compõe ou não essa vocação. Por sua vez, a grande maioria desses/as alunos/as manifestaram a intenção em exercer a docência apenas em nível superior, ou seja, não anseiam Ser Professor da Educação Básica, o que atende apenas a um, dos cinco perfis do egresso pretendido pelo Projeto Pedagógico Curricular do referido curso, que é a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação, como desenvolvimento de pesquisas na área de Linguística ou de Literatura, com vistas ao ingresso na carreira do ensino superior. Por fim, avaliamos que pretender exercer a docência apenas em nível superior, revelando dessa forma o preocupante desinteresse desse grupo pelo exercício da docência na Educação Básica, é algo a ser debatido dentro do curso, com vistas a buscar estratégias pedagógicas que revertam tal fato.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Diretrizes Gerais da UNILAB**, 2010.



PEREIRA, Kelly M. da S. O processo de adaptação sociocultural de estudantes estrangeiros na cidade de Redenção-Ce. 2015. 54 p. Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

PETIT, Sandra H.; SILVA, Geranilde Costa e. Pretagogia no chão da escola: práticas e pressupostos. In: CUNHA JUNIOR, H., et al. **Artefatos da Cultura Negra no Ceará** (2013). Fortaleza: Gráfica LCR, 2013.

PIMENTA, Selma G. Formação de Professores: Saberes da Docência e Identidade do Professor. 1997. Disponível em: file:///C:/Users/Ibyte/Downloads/50-162-2-PB.pdf. Acesso em: 12 dez 2015.



GT 5: Legislação, Direitos Humanos, Refúgio e tráfico de pessoas
Coordenação: Lívia Maria Xerez (NETP/SEJUS); Sinara de Almeida (Unilab); Raquel Coelho de Freitas (UFC)

FILHOS DA ÁFRICA NA “TERRA DA LUZ”: ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO E A ADAPTAÇÃO NA VIDA ACADÊMICA DE ESTUDANTES AFRICANOS DO PEC- G EM FORTALEZA-CE

Carmosina Sibélia Silva Alencar

Pós-graduanda - Faculdade ATENEU

Email: sibelia.alencar@yahoo.com

Orientador: **Prof. Ms. Paulo Henrique Barbosa Sousa**

Faculdade ATENEU

Email: profphgeografia@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No contexto da globalização, pode-se mencionar a existência de uma diáspora africana vivida atualmente por estudantes, que consiste em um deslocamento dos países africanos para outros países, inclusive para o Brasil. Esse movimento migratório tem gerado o aumento da presença de estudantes africanos no Estado do Ceará, despertando, assim, o interesse em pesquisar sobre esses deslocamentos, físico e social, que estes vivenciam. Esta pesquisa trata-se, portanto, de uma análise sobre o processo de inserção e adaptação dos estudantes africanos do PEC-G, na vida acadêmica, no contexto da Universidade Federal do Ceará.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica que se adotou nesta investigação foi a pesquisa qualitativa. O *locus* de investigação foi a Universidade Federal do Ceará – UFC, localizada na capital cearense, Fortaleza. Por tratar-se de uma instituição pública que mantém acordo de cooperação educacional com o continente africano através do (PEC-G). O método utilizado foi o Estudo de Caso e os sujeitos da pesquisa foram estudantes participantes do PEC-G, que residem em Fortaleza e estão matriculados em um dos cursos de graduação da UFC. Para o levantamento de dados, utilizou-se da aplicação de questionários e a realização de entrevista semiestruturada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudantes, quando questionados sobre os espaços de convivência que utilizam, mencionaram serem os mesmos que os brasileiros têm acesso, não havendo local de compartilhamento de experiências e de apoio oferecido pela UFC aos estrangeiros. Como relatam os estudantes do curso de Estatística, natural de Guiné Bissau: “Não há espaço somente ‘pros’ estrangeiros, pois compartilhamos dos mesmos locais com os nacionais”. E do curso de Engenharia da Computação, natural de Guiné Bissau: “Desde que cheguei nunca vi local de convivência para estrangeiros na UFC”.

Quando solicitados para descreverem sobre a relação que mantêm com os brasileiros no meio acadêmico e fora dele, mencionaram: “No meio das pessoas aqui da UFC vejo que a relação é melhor, comparado com as que aqui não estudam.” (Fala de estudante do curso de Estatística, natural de Guiné Bissau). Ademais, o estudante de Ciências Atuariais, natural de Guiné Bissau, durante a entrevista mencionou ser observado por olhares atentos, não somente nos ambientes extra-muros acadêmicos, mas também no próprio campus da universidade. Esses olhares revelam que os africanos são vistos como estranhos pelos brasileiros. Através deste relato, percebe-se que,

[...] há na sociedade brasileira como um todo ‘um desconhecimento ainda muito grande sobre quem são os estrangeiros em nosso país’. A invisibilidade se agrava quando esses atores sem rosto, além de ‘estrangeiros’ carregam consigo a problemática de ser ‘pobres’ e ‘negros’, tornando-se sujeitos que necessitam lutar por seus direitos [...]. (GUSMÃO, 2006, p.51)

O retorno para os seus países de origem é um sentimento que está presente nos relatos dos estudantes que participaram da pesquisa. “A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades, [...], podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor.” (HALL, 2011, p.28). Esse sentimento também pode ser percebido na fala do estudante de Ciências Contábeis, natural de Angola, “Meu projeto é voltar para o meu país, entrar no mercado de trabalho, e com as competências que eu adquiri, aqui, no Brasil, trabalhar para poder ajudar a desenvolver meu país e ajudar minha família”.

CONCLUSÕES



Por meio dos relatos dos estudantes, observou-se que estes enfrentam dificuldades desde a sua chegada, até o término do curso, relacionadas a demandas financeiras, linguísticas, emocionais e de convívio com outros estudantes. Para a superação desses obstáculos, estes se dedicam aos estudos, a aprender os regionalismos e gírias faladas no Ceará, na tentativa de se inserir na cultura local, tentam minimizar a saudade da família e da terra natal, através das músicas, comidas típicas do seu país e da relação diária com seus compatriotas. O enfrentamento cotidiano perpassa também a discriminação, camouflada ou exposta, vivenciada no âmbito acadêmico e fora dele.

REFERÊNCIAS

- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Trajetos identitários e negritude:** jovens africanos no Brasil e em Portugal. In: Revista impulso, Piracicaba, n. 17, 2006. 45 -57p.
- HALL, Stuart. **Pensando a diáspora:** reflexões sobre a terra no exterior. In: Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 25-48p.



CONTENÇÃO E PRECARIZAÇÃO TERRITORIAL: CAMPO DE REFUGIADOS DE DADAAB NO QUÊNIA

Daniela Florêncio da Silva

Bacharel e mestre em Geografia pela UFPE

Email: danifs_br@yahoo.com.br

Orientador: **Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic** – UFPE

Coorientador: **Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel** – UFPE

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi desenvolvida para o mestrado em Geografia e teve como objetivo principal a compreensão dos fatores formadores e estruturantes da dinâmica territorial do campo de refugiados de Dadaab, no Quênia. Seu contexto, durante a pesquisa, revelou fatores complexos, analisados nos processos excludentes da globalização, nas práticas informais de um Estado de Exceção, que criam territórios em que o “não pertencer” e a espera são vistos como traços de sua complexidade e, no desenvolvimento, nessa região do continente africano, de uma paisagem de “emergências” humanitárias configurada por uma extrema vulnerabilidade humana.

No início da década de 1990, ao contrário das políticas de acolhimento de refugiados, então, estabelecidas desde a época colonial, o governo queniano começou a desenvolver um forte processo de confinamento dos refugiados em campos, estabelecidos em áreas remotas. Dos 596 mil refugiados e solicitantes de asilo registrados no Quênia, em fevereiro de 2016, cerca de 532 mil vivem nos campos de Dadaab e Kakuma (UNHCR, 2016).

METODOLOGIA

Os procedimentos técnicos foram norteados pela revisão bibliográfica, análise de documentos, pesquisa de campo em Nairóbi, em março de 2015, e realização de entrevistas. Em virtude da falta de financiamento para o desenvolvimento da pesquisa de campo em Dadaab, foi utilizado o recurso do Skype para a realização de algumas entrevistas, assim como as redes sociais, que foram de grande importância para acompanhar o cotidiano e os aspectos da realidade desse campo.



Além das contradições sociais e espaciais, inerentes ao capitalismo e influenciadas pela globalização, discutidas pelo método do materialismo histórico e dialético, questões como o controle, a biopolítica e o biopoder, abordadas por Michel Foucault e as ambiguidades presentes na formação e existência dos campos de refugiados, citadas por Giorgio Agamben, Michel Agier e Rogério Haesbaert, estruturaram as discussões teóricas, delineadas, também, pelo olhar das concepções teóricas pós-coloniais através de autores como Edward Said e Achille Mbembe.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A contenção territorial, na dinâmica de formação desse campo de refugiados, esclarece os aspectos centrais de sua compreensão. Esse termo abordado pelo geógrafo Rogério Haesbaert (2014), apreende a complexidade da atual conjuntura mundial, ao apontar as fragilidades nas tentativas de controle dos fluxos indesejados. “A contenção territorial envolve sempre a impossibilidade da reclusão ou do fechamento integral, da clausura ou confinamento” (HAESBAERT, 2014, p. 215).

A saída desse campo de refugiados e a circulação pelo país só são permitidas através da emissão de um passe de movimento, emitido em circunstâncias muito restritas. Dadaab é formado, atualmente, por um complexo de cinco campos, com uma extensão total de 50 km², mas sem cercas, muros ou controle policial rígido. Assim, o controle psicológico acaba exercendo maior influência. Além da mobilidade, a contenção também ocorre no sentido de suas práticas espaciais, com proibições para a melhoria de suas instalações.

As práticas de contenção territorial do Quênia, para refugiados, foram desenvolvidas por mecanismos informais adotados pelo governo, ferindo acordos internacionais de proteção aos refugiados, tendo como justificativas a questão da segurança nacional, da alteridade e da disputa pelo mercado de trabalho (LAMBO, 2012; HUMAN RIGHTS WATCH, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da extrema precarização humana a que são submetidos e das inúmeras restrições impostas pelo governo queniano, inclusive à integração social, os refugiados no campo de Dadaab têm desenvolvido características de um espaço urbano, nesse território de



exceção, com uma economia que gera milhões de dólares por ano, contornando as suas geografias de exceção e de controle, e construindo novas possibilidades de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: território e multi/tranterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Hidden in Plain View: Refugees Living Without Protection In Nairobi And Kampala**. 2002.

LAMBO, Idil. **In the shelter of each other: notions of home and belonging amongst Somali refugees in Nairobi**. Research Paper, n. 233, UNHCR, 2012.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **Refugees and Asylum Seekers in Kenya (as of February 2016)**. 2016. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/56e7bb694.html>>. Acesso em: 16 out. 2016.



TRAJETÓRIAS E PERMANÊNCIAS DO AFRICANO/ESTUDANTES GUINEENSES NA “TERRA DA LUZ”, FORTALEZA - CEARÁ.

Renata Maria Franco Ribeiro
E-mail: soudebissauafrica@outlook.com

INTRODUÇÃO

O estudo analisou as vivências, os dilemas, os conflitos, as relações étnico-raciais no lugar de “acolhimento” dos chamados “novos moradores”, em Fortaleza-Ce, cidade com forte presença africana.

A realidade encontrada em Fortaleza foi bastante diferente imaginada por esses imigrantes estudantes, que saíram da Guiné-Bissau, motivados pela propaganda de obtenção de um diploma de Ensino Superior pelas Faculdades Fatene e Evolução e por seus familiares.

Foi nossa preocupação entender como eles interagiam no cenário acadêmico, com a falta de apoio sócio-pedagógico e o desconhecimento sobre a África, em Fortaleza, suas inserções culturais, nos espaços sociais para construção de novas relações e possibilidades de integração na chamada “Terra da Luz”.

O discurso oficial nega a presença do negro no Ceará, segundo dados do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), de fomento à pesquisa no Brasil. Apesar de Brasil e África estarem ligados pela história, pela cultura e pela religião, a presença do negro no Ceará é “invisibilizada”, em decorrência de uma falsa memória coletiva do mito da democracia racial (MUNANGA, 2004, p. 37).

Há que considerar que milhões de anos atrás (aproximadamente entre 136 milhões e 65 milhões de anos), o Brasil e a África faziam parte de uma única massa continental (RIBELO, 2011). Essa massa continental contínua foi denominada de Pangeia, que foi traduzido do grego para o português como “toda a terra”.

A antiga ponte geográfica, hoje separada pelo Oceano Atlântico, deixou marcas na formação do Brasil. A presença africana no ciclo do açúcar, de café e do ouro, em meados do século XVI e início do século XVIII, além de gerar riquezas substanciais para o desenvolvimento econômico do Brasil colonial e pós-colonial, juntou índios, portugueses, emigrantes asiáticos, judeus e árabes, de diversas origens culturais, num único espaço de encontro e manifestações civilizacionais no processo de produção e reprodução das relações entre o Brasil e a África, a Europa e a Ásia.



No caso da nossa pesquisa, procurou-se entender quais os critérios para a escolha do curso e cidade de destino. O que motivou esses estudantes a vir para o Brasil? Como são recepcionados? Que realidades encontraram ao desembarcarem em Fortaleza? Que estratégias criaram, em face de integração e adaptação nesse cenário? Que perspectivas tecem para o retorno à terra natal? São questões que nortearam nosso olhar no desenvolvimento da pesquisa de campo, em Fortaleza.

MEDODOLOGIA

Neste trabalho, a metodologia empregada consistiu principalmente em procedimentos adotados na pesquisa qualitativa em Humanidades, utilizando recursos metodológicos combinados, quais sejam: a prática da etnografia, no âmbito da disciplina antropológica, a partir da convivência da pesquisadora junto aos estudantes guineenses, objeto da nossa pesquisa.

A pesquisa etnográfica consiste no exercício do olhar e do escutar que coloca à pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se colocar no interior do fenômeno por ela observada (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000). Isso porque toda a pesquisa se coloca dentro de um contexto, daí, a necessidade da vigilância epistemológica. Tal vigilância precisa considerar também a necessidade de rupturas epistemológicas, a partir dos sentidos reflexivos da trajetória dos sujeitos sociais (BOURDIEU, 1999). No caso da nossa pesquisa, buscamos entender as trajetórias e permanências de estudantes guineenses em Fortaleza/CE, segundo suas visões.

Foram entrevistados 40 estudantes, mas selecionamos para análise apenas 11 entrevistas. As entrevistas foram realizadas em dois períodos: de agosto de 2011 a junho de 2014 e de maio de 2015 a Março de 2016. A idade dos entrevistados varia de 20 a 37 anos; mais homens do que mulheres estudantes.

A Pesquisa acerca das trajetórias dos sujeitos sociais, processos de integração, estratégias de adaptação, sociabilidade, integração nos espaços acadêmicos e lugar de acolhimento, só pode ser devidamente captada por meio da pesquisa qualitativa. Como Minayo afirma, o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo, pois a realidade é dinâmica e cheia de sentidos. (MINAYO, 1994, p.15).



Foi a partir dessa percepção, baseada nos pressupostos da pesquisa qualitativa, que traçamos nossos objetivos da pesquisa e análise, a fim de compreender os sentidos que os estudantes atribuem a suas trajetórias acadêmicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os africanos presentes em Fortaleza, hoje, vieram ao Brasil por diversos motivos: procura da proteção do Estado brasileiro, trabalho, refúgio, estudo nas universidades brasileiras, alguns no quadro de cooperação Brasil/África. Segundo a Divisão de Temas Educacionais (DCE), órgão Federal do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, MRE, ideia da criação de um Programa de Governo para amparar estudantes de outros países adveio do incremento do número de estrangeiros no Brasil, já nos princípios de 1960, bem como das consequências que este fluxo trouxe para a regulamentação interna do status desses estudantes no Brasil.

As vagas são gratuitas e as condições a serem atendidas pelos candidatos às vagas são: conclusão do ensino médio; atualmente, aplicam-se provas de proficiências para estudantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); comprovantes de capacidade de custeio de despesas advindas da manutenção no Brasil (alimentação, moradia, transporte, etc.) durante todo o período do curso no país, segundo Assessoria de Assuntos Internacionais (INT).

Segundo Tcham (2012), convém ainda ressaltar em relação ao contexto migratório europeu, para fins estudantis:

No contexto europeu, a circulação internacional para fins de estudos está presente desde a Idade Média. No contexto africano, a circulação dos alunos das escolas corânicas, os chamados marrabús (anciões), remonta ao século XVII e marca uma das primeiras formas de mobilidade de pessoas com fins de estudos na África. No plano econômico, a partir do governo Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu uma redefinição da diplomacia brasileira nas suas relações com os países africanos (TCHAM, 2012, p.04).

Na esfera política e diplomática, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) ampliou os interesses do Brasil na África, colocando-os em novas bases, novos conceitos, expandindo fronteiras de cooperação como parte de uma nova estratégia global. No campo econômico, o Grupo dos 20, criado em dezembro de 1999 por países das economias mais avançadas, com o objetivo de fortalecer negócios internacionais, revelou um novo papel às economias em desenvolvimento na nova conjuntura global.



O discurso de “dívida histórica” e afinidades étnicas do Brasil para com a África deixam de ser meramente econômicos e articula a dimensão cultural. A diplomacia cultural passa a ser um instrumento da política externa. A ênfase na presença africana no Brasil, empreendida pelo governo, também leva em consideração a promoção da cultura brasileira na África: música, novela, desporto, turismo, carnaval, samba, culinária, técnicas, saberes e tecnologias como instrumentos políticos estratégicos do governo.

Por outro lado, a língua portuguesa, apesar de diferenças lexicais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, tem sido um diferencial nessa nova articulação nas relações entre o Brasil e a África. Ao propor à cultura, a história, a língua, a etnia, o governo Lula “fixa um novo sentido” na relação com a África, como uma questão de “reconhecimento histórico” na formação atual do Brasil. (SUBUHANA, 2005).

O esforço do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em defesa da cooperação Sul/Sul, refletiu-se em diversos arranjos nos quais o Brasil passou a participar a partir de 2003 (sendo os principais o grupo BRICS, que congrega Rússia, Índia, China e África do Sul; o Fórum de Diálogo Brasil, Índia e África do Sul, IBAS; a Iniciativa América do Sul-África, ASAS; a Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa, CPLP); entre outros fóruns multilaterais criados ou ampliados com vista a estabelecer parcerias e conectar experiências numa estratégia conjunta e salutar de “cooperação solidária” multicultural.

A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira pela Lei nº 12.289, de 20 de junho de 2010, vinculada ao Ministério da Educação, no Maciço do Baturité, na cidade de Redenção, no Estado do Ceará, tem sido um espaço de conexões de conhecimento sobre Brasil e África com o objetivo de produzir e disseminar o saber universal, de modo a contribuir para o desenvolvimento social e educacional, notadamente com países africanos de Língua Oficial Portuguesa.

No entanto o grupo pesquisado foi motivado a vir para o Brasil-Ceará por propaganda feita na Capital Bissau, em 2008, pelo estudante guineense, então Presidente da Associação de Estudantes Guineenses no Ceará (AEGB-CE), e o brasileiro, diretor da Faculdade da Evolução, um dos idealizadores da propaganda da Faculdade na Guiné-Bissau. Realizaram um processo seletivo que consistia em prova de conhecimentos gerais: Língua Portuguesa, Matemática e Redação, segundo os entrevistados. A simulação das despesas se deu em torno de 40 Mil francos CFA, moeda corrente na Guiné-Bissau e países da região da África Ocidental. O câmbio varia, em torno de U\$S 100, em despesas com papelada.



No caso das Faculdades privadas (FATENE) e (EVOLUÇÃO), muitos encontraram em Fortaleza uma grande oportunidade de morar no exterior, no entanto com falsas garantias, de acolhimento acadêmico que pudesse facilitar o processo de integração, além de elevados custos com mensalidades e demais despesas.

Nosso interlocutor, graduado em Tecnologia da Informação em 2013 pela FATENE, atualmente é mestrando em Desenvolvimento em Meio Ambiente - PRODEMA (UFC), nos fala:

Africanos, não só da Bissau, tem histórico de migrar para Europa. Após a independência dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), alguns ex-combatentes de luta pela libertação receberam bolsas de estudo para estudar fora. Mesmo enfrentando uma realidade bem diferente daquela deixada em África, nós temos, de certa forma, facilidade de nos relacionarmos com outras culturas. Falamos mais de um idioma. Pode acontecer de não ocorrer a adaptação, como ocorreu com meu colega que foi para Rússia. No meu caso, eu estudava quando surgiu a oportunidade de vir para ao Brasil estudar. Eu conversei com minha família e decidi concorrer à vaga. Na altura, recebi ajuda dos meus familiares que moram fora do país. Diante dos cálculos apresentados pela Universidade era possível custear as despesas apresentadas pela instituição. Aqui, a realidade foi outra, totalmente diferente das nossas possibilidades. (Estudante 01).

O incentivo da família, devido à propaganda das Faculdades privadas, teve um peso na trajetória dos estudantes guineenses e nas escolhas do curso: Enfermagem, Serviço Social ou Tecnologia da Informação. A promessa enganosa, como descreveu um entrevistado, deixa os estudantes em condições de vulnerabilidade perante os empresários cearenses.

De acordo com o estudante entrevistado:

Eu fiz o processo seletivo bem depois por incentivo da minha família; a propaganda do panfleto com o estudante guineense sendo o garoto propaganda ao lado da possível casa do estudante, que na realidade era um condomínio particular que não tinha nada a ver com as faculdades, era simplesmente o local onde o estudante da propaganda morava. Fizeram o seguinte marketing que tinha um local onde os estudantes moravam, com alimentação, com transporte para a faculdade por um valor bem acessível para muitas famílias, pois é comum nós recebermos incentivo dos nossos familiares da Europa, a moeda é bem superior ao CFA, e cambio feito em dólar também é superior ao real, a moeda do Brasil. Tem colegas que ainda tem esse panfleto, mas não era nada disso, quando chegaram aqui não tinha ninguém esperando os estudantes, não tinham onde morar, o custo de vida era alto, foram até a faculdade, a faculdade disse não se responsabilizava por estadia de ninguém, não tinha nada do que falaram e do que se precisa na faculdade particular é pago e é caro. Não escolhemos o curso, é se tiver vaga num determinado curso, então você preenche a vaga, esses cursos oferecidos são cursos tecnólogos. Processos Gerenciais, Tecnologia da Informação que com dois anos ou dois anos e meio você se forma, eu já faço



quase quatro anos e ainda não consegui me formar, vou conseguir agora no meio do ano porque resolvi cursar mais disciplinas. Outro detalhe a faculdade não deu declaração para que o aluno pudesse mudar de Faculdade, foi como se o aluno fosse obrigado a estudar só naquela faculdade (Estudante 2).

Nas falas dos entrevistados, é possível perceber a decepção logo ao chegar ao “lugar de acolhimento”, constatando que o acordo firmado, do outro lado do atlântico, foi descumprido, sem saber que, o curso tecnólogo no Brasil, na maioria das faculdades privadas, dura, em média dois anos ou dois anos e meio. Se viram obrigados a cursar 4 anos o mesmo curso, pois as faculdades não liberaram a declaração para mudança do curso em outra instituição, o que fez com que alguns alunos migrassem para outras faculdades, consequentemente, esses alunos ficaram irregulares por não poder renovar seus vistos na Polícia Federal por falta de recursos. Por isso, muitos deles foram desvinculados da Faculdade.

Em outros casos, as Faculdades FATENE e EVOLUÇÃO, suspenderam a matrícula de estudantes vindos da Guiné-Bissau, devido à situação de inadimplência em que se encontravam. As implicações legais dessa decisão vão, desde a suspensão do visto dos estudantes, até o risco de deportação para seus países de origem. Isso porque, para conseguirem a renovação da permissão para permanência em situação regular no Brasil, que precisa ser feita anualmente, é necessário comprovar regularidade de matrícula, em algumas IES reconhecidas pelo Ministério da Educação brasileiro. Em caso de o estudante não se matricular por qualquer motivo em alguma IES, ou mudar de faculdade, o visto deixa de ser válido, segundo os entrevistados.

A partir do conhecimento e das práticas sociais presentes, nos modos de vida dos estudantes guineenses, expressos em múltiplas vozes, podemos apreender a diversidade histórica das interações entre as populações africanas. De acordo com Có (2011), as culturas humanas são dinâmicas, portanto, as concepções estão ligadas a processos de transformação e permanências culturais.

Subuhana (2009, p. 124) destaca: “migrar com finalidade de estudo em busca da transformação pessoal e familiar é processo do qual não se tem a medida e o domínio”. Algumas dificuldades são superadas fora de casa, logo esse processo que coloca em movimento a condição de identidade. Contudo, o protagonismo, a autonomia, cidadania diante do sujeito como ser individual coletivo e político.

Como estratégias de sociabilidades e integração, foi fundado o Movimento Pastoral Africano, no Estado do Ceará é uma organização não governamental e sem fins



lucrativos, que foi fundado no dia 12 de setembro de 2010, pelos jovens estudantes guineenses. O Movimento Pastoral Africano foi imprescindível no fortalecimento das relações e integração dos estudantes, na superação de algumas dificuldades, segundo os estudantes guineenses que chegaram em agosto de 2009. Os encontros acontecem na Igreja Nossa Senhora das Dores, localizada Praça Otávio Bonfim, no Bairro Farias Brito.

No campo educacional e cultural, os grupos como Movimento Pastoral Africano têm promovido ações de valorização à história e cultura africana, realizando encontros culturais e reivindicatórios na busca de uma melhor integração entre brasileiros, universidades públicas e privadas e africano-estudantes, no Estado do Ceará, essas ações e práticas que fortalecem os laços de amizades, fé e firmamentos da africanidade “fora de casa”.

CONCLUSÕES

A motivação para a realização desta pesquisa se deve a importância de se estudar o processo imigratório contemporâneo, em que os estudantes da Guiné-Bissau assumem um papel importante, especialmente, em Fortaleza. Assim, espera-se contribuir com o conhecimento sobre a temática no campo de ciências sociais e humanas, tanto no Brasil, quanto nos países parceiros e na Guiné-Bissau.

No entanto, a falta de conhecimento de diferentes culturas, a negação da diversidade étnica, o mito da democracia racial, numa sociedade historicamente marcada pela escravidão, acaba dificultando o processo de integração desses estudantes (GOMES, 2012, p.43). Soma-se a tudo isso, o fato de que alguns cearenses não aceitam a presença do negro em sua trajetória cultural, o que acaba dificultando a integração e o acolhimento desses estudantes.

O racismo enfrentado pelos estudantes, às vezes, possui peso menor, segundo alguns entrevistados, diante do sonho de se obter o grau de nível superior e poder voltar ao seu país de origem (ou dar prosseguimentos com a vida acadêmica no Brasil), para usar o conhecimento aqui construído, contribuindo com o desenvolvimento social, educacional e econômico do Brasil e da Guiné-Bissau, possibilitando melhores condições para seu crescimento e dos seus familiares.

Os fluxos migratórios apresentam-se, em sua maioria, dentro do continente. No entanto, procurou-se, no cenário pesquisado, Brasil/Ceará, investigar como as experiências dos estudantes guineenses que saem da Guiné-Bissau tecem suas trajetórias de vida, na



tomada de decisões ao sair do país de origem com apoio de seus familiares; onde enfrentam dificuldades de diferentes naturezas, desde a condição financeira, no firmamento do acordo de um membro da família em assumir as despesas do estudante, no que se refere ao afastamento do núcleo familiar desses estudantes que na sua maioria saem do interior da Guiné-Bissau.

Destaca-se na análise das entrevistas, na fala da maioria dos entrevistados, o enfrentamento à discriminação racial, sendo como um dos fatores que mais incomoda os estudantes, por serem observados ou apontados como não pertencentes a esse lugar de morada. No entanto, os estudantes se organizam nesse enfrentamento, unindo-se a órgãos governamentais e não governamentais; procuram morar perto um dos outros, dividindo o mesmo apartamento com outros estudantes, participação nas associações e grupos religiosos, como estratégias de adaptação e sociabilidades.

O ensejo da pesquisa não tem a intenção de solucionar as dificuldades enfrentadas pelo grupo pesquisado, mas de discuti-la e de tecer relações no sentido de enfrentá-las, respeitando as condições básicas dos estudantes imigrantes.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre et alli. **A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas.** Petrópolis, Editora Vozes, 2002.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo.** SP, UNESP, 2000. Os diários e suas margens. Brasília, UNB, 2002.
- CÓ, J.P.P. Dissertação de Mestrado: **Filhos da Independência: etnografando os estudantes Bissau-guineenses do PEC-G em Fortaleza e Natal.** UFRN 2011
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão,** 2012.
- TCHAM, I. .**Caminhos de Formação Acadêmica dos Estudantes Africanos no Mundo e no Brasil: Chegadas, estratégias de Permanência, Sociabilidades, Dilemas e Retornos Possíveis.** Gênero & História (UFPE), v. 09, p. 145-167, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 3^a ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora HUCITEC-ABRASCO, 1994.
- MUNANGA, K. **Identidade étnica, poder e direitos humanos.** Thot África, São Paulo, n. 80, p. 19-30, 2004.
- SUBUHANA, C. **Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos do Rio de Janeiro.** 2005. 210 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.



SUBUHANA, C. A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 103-126, jan./abr. 2009.

RIBELO, Aldo. Afinidades Brasil-África na Cultura, Esporte e Turismo. In: *Brasil África Colóquio sobre as Relações*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2002

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.



GT 6: Migração, gênero e sexualidade

Coordenação: Victor Macedo; Carlos Eduardo Bezerra (Unilab)

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DEPUTADAS NA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DE GUINÉ-BISSAU

Celeste Silvia Vuap M'mende
E-mail: www.mendes2013@hotmail.com

Orientador – Dr. Basilele Malomalo
E-mail: basilelemalomalo@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A presença feminina na tomada de decisão na esfera política da Guiné Bissau tem sido pouco verificada desde que terminou a luta armada contra os colonizadores. As mulheres foram se afastando e delimitadas à esfera privada, enquanto os homens se encarregam de cuidar da economia, da política e da tomada de decisão social (MARTINS et al., 2012, p. 38- 39).

Segundo relatório da Unión Interpalamentaria (UIP, 2015), a presença feminina é muito importante para o desenvolvimento sustentável em todos os países, porém o que se percebe é a sua ausência no poder em Guiné Bissau.

Os objetivos da nossa pesquisa se constituíram em compreender a atuação das mulheres guineenses dentro da Assembleia Nacional Popular referente à política de igualdade de gênero, além de analisar a relação entre a participação feminina guineense e o desenvolvimento da sua nação.

Sendo assim a nossa hipótese sobre o referido assunto presume nos seguintes pontos: a) as mulheres sofrem preconceito e discriminação por parte dos homens e por isso são poucas no parlamento; b) às mulheres não foram dadas as oportunidades para participarem na tomada de decisão; c) as mulheres não se sentem motivadas para participar da vida política do seu país.

A relevância deste trabalho pode ser considerada irrefutável para a sociedade acadêmica porque pode servir como meio para o estudo sobre a nova forma de inclusão das mulheres nos espaços de tomada de decisão.



METODOLOGIA

Para coletar os dados, o nosso trabalho combina a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008) é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa documental, para o mesmo autor, é muito parecida com a bibliográfica. Porém, a diferença está na natureza das fontes, pois a documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições, de mídias sociais), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas, etc.

Aplica-se o método hermenêutico-dialético de Romeu Gomes (1994) para analisar os dados coletados na fase anterior. Trata-se de uma análise de conteúdo temático em que se valoriza os dados qualitativos e quantitativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossas discussões do momento estão sendo feitas com as autoras que escrevem sobre a temática de gênero, dentre outras: Laura Cavalcante e Inocência Mata (2007), Patrícia Alexandre Godinho Gomes (2015), UIP (2015) etc.

Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha (2007) afirmaram que a ideologia europeia tem influenciado muito o relacionamento entre os gêneros em Guiné-Bissau. Para elas, durante a colonização, a Igreja e administração colonial implementaram um tipo de educação muito diferenciada do tipo da educação local que abrangia os homens e mulheres, apesar de não ser educação formal, foi uma educação que abrangia os dois sexos. Não tinha a separação de educação específica para os homens e as mulheres. Mas na época do colonizador foi feita esta separação educacional para cada grupo dos sexos. Os homens recebiam a educação formal enquanto as mulheres recebiam a educação voltada para compreensão da vida privada, isto é, para serem mães, esposas, irmãs, as pessoas que dependem do pai, irmão e marido. Elas eram as pessoas que se preocupavam com a economia doméstica.



Diferente da Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha (2007), Patrícia Alexandra Godinho Gomes (2015) analisou a questão de gênero na Guiné-Bissau no período que percorre a luta pela independência (1960) e o período da primeira (1973-1980) e segunda fase da independência (a partir de 1980). Nesta sua análise constatou que as mulheres participaram na luta de libertação do país, exercendo atividades logísticas e eram também professoras nas áreas libertadas, assumiram até posto de comitê de tabanca juntamente com os homens, assim como desempenhavam papel de soldados na linha de frente durante a batalha contra os colonizadores, tal é o caso da Ernestina Sila, conhecida popularmente como Titina Sila que morreu na batalha contra o colonizador. Na altura, segundo ela, a demanda das mulheres na esfera pública era muito verificada até na primeira fase da independência do país, momento em que o PAIGC era o único partido no país.

No que se refere à condição feminina, na década de 1980, assistiu-se a uma evolução tendencialmente positiva em termos da representação das mulheres nos órgãos de direção do partido e de decisão do Estado, embora a participação política das mulheres estivesse estritamente ligada ao fato de pertencerem a UDEMU e ao PAIGC. De acordo com relatório do II Congresso de UDEMU de dezembro de 1988, no qual é analisada a situação geral da sua participação política, havia 51% das mulheres no processo desenvolvimento e tinha uma participação crescente e ativa na vida política, econômica, social, e estrutural do país entre a I legislatura (1973-1976) e a II legislatura (1976-1984) (GOMES, 2016, p.137-138).

A grande diferença percentual das mulheres em relação aos homens, referente a representantes na Assembleia Nacional Popular, no espaço político e em função de direção da Guiné-Bissau, deve-se ao fato de que são as mulheres menos representadas em termo de cargo de que possa permitir o acesso a estas esferas e tendem a ter maior representação política em nível das bases. Tudo isso foi causado pela desigualdade na forma de instrução dos membros da sociedade e desigualdade no acesso à formação acadêmica das mulheres, em relação à questão demográfica, à organização social diferente das sociedades da Guiné-Bissau. Estes acessos diferentes contribuíram para que houvesse pouca participação em todas as esferas públicas, especificamente na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (GOMES, 2016).

Relativamente à representação da mulher ou aos assentos que elas ocupam na Assembleia Nacional Popular, Patrícia Alexandra Godinho Gomes (2016) afirma que durante o período de 1973- 1989, referente a três legislaturas, o país contava com 15,8% na I



legislatura, 11,3% na II Legislatura e 14,6% na III Legislatura, de 1990-1994 as mulheres representam 20%. Conforme União Interparlamentar (2015) de 1995-1998 havia 13,7%.

O que se constata por meio de estatística é que este órgão desde os anos 1990 até 2013 tinha escassez na representação feminina durante toda sua atividade política.

Economia Global (2016, *online*), 2012, fundamentando-se nos dados do Banco Mundial, notifica que, de 1990 a 2015, o valor médio de Mulheres no Parlamento em Guiné-Bissau foi de 11.93%, sendo com o mínimo de 7.8% em 2000 e o máximo de 20% em 1990.

Os dados de Inter-Parliamentary (2016, *online*) de 2016 refletem a mesma marginalização da mulher guineense na Assembleia Nacional Popular: as eleições ocorreram em 13 de abril de 2014; existem 102 assentos dos quais as mulheres ocupam somente 14 (13,7%), o que coloca o país no 133º lugar no ranking mundial.

CONCLUSÕES

Na base da estatística, oferecidas pelas nossas fontes, chegamos à conclusão de que na Guiné-Bissau as mulheres representam menor percentagem na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Solange dos Santos de Alcântara. **Mulheres e a política:** ente lar e parlamento. Curitiba: Universidade Federal de Paraná, 2012, 39 f. [TCC de Especialização em Sociologia Política].

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Patrícia Alexandra Godinho. “As outras vozes”: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. *Odeere*: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, Janeiro – Junho de 2016, p. 122-145. Disponível em:
<http://periodicos.uesb.br/index.php/odeere/article/view/5722>. Acesso em 25/09/2016.

GOMES, Patrícia Alexandra Godinho. Estado da arte na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. *Outros Tempos*, vol. 12, n.19, 2015, p. 168-189. Disponível em:
http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/458/399. Acesso em 16 de agosto de 2016.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. . 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 79-107.



INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). Women in national parliament : world classification. Disponível em : <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif011216.htm>. Acessado em 20 fev. 2017.

MARTINS, Luiz Vaz et al. (Red.). **Relatório sobre a Situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2010-2012.** Disponível em: <http://www.gbissau.com/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio-sobre-a-situa%C3%A7ao-dos-direitos-humanos-2012-VF.pdf>. Acesso em 25 de março de 2016.

MATA, Inocência CAVALCANTE Laura Padilha. **A Mulher em África Voz de uma margem sempre presente.** Lisboa: Edição Colibri, 2007.

THE GLOBAL ECONOMY.com. Mulheres no parlamento mundial em 2012. Disponível em: http://pt.theglobaleconomy.com/rankings/Women_in_parliament/. Acesso em 21 de fev. de 2015.

UNIÓN INTERPARLAMENTAR (UIP), Las Mujeres en el parlamentos: uma perspectiva de 20 años 2014. Disponível em: <http://www.ipu.org/pdf/publications/WIP20Y-sp.pdf>. Acesso em 05 de jun. de 2016.



GT 7: Migração, Diáspora Africana e Literatura
Coordenação: Isabel Cristina dos Santos Teixeira (Unilab)

**CARTA AFRICANA DA JUVENTUDE E POLÍTICAS DE JUVENTUDE (PJ):
REFLEXÕES A PARTIR DA DIÁSPORA JUVENIL NA UNILAB**

Valdilane dos Santos Alexandre
Licencianda em Química, ICEN/Unilab.
E-mail: valdilanealexandre@gmail.com

Alexandrino Moreira Lopes
Licenciando em Ciências da Natureza e Matemática (Unilab)
E-mail: all-lopes@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. **Jacqueline Cunha da Serra Freire** – UNILAB
Email: jacqueline@unilab.edu.br

Orientador: Prof. Dr. **Elcimar Simão Martins** – UNILAB
Email: elcimar@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A Carta Africana da Juventude (2006), adotada pela Cimeira de Chefes de Estado da África em sessão realizada em Banjul, capital da Gâmbia, foi instituída pela União Africana (UA) em julho de 2006, constituindo-se num instrumento que define as responsabilidades dos Estados-membros no desenvolvimento da juventude no continente. Tal documento referencia bases para o desenvolvimento de políticas, programas e planos estratégicos nacionais para a capacitação da juventude, bem como perspectivas para garantir o envolvimento construtivo dos jovens no desenvolvimento do continente africano, prevendo com isso uma base jurídica para garantir a presença e a participação da juventude em estruturas governamentais e fóruns a níveis nacional, regional e continental.

Balanço realizado em 2016, conhecido como Banjul +10, evidencia que passados dez anos da adoção da Carta Africana de Juventude, pode ser constatado que 38 dos 54 países africanos ratificaram o documento, assim como foi evidenciado que há muito a ser feito para que a juventude africana tenha centralidade e protagonismo nas Políticas de Juventude (PJ) no continente, cujas bases para o desenvolvimento de tais políticas, programas e planos estratégicos nacionais para a capacitação da juventude são delineados na Carta.



Palco de expressiva concentração de jovens internacionais na diáspora em busca de formação superior, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) desenvolve dois projetos de extensão⁹ – Projeto *Ubudehe: juventude, diáspora e educação das relações étnico-raciais em movimento*¹⁰ e Projeto *Rede JUBRA: diálogos interculturais, movimentos sociais, juventudes e universidades em movimento*¹¹ – que têm na sua centralidade a juventude, na perspectiva da integração de jovens brasileiros, africanos e timorenses.

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva refletir sobre o que jovens do Brasil, do Timor Leste e de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) na diáspora, especificamente na Unilab, expressam sobre PJs a partir de três eixos principais: ① a Carta Africana da Juventude 10 anos depois, considerando a realidade dos jovens em seus países africanos de origem; ② o que os jovens têm a dizer e propor aos países africanos sobre PJ nos dias atuais e para um futuro de garantia de direitos; ③ o que os jovens têm a dizer ao Brasil sobre PJ nos dias de hoje e para um futuro de garantia de direitos.

O presente estudo está assente em três pilares metodológicos: ① pesquisa bibliográfica; ② pesquisa documental; ③ círculo epistemológico. Na abordagem de Lima e Mioto (2007) a pesquisa bibliográfica extrapola a revisão de literatura ou bibliográfica especializada, consistindo num conjunto ordenado de procedimentos relacionados ao entendimento do objeto de estudo. Vinculado a um contexto mais amplo em que os documentos contribuem para o desvelamento das questões que referenciam a investigação, a pesquisa documental na abordagem de Cellard (2008) constituiu-se como importante referência metodológica.

O círculo epistemológico (CE) foi assumido como referencial metodológico apoiado em Romão (2006) que o concebe como processo dialógico de investigação e debates qualificados a partir de questões geradoras, possibilitando a concretização da indissociabilidade de pesquisa e extensão. Nesse sentido, entre setembro e outubro de 2016 foi realizado um círculo epistemológico liderado pelos dois projetos de extensão da UNILAB já referidos, em que participaram estudantes brasileiros, timorenses e africanos, tendo sido dinamizado a partir da leitura prévia da Carta Africana da Juventude e encontro presencial

⁹ Projetos vinculados ao Programa de Bolsas de Extensão, Arte e Cultura (PIBEAC) da Pró-reitoria de Extensão, Arte e Cultura (Proex): Projeto *Ubudehe: juventude, diáspora e educação das relações étnico-raciais em movimento*.

¹⁰ Coordenado pelo Prof. Dr. Elcimar Martins e Técnica Ailana Linhares (ELOSS/ICEN/UNILAB)

¹¹ Coordenado pela Profa. Dra. Jacqueline Freire (ELOSS/ICEN/UNILAB) e Profa. Dra. Ana Paula Sthel Caiado (ICEN/UNILAB).



que proporcionou o amplo debate sobre três questões norteadoras, abordadas na próxima seção.

CARTA AFRICANA DA JUVENTUDE E BANJUL + 10: DIRETRIZES OFICIAIS E SENTIDOS POLÍTICOS

A participação da juventude no desenvolvimento da África é parte do Acto Constitutivo da União Africana (UA) e do Plano Estratégico da Comissão da UA para 2004-2007. Criada em 2002 em Durban, na África do Sul, atualmente a UA congrega 54 países¹², dos quais à época 53 participaram do relançamento e extinção da antiga Organização da Unidade Africana (OUA)¹³. A criação da UA celebra a renascença africana, como analisa Saraiva (2015, p. 12):

[...] Renascença ou renascimento significam, para as novas gerações de africanos, o alcance de uma vida material, intelectual e socialmente saudável, ao desenvolver suas possibilidades educacionais e de renda em Estados capazes de garantir processo de democratização e respeito à diversidade cultural que marca o presente africano.

É no contexto do renascimento africano que a Carta Africana da Juventude é instituída para proporcionar aos governos, à sociedade civil, aos parceiros e organismos internacionais, e aos jovens, um quadro político que reconheça os direitos, deveres e liberdades à juventude do continente; garantindo com isso o engajamento de jovens no programa de desenvolvimento da África, de sua efetiva participação nos debates e tomadas de decisão.

A intersetorialidade é um dos pressupostos para a implementação de PJ conforme estabelecido no Artigo 12 da Carta Africana de Juventude que trata sobre a Política Nacional da Juventude. Tal pressuposto pauta a necessidade de que os Estados Partes que subscrevem a Carta garantam a “... participação activa destes últimos a todos os níveis de tomada de decisões e de governação sobre os problemas da juventude e da sociedade em geral”. (UNIÃO AFRICANA, 2006, p. 21).

Os direitos e deveres dos jovens são perpassados pelo estabelecimento das Obrigações

¹² Marrocos, que há décadas não participava da antiga OUA e posterior UA. Desde 1984 o país havia rompido com a organização em protesto contra o reconhecimento do território do Saara Ocidental pela OUA à época. Em recente Cimeira, em janeiro de 2017, o reingresso do Marrocos foi aprovado pela UA, cujo pleito foi manifesto ainda em 2016 por aquele país e que para a aprovação havia a necessidade de aceite de pelo menos 2/3 dos 54 países, ou seja, de 36 Estados-membros da UA.

¹³ A Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada em 25 de maio de 1963 em Addis Abeba, capital da Etiópia, na perspectiva de enfrentar o colonialismo, o neocolonialismo e a expropriação das riquezas do continente, apoiando lutas por independência. A data de criação da OUA é internacionalmente reconhecida como o Dia da África.



dos Estados Partes; a Não Discriminação; a garantia de Liberdades – Circulação; Expressão; Associação; de Pensamento, de Consciência e de Religião –; de Proteção da Vida Privada e da Família; atenção às questões da Propriedade; do Desenvolvimento; da Participação e Responsabilidade dos Jovens; da Paz e Segurança; do Meio Ambiente; dos Jovens na Diáspora; da Aplicação da Lei; das dimensões sociais como Educação e Desenvolvimento, Combate contra a Pobreza e a Integração Socioeconómica dos Jovens, Meios de Subsistência Sustentáveis e Emprego para Jovens; Saúde, Cultura e Juventude, Equidade de gênero, Jovens com necessidade de cuidados especiais, Eliminação de Práticas Sociais e Culturais Nocivas, Atividades Socioeducativas, Desportivas e Culturais. A divulgação da Carta e a atribuição de Responsabilidades da Comissão da União Africana também são elementos constitutivos da Carta Africana da Juventude.

A população jovem é reconhecida como o maior recurso da África na Carta Africana da Juventude, cuja participação plena e ativa, podem contribuir para que as dificuldades com as quais estão confrontados sejam ultrapassadas, num contexto em que as injustiças feitas ao continente como o escravagismo, a colonização, o esgotamento dos recursos naturais, são mote para a firme vontade dos povos africanos de lutarem pela autodeterminação e a integração econômica do continente.

Banjul + 10 traduz o balanço de dez anos da implementação da Carta africana da Juventude. Realizado entre 21 e 25 de maio de 2016, na capital da Gâmbia, com orientação da Comissão da União Africana, e com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e outros parceiros, sob o lema “10 anos da implementação da Carta Africana da Juventude: acelerar o desenvolvimento dos jovens em África”.

A escassez de recursos para financiamento de programas, planos e ações, foi apontada como um dos principais entraves à implementação da Carta. A ratificação por apenas 38 dos 42 países do continente africano que adotaram a Carta, num universo de 54 países, é também considerado um indicativo de pouco avanço da efetivação da Carta pelos Estados Partes da UA, aliado ao fato que desses que ratificaram, apenas 16 entregaram relatório de suas realizações nesses 10 anos.

O desemprego entre jovens é apontado como um dos maiores nós críticos. Destaca-se a reivindicação da implementação do Fundo Africano para a Juventude, como uma das estratégias para os indispensáveis e inadiáveis avanços que a juventude africana requer para o seu desenvolvimento.



CARTA AFRICANA DA JUVENTUDE E PJ: MÚLTIPLOS OLHARES DE JOVENS NA DIÁSPORA NA UNILAB

O Círculo Epistemológico foi realizado contando com a participação de 27 jovens, dos quais 8 são brasileiros, 12 guineenses, 2 timorenses, 2 cabo-verdianos, 1 angolano e 2 sem identificação.

O primeiro eixo do debate com foco na Carta Africana da Juventude 10 anos depois, considerando a realidade dos jovens em seus países africanos de origem foi abordada pelos participantes do CE a partir de cinco questões principais: ① compreensão da pouca incidência do documento em melhorias efetivas da vida dos jovens no continente, em que pese seus princípios e diretrizes serem significativos; ② a não adesão pela totalidade dos países indica que a questão da juventude não tem sua importância plenamente reconhecida, que os jovens não são entendidos como segmento etário fundamental para o desenvolvimento do continente; ③ a educação superior e o apoio ao empreendedorismo juvenil são vislumbrados como forças para a consecução dos postulados do documento; ④ o reconhecimento de direitos e deveres de jovens, aliado à adoção de instrumentos que apontem responsabilidades dos estados Partes da UA com a juventude do continente é um avanço, precisando ter efetividade traduzida em políticas nacionais de juventude, contribuindo com isso para a superação das desigualdades sociais que perpassam os países; ⑤ vontade política e efetiva capacidade de gestão de programas e projetos são indispensáveis para a implementação das diretrizes do documento.

O debate no CE sobre o que os jovens têm a dizer e propor aos países africanos sobre PJ nos dias atuais e para um futuro de garantia de direitos transitou entre as seguintes principais questões: ① reconhecimento da força da juventude na transformação da sociedade; ② responsabilidade política de governantes para garantia de políticas de desenvolvimento da juventude e estabilidade nos países africanos; ③ centralidade de investimento em educação como força motriz de mudanças e desenvolvimento de África, propulsoras de emprego e empreendedorismo juvenil; ④ políticas sociais de cultura, de esporte e lazer, de combate à fome, de redução da violência são enfatizadas pelos jovens; ⑤ garantia de liberdades, com ênfase na liberdade de expressão.

O que os jovens têm a dizer ao Brasil sobre PJ nos dias de hoje e para um futuro de garantia de direitos, a partir experiências de jovens africanos e timorenses na diáspora, assim como de brasileiros sobre a realidade do país, foram assim enfatizadas no CE: ① luta e resistência de jovens ante o cenário vivenciado pelo Brasil e a onda conservadora que assola o país; ② educação na centralidade das PJ como forma de redução das desigualdades, garantia



de direitos, ③ implementação de políticas sociais de saúde; esporte e lazer; combate à violência, drogas e efetiva segurança; ④ fomento de políticas de emprego e renda; ⑤ combate do extermínio da juventude negra; ⑥ garantia de efetiva participação e inserção de jovens em instâncias de tomada de decisão sobre PJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta Africana de Juventude representa um avanço no continente, em que pese ter sido subscrita por apenas 42 países dos 53 que participaram da Cimeira de Chefes de Estado da África em Banjul no ano de 2006, e ratificada por 38 desses 42 países.

A intersetorialidade como princípio de Políticas de Juventude representa outro avanço significativo, aliado ao marco de garantia de direitos fundamentais e definição de deveres dos jovens, assim como o estabelecimento das obrigações dos Estados-membros da União Africana.

Passados dez anos do documento, o avanço em ter as questões da juventude africana na pauta da Cimeira, no entanto, revelou-se no balanço de Banjul + 10 pouco efetivo, inclusive pela ratificação não ter sido plena pelos 42 países inicialmente compromissados com a Carta Africana da Juventude e nem por ter implicado em mais adesões. Para além disso, o balanço refletiu baixa tradução do documento em políticas, programas, projetos e ações efetivas, inclusive decorrentes do baixo investimento.

A compreensão dos jovens na diáspora e brasileiros na Unilab sobre a Carta Africana de Juventude e Políticas de Juventude no continente e no Brasil é marcada pelo/a: ① entendimento da importância de marcos jurídicos de garantia de direitos aos jovens; ② constatação de baixa adesão dos países e pouca efetividade do documento na vida da juventude; ③ reconhecimento da educação superior, políticas de trabalho, renda e empreendedorismo como elementos impulsionadores de melhorias de vida; ④ força política e investimentos são elementos indispensáveis para a consecução dos enunciados da Carta; ⑤ vitalidade da juventude na transformação social; ⑥ imperatividade de implementação de políticas sociais; ⑦ importância da garantia de liberdades em múltiplas dimensões; ⑧ inadiável compromisso de combate a todas as formas de violência e discriminação.

Estimular a leitura e promover debates qualificados com jovens na diáspora e brasileiros, inclusive na metodologia de Círculo Epistemológico, revela-se importante na formação acadêmica e cidadã da juventude, bem como contribui para a integração



internacional e consecução da missão institucional da Unilab.

REFERÊNCIAS

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LIMA, T. C. S. e MIOTO (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45 2007.

ROMÃO, José Eustáquio; CABRAL, Ivone Evangelista; CARRÃO, Eduardo Vitor de Miranda; COELHO, Edgar Pereira. Círculo epistemológico: círculo de cultura como metodologia de pesquisa. *Revista Educação e Linguagem*, São Bernardo do Campo: UMESP, v. 9, n. 13, p. 173-195, jan./jun. 2006.

SARAIVA, J.F.S. **A África no século XXI**: um ensaio acadêmico. Brasília: FUNAG, 2015.

UNIÃO AFRICANA. **Carta Africana da Juventude**. Banjul, 2006. Disponível em: http://www.uneaca.org/sites/default/files/uploaded-documents/ADF/ADF5/portuguese-african_youth_charter.pdf Acesso em 05 jun. 2016.



GT 9: Migrações, racismo, antirracismo e educação
Coordenação: Evaldo Ribeiro de Oliveira; Ivan Lima (Unilab)

PROBLEMAS DE PERIODIZAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: A QUESTÃO DO PARADIGMA EUROCÊNTRICO

Dr. Fábio Eduardo Cressoni

Professor do Instituto de Humanidades e Letras (IHL/UNILAB).

E-mail: cressoni@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Diante da ideia de totalidades únicas que fundamentam a concepção de normalidades dominantes (SACRISTÁN, 2001), a partir de uma configuração de modernidade expressa na produção de alteridades que representam negativamente o Outro (DUSSEL, 1993), coloca-se a necessidade de resistir ou de se rebelar as tendências homogeneizantes de pensamento em nossa sociedade (SACRISTÁN, 2001), buscando novas *epistemes* para se pensar a questão étnico-racial em diferentes artefatos culturais (HALL, 2003), entre eles o livro didático, mais propriamente no que diz respeito a questão da periodização deste material.

OBJETIVOS

Pretendemos analisar as questões relativas à periodização no ensino de história e problematizá-las em função do paradigma eurocêntrico. Nesse sentido, apresentamos as origens desse modelo e suas relações com o respectivo paradigma mencionado.

METODOLOGIA

Evidenciada sua origem, fundamentada na experiência advinda do esquema quadripartite francês, problematizamos seus limites políticos, sociais, éticos e epistêmicos, a partir da efetivação da dicotomia "civilização" versus "cultura", constituída no interior desta historiografia. Em seguida, são apresentados alguns dos problemas decorrentes deste modelo de periodização.



RESULTADOS

A origem do atual modelo de periodização adotado para o ensino de história constitui-se no Ocidente, a partir de uma experiência advinda da Europa, em que se consolida, entre fins do século XVIII e início do século XIX, o modelo denominado quadripartite francesa, que apresenta a seguinte divisão: história antiga, medieval, moderna e contemporânea.

Neste jogo de alteridades, a civilização será tomada como uma suposta alta cultura, exemplificada a partir dos seguintes pontos: urbanizada, letrada, altamente desenvolvida, sob o ponto de vista científico e dotada de um Estado. Já a ideia de cultura será propagada por meio de outras categorias, tais como: modos de vida atrelados a mudanças mais lentas (rural/tribal), postos em contraste com a concepção de civilização aqui apresentada, que gravita em torno de ritmos mais rápidos e lineares, condicionados a ideia de constante progresso (CARDOSO, 1997).

Os efeitos deste processo cristalizam, a partir de epistemes pensadas no interior desta periodização, os conceitos de indivíduo, sujeito, identidade, raça, etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade e linguagem por meio de narrativas centralizadas. Os conceitos de desigualdade, diversidade, diferença, e pluralidade cultural também são viabilizados a partir de uma única possibilidade de interpretação.

Logo, são desconsideradas outras possibilidades de interpretação, fundamentadas nas lutas dos movimentos sociais e sujeitos coletivos (HALL, 2006) e suas revindicações por igualdade, direitos e reconhecimento de suas diferenças (DERRIDA, 1967).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo foi indicar os problemas da periodização em relação ao ensino de história, em torno da questão do paradigma eurocêntrico. Desta maneira, procuramos elucidar suas origens e criticar os problemas iniciais decorrentes do modelo quadripartite francês.

Para enfrentar estas questões, podemos pensar em novos modelos interpretativos, que questionem a teleologia, o eurocentrismo, evolucionismo e o protagonismo das narrativas mestras produzidas pela historiografia ligada ao mundo colonial e sua relação com o ensino de História (RÜSEN, 2009; QUIJANO, 2000).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DERRIDA, Jacques. **L'écriture et la différence**. Paris: Seuil, 1967.

DUSSEL, Enrique. **1492, o encobrimento do outro**. A origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da historiografia**. Rio de Janeiro/Ouro Preto, n. 02, março de 2009, p. 163-209.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Políticas de la diversidad para una educación democrática igualadora. In: SIPÁN COMPAÑE, A. (Org.). **Educar para la diversidad em siglo XXI**. Zaragoza: Mira, 2001.



LEI 10.639: INTERCULTURALIDADE E NEGRITUDE NA ESCOLA

Márcia Maria de Albuquerque
Mestranda MIH/UNILAB
Email: mar.just@hotmai.com

Orientadora: Profa. Dra. **Jeannete Filomeno Pouchain Ramos** - UNILAB
Email: ramosjeannette@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A temática do interculturalismo no Brasil nos remete a uma necessidade de conhecer as diversas abordagens que o tema recebe na atualidade e suas repercussões educacionais e sociais e ainda nos orienta a promovermos um debate que possa ajudar os educadores a compreender os desafios que têm a enfrentar para a efetivação de práticas relacionadas à educação étnico-racial na escola.

Neste espaço privilegiado que é a escola, onde o estudo da cultura africana e afro-brasileira é um direito garantido aos discentes, mas a sua efetivação no currículo da educação básica tem sido um problema, temos como objetivo principal da nossa pesquisa compreender a negritude, a partir da interculturalidade crítica, apontando caminhos para sua ressignificação.

Diante dos pontos de reflexão colocados, buscaremos respostas, a partir da pesquisa bibliográfica e documental, às diversas indagações, dentre as quais: como o conceito de negritude foi construído historicamente e quais as possibilidades de sua ressignificação a partir dos espaços de convivência na escola? Qual a compreensão que se tem sobre interculturalidade e suas implicações para os processos de resistência dos sujeitos da prática educativa?

Fundamentados nos estudos (de) coloniais e com a colaboração de outros autores, defendemos o argumento de que a Lei 10.639 é um princípio norteador para a educação das relações étnico-raciais e pode ser um caminho necessário para a ressignificação de saberes e o desenvolvimento de novas subjetividades na escola.



METODOLOGIA

Através da pesquisa bibliográfica e documental, apresentamos as abordagens relacional e funcional da interculturalidade, decorrente dos estudos de Walsh (2009) e sua implicação com o tema da pluralidade cultural, proposto através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na década de 90.

Em seguida, dentro de uma nova perspectiva epistemológica, trabalhamos as implicações que os estudos contemporâneos (Gadea, 2009) sobre o conceito de “negritude”, advindo de uma visão crítica da interculturalidade, um caminho ainda em construção defendido por Walsh, pode ter sobre a educação para as relações étnico-raciais na escola.

A Lei 10.639/03, que modificou as bases da educação nacional com o princípio de que as escolas deveriam inserir em seus currículos a história e cultura africana e afro-brasileira, é documento essencial e princípio norteador para as discussões apresentadas neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao trazermos a discussão do multiculturalismo para as escolas, verificamos que as práticas de ensino-aprendizagem associadas à diversidade cultural não conseguem romper com as fortes tendências colonializantes do currículo, implicando em processos alienantes e subalternizantes.

A crítica ao multiculturalismo e à forma como a cultura é vista na escola e na sociedade é realizada através dos estudos interculturais. Diferente da proposta multicultural, Walsh (2009) traz o conceito de interculturalidade e o apresenta em três perspectivas distintas. A primeira delas é denominada de *relacional*, que é o contato primário entre culturas diferentes, fato que ocorreu nas Américas a partir do processo de colonização e que podemos encontrar evidências na “mestiçagem”, nos “sincretismos” e nas “transculturações” que constituem, segundo a autora, o centro da história latino-americana. A segunda perspectiva, a qual denomina de *funcional*, é aquela que procura promover o “diálogo”, a “convivência” e a “tolerância”, dentro de uma estrutura social altamente desigual, servindo como uma estratégia de dominação e manutenção das desigualdades. Tendo o multiculturalismo como bandeira, foi inserida na escola a partir das reformas educacionais dos anos noventa.



Finalmente, para confrontar com as perspectivas apontadas inicialmente, Walsh (2009) defende a ideia de uma interculturalidade crítica, que pudesse se realizar “de dentro para fora”, num processo “implosivo”, que destruiria as estruturas de poder coloniais, que mantêm “a desigualdade, inferiorização, racialização e discriminação”. Deixa claro que a interculturalidade do ponto de vista crítico é algo ainda a se construir e, portanto, é um projeto:

E é por isso mesmo que a interculturalidade deve ser entendida como desígnio e proposta da sociedade, como projeto político, social, epistêmico e ético dirigido à transformação estrutural e sócio-histórica, assentado na construção entre todos de uma sociedade radicalmente diferente. Uma transformação e construção que não se detém no enunciado, no discurso ou na pura imaginação; pelo contrário, requer agir em cada instância social, política, educativa e humana. (p. 03)

É esse agir carregado de humanidade que propomos para a discussão sobre a negritude na escola, por acreditarmos que as concepções identitárias dos estudantes são múltiplas e precisam ser debatidas, com o propósito de romper preconceitos, valorizar os saberes e a cultura de cada aluno e enfrentarmos a questão do racismo de forma lúcida e contextualizada. Falar sobre negritude, consciência negra, africanidade, cultura africana e afro-brasileira na escola é, antes de tudo, ouvir e compreender como os estudantes se percebem dentro da hierarquia racial construída pela ideologia dominante.

Mas afinal, o que é ser negro? Em um país onde a maioria das pessoas opta pela categoria de “pardos” no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e, sem saberem, se “tornam” negros, como concluir sobre a “identidade/etnia” de cada respondente?

A contribuição fundamental para esse dilema racial vivenciado por muitos brasileiros e brasileiras passa por uma mudança de paradigma que começava a se construir e que se deu a partir da leitura de Gadea (2013), quando em estudo crítico das relações raciais na contemporaneidade, nos oferece uma oportunidade de romper com os conceitos próprios da representação de negritude recorrentes no Brasil.

Desta forma, desfaz-se a necessária articulação que a negritude teria com o racismo e com as falas do senso comum que atribuem ao negro marcas de inferioridade ligadas à cor da pele e a ascendência afro. Nesse sentido, Gadea nos informa que “[...] As marcas da negritude já não são simples marcações identitárias, mas sim ‘espaços’ a serem ‘(des) colonizados’; trincheiras plurais” (2013, p. 21).



Antonacci (2015, p. 334) nos traz seu pensamento sobre a (de) colonialidade de corpos e saberes, tema que será útil nesta pesquisa, devido à escolha da escola como campo a ser trabalhado e dos sujeitos envolvidos:

Sem viverem oposições disjuntivas cultura/natureza, corpo/saberes, arte/vida, povos e culturas africanas, ameríndias e de suas diásporas, renovando-se diante de práticas imperiais, atravessaram a modernidade. Ainda que ignoradas e catalogadas como índices de raças inferiores, arte e literaturas subestimadas persistem em performances e esparsos sinais vitais “entre-lugares”, atualizando alteridades e espaços de autonomia.

A Lei 10.639 representou, dentro dessa atual perspectiva, uma nova possibilidade para a construção de saberes que respeitem a diversidade e a complexidade do pensamento, abrindo uma oportunidade importante nas questões relativas ao currículo e à criação desses “espaços de autonomia” na escola.

Deste modo, fica patente a necessidade de compreendermos, a partir dos saberes dos docentes e discentes e das práticas desenvolvidas no contexto escolar, como se dá o processo de reconhecimento e afirmação da negritude, enquanto categoria fundamental da experiência negra entre esses segmentos da escola, através da proposição de Walsh (2009), quando nos fala de um novo caminho a se construir, a partir da interculturalidade crítica.

CONCLUSÕES

A escola como campo de “entre-saberes”, inaugura uma história em movimento, através do interculturalismo crítico, que se concretiza, também, pela escuta atenta das vozes silenciadas pelas práticas de poder hegemônicas que interferem de forma decisiva, mas não sem resistências positivas, no cotidiano da escola.

O discurso da negritude ganha contornos indefinidos e plurais nesse espaço de sociabilidade que é a escola e se mostra útil para a valorização dos sujeitos envolvidos tanto negros como não-negros, permitindo o fortalecimento e construção de subjetividades que consigam produzir saberes a partir de suas próprias realidades e, através deles, atuar de forma transformadora na sociedade.

Devemos fazer valer o princípio constitucional da igualdade perante a lei, através de práticas pedagógicas plurais em que o aluno e o professor possam estar inseridos como sujeitos históricos, capazes de mudar sua própria realidade.



REFERÊNCIAS

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros.** 2. ed. – São Paulo: Educ, 2015.

GADEA, Carlos A. **Negritude e pós-africanidade: críticas das relações raciais contemporâneas.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade Crítica e Educação Intercultural.** Disponível em: <https://groups.google.com/forum/#topic/rede-pesquisas-humanas-if-sertao/vsojso2aRbE>. Acessado em: 08 de agosto de 2016.



A LEI E SEUS SUJEITOS: UM OLHAR SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA REDE ESCOLAR DE MULUNGU-CE

Regilene Alves Vieira

Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/UNILAB
Email: regilene05_alves@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Em 2003 foi sancionada a lei 10.639¹⁴ que torna obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio. Cinco anos depois, em 2008, foi instituída a lei 11.645¹⁵ que complementava a primeira, agregando a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena.

A legislação configurada por estas duas leis visa promover uma profunda e larga mudança na realidade educacional brasileira, tornando-se vetor do combate ao racismo institucional e da valorização da trajetória histórica dos afro-brasileiros e dos índios.

Por meio da inclusão de conteúdos escolares sobre a África, os africanos, os povos indígenas e seus descendentes, as leis apontam para importância de a sociedade brasileira compreender melhor o papel que estes sujeitos históricos tiveram e têm na construção do Brasil e da cultura brasileira (valores, crenças, práticas, saberes etc.).

Este estudo tomou como tema a reflexão sobre o impacto que esta legislação está promovendo no ensino de história no nível fundamental. Em virtude das limitações de um trabalho acadêmico, bem como em função da necessidade de aprofundar a reflexão ao nível da experiência de sujeitos reais, fez um duplo recorte, temático e espacial, dedicando-se a estudar as implicações da obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira, em uma escola de ensino fundamental da rede municipal de Mulungu, cidade do Maciço de Baturité, no Ceará.

Como as exigências da Lei 10.639 são percebidas por gestores e professores da rede municipal de Mulungu? Que estratégias foram formuladas e praticadas para garantir o cumprimento da lei? Quais as dificuldades enfrentadas para os trabalhos com os novos conteúdos? Até onde se avançou no cumprimento do que preconiza a lei? Qual a percepção de

¹⁴ Lei 10.639 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 10 set. 2014.

¹⁵ Lei 11.645 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 10 set. 2014.



professores e gestores da eficácia do ensino destes conteúdos na superação de noções e práticas racistas entre os estudantes?

Este conjunto de perguntas configurou a problematização que orientou a pesquisa que resultou no estudo aqui apresentado.

METODOLOGIA

Para melhor entendimento e aprofundamento da discussão foi necessário utilizar como metodologia o trabalho de história oral, nesse sentido importa fazer algumas considerações sobre História oral.

A história oral é uma metodologia de investigação da memória da experiência social por meio da produção e análise de fontes orais. A produção destas fontes é feita em dois momentos, distintos e complementares. O primeiro deles é a entrevista, pela qual o pesquisador estabelece um diálogo investigativo com o depoente e o registra em gravação de áudio, ou vídeo. A relação estabelecida entre o pesquisador e o entrevistado tem grande influência sobre este momento, sendo um dos elementos definidores do que é dito e do como é dito.

O segundo momento é o da transcrição do que foi gravado, que, contrariamente ao que possa parecer é uma ação complexa e que impacta decisivamente sobre a fonte produzida, reinventando sua narrativa, e influindo sobre as possibilidades e limites da análise que sobre ela se faz. Segundo o historiador italiano Alessandro Portelli (1997, p. 27) “A transcrição transforma objetos auditivos em visuais, o que inevitavelmente implica mudanças e interpretação”. É nesse sentido que o trabalho aqui apresentado tomou como metodologia as narrativas de história oral, por meio de entrevistas gravadas na Secretaria de Educação do Município de Mulungu e na Escola de Ensino Fundamental Hermenegildo Rocha Pontes, localizada em Mulungu, no Maciço de Baturité, Ceará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de ser uma lei afirmativa, de valorização identitária que proporciona o debate sobre nossa diversidade cultural, fazendo com que os povos negros e indígenas se sintam valorizados e respeitados em sua identidade, podendo superar o preconceito/racismo que

ainda permeia nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, se expandindo às graduações também, ainda apresenta resistências e dificuldades dos profissionais de educação.

Em relação à implementação da lei na Escola de Ensino Fundamental Hermenegildo Rocha Pontes são apresentados vários problemas que dificultam sua devida prática, tais como: a não formação dos professores sobre a temática, a falta de material didáticos que aprofunde o debate sobre os temas propostos pela Lei, falta de incentivo das instâncias maiores do município, e por fim, a secretaria de educação não tem capacitado os professores para trabalharem a temática na escola, recaindo a responsabilidade de implementar a Lei somente aos professores, o que não está correto, pois a responsabilidade é de todos os servidores, seja ele professor ou não. A falta de compromisso do estado em proporcionar algum tipo de apoio ao município também é um fator preocupante.

Todavia algumas ações foram desenvolvidas na escola a partir de um pequeno grupo de professores, como a elaboração de um projeto que surgiu pela necessidade de trabalhar a temática na escola, intitulado “projeto cultura afro-brasileira e indígena” e também foram feitas algumas aulas de campo para terreiros de candomblé. É importante destacar que na escola a temática afro e indígena ainda é apresentada como algo folclórico.

E por fim, a partir da análise das falas foi possível perceber um otimismo compartilhado entre os docentes sobre o potencial dos estudos referentes às temáticas africanas e afro-brasileiras na construção de uma educação que contribua para uma formação cidadã de nossas crianças, posto que elas trazem significativa contribuição à desconstrução de estereótipos depreciativos, historicamente vinculados à população negra e às suas práticas culturais.

Esse otimismo deve ser visto como algo bom, na medida em que evidencia uma compreensão dos professores de como a educação tem um papel importante na superação das desigualdades social e racial no Brasil. No entanto é preciso ter em mente que há, ainda, um longo e difícil caminho a percorrer até que possamos concretamente ter a educação das crianças na rede municipal de Mulungu como um instrumento de superação de preconceitos e alicerce de uma nova cidadania, em que o racismo não tenha mais lugar. Para tanto, entre outras coisas, melhor capacitação e remuneração destes professores é fundamental.

CONCLUSÕES



A Lei é fruto de movimentos negros que lutaram exaustivamente e ainda lutam pela valorização e resgate da cultura afro-brasileira através da educação; é também uma forma de apresentar a importância que sujeitos históricos negros tiveram e têm na construção do Brasil e da cultura brasileira (valores, crenças, práticas, saberes etc.).

Em uma visão mais ampla, é incontestável que a educação brasileira está progredindo, mesmo que lentamente, no entanto, ainda apresenta muitas falhas que precisam ser superadas. A desigualdade ainda é fator preocupante, pois mesmo com os avanços ainda há uma grande parcela de crianças, jovens e até mesmo adultos negros ou indígenas que não tem acesso as escolas ou que acabam desistindo por não terem seus valores e diferenças respeitados, sendo vítimas de preconceitos e discriminação, isso não é diferente na Escola de Ensino Fundamental Hermenegildo Rocha Pontes.

É considerável afirmar que a legislação não perde seu valor por isso, pois alguns passos já foram dados na escola e no Brasil como um todo, mas é preciso que avance um pouco mais, no entanto, cabe aos educadores se empenharem para colocar em prática o que está escrito, mesmo sabendo que isso não é uma tarefa fácil, porém trabalhar com a educação é isso mesmo, um desafio constante. O papel do movimento negro também tem sido muito importante não só para a educação, mas para toda a sociedade brasileira, por isso é fundamental que esses movimentos não parem de reivindicar seus direitos e continuem a lutar por valorização de identidade e igualdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei N° 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. 2003. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. **Lei N° 11.645**, de 10 de março de 2008. 2008. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em: 10 set. 2014.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. 1997. Disponível em:
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11233/8240>> Acesso em: 02 abr. 2015.



GT 10: História, Migração e Trabalhadores

Coordenação: Roberto Kennedy Gomes Franco; Edson Holanda Lima Barboza (Unilab)

KANINDÉS DE ARATUBA: A HISTÓRIA CONTADA ATRAVÉS DO MUSEU E DOS RELATOS ORAIS

Thais Karine Madeiro de Queiroz
Email: thais18queiroz@gmail.com

INTRODUÇÃO

A história dos índios do nordeste desde sempre é abafada e considerada como se não existisse, como se não houvesse índios na região, principalmente no Ceará. A história contada sempre é a de sua conquista, do ponto de vista do outro, do colonizador, não dos próprios indígenas ou remanescentes. Sua identidade étnica, sua cultura, foram suprimidas pela colonização e pelas marcas que esta deixou.

A trajetória dos indígenas é marcada pelas lutas por reconhecimento de sua identidade, de sua etnia, pelas lutas para conter as invasões dos posseiros e latifundiários em suas terras. Estes povos viviam em silêncio, “escondidos” para que não sofressem perseguições, mas a partir da década de 30, a luta pelo reconhecimento étnico começou e não cessou desde então. No entanto, no Ceará, a mobilização dos movimentos pela causa indígena começou em 1980, quando os indígenas iniciaram o seu enfrentamento a todos os seus opressores, e acabaram com o “mito” de que não havia/nem há índios no Ceará.

Entre vários povos indígenas existentes em nossa região, enfatizo os Canindés. Este povo descende da raça Tapuia e do tronco indígena Tarairiú, sendo os Tarairiú um grupo muito extenso e que sofreu duras consequências – assim como todos os povos indígenas – com o processo colonizatório, principalmente por se opor aos portugueses, aliando-se até mesmo aos holandeses como, por exemplo, no processo de invasão que ocorreu em 1637 resultando na tomada do Forte de São Sebastião.

Entretanto, com a perda de terras para os portugueses e o encerralamento dos indígenas, o chefe Canindé solicitou uma sesmaria ao governador de Pernambuco garantindo assim terras para o seu povo mesmo que sob laços de vassalagem. A partir desse momento, os Canindés passam por vários movimentos migratórios, deslocando-se por várias regiões até chegar ao município de Baturité que se chamava Monte-Mor, de onde temos os últimos



registros de onde eles moraram antes de passarem a morar fixamente na região do município de Aratuba e também por algumas regiões do município de Canindé.

Mas o povo, que agora denomina-se Kanindés, não é fruto apenas daqueles índios Kanindés que ali chegaram. Por meio dos relatos orais dos mais velhos da comunidade, percebemos que por aquela região havia um fluxo de pessoas em direção ao sertão da cidade de Canindé ou até mesmo fugindo da seca que assolava o sertão. A partir dessas migrações e desse fluxo de pessoas que o povo Kanindés de Aratuba foi se formando. Por isso que a história oral se faz tão importante, pois no contexto de uma comunidade étnica em que não há registros documentados de sua formação, a oralidade e as narrativas dão conta de explicar os acontecimentos que ocorreram naquela região.

Hoje os Kanindés já são reconhecidos como comunidade indígena e possuem um museu – que é referência para os museus indígenas no Ceará – dos objetos e artefatos encontrados ou feitos na comunidade, sendo este muito importante para o povo Kanindé, pois representa uma forma de resistência e de preservação da cultura. É um centro de referência que estabelece o olhar dos próprios índios.

OBJETIVOS

A princípio, a proposta inicial deste estudo era apenas abordar as questões que envolvem o Museu dos Kanindés, mas decidi não me limitar apenas aos objetos e ao espaço físico do museu e sim aproveitar o que havia também de importante, que era a história viva da comunidade, contada pelos mais velhos do local e vivenciada por todos do lugar.

Destarte, o objetivo deste estudo é abordar e repassar a história dos índios Kanindés de Aratuba, mostrando como se deu e se dá o processo de afirmação étnica e identitária destes sujeitos. A principal finalidade deste trabalho é contar a história dos índios Kanindés, e como sua trajetória é vista e afirmada através dos objetos do museu indicando como esse lugar se faz importante para este grupo, mostrando também como suas narrativas são importantes para esta etnia, já que sua história não é muito conhecida e o seu processo de reconhecimento e afirmação ter apenas vinte anos, muito recente em comparação com outras etnias.

METODOLOGIA



A metodologia usada neste trabalho consiste na pesquisa bibliográfica, em que me baseio basicamente no estudo da dissertação de mestrado, **Aquilo é uma coisa de índio**: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará, de Alexandre Gomes, que estudou a comunidade, e sua dissertação concede uma grande fonte material da história dos Kanindés, como também outros autores que estudaram ou estudam os índios tanto do Nordeste quanto do Ceará, tais como, João Pacheco de Oliveira, Amanda Santos Soares, entre outros. Também foi usado o método da etnografia e a pesquisa de campo, no qual temos como referência Bronislaw Malinowski, que foi de fundamental importância para as leituras antes de ir a campo, pesquisas estas que foram enriquecidas com entrevistas e fotos colhidas durante as visitas à comunidade, e para nortear as entrevistas os autores os quais estudei foram Paul Thompson, Michael Pollak e Antônio Roberto Xavier.

RESULTADOS

A história contada tanto pelo material presente no Museu dos Kanindés, quanto a história oral é muito importante para a preservação dessa identidade; é importante para que a luta pelo reconhecimento e pela autoafirmação não cesse e que seja passada através de gerações, como foi passada para os mais velhos da comunidade.

Entretanto, devemos salientar que, apesar da importância da oralidade, devemos considerar a fragilidade da história oral, a memória por muitas vezes falha e sofre intervenções.

Em virtude disso que a documentação destes relatos se faz muito importante para que preservemos estas histórias, vivências e experiências que são relatadas e perpetuadas dentro da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Kanindés ainda estão construindo sua história. E esta se constrói a partir do museu e da sua representatividade para o seu povo, como também a partir de suas narrativas contadas através das lideranças e dos mais velhos da comunidade, que são passadas de geração em geração.

A tradição oral é uma fonte riquíssima de memórias muito importantes para a comunidade e se faz missão dos jovens indígenas Kanindés manter a cultura e as tradições



vivas, sendo dentro da comunidade, dentro da escola ou do museu, ou até mesmo fora da comunidade aonde quer que eles vão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Ciro Flamarión; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio**: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindés do Ceará. Recife, 2012. 274 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco. 2012.

MALINOVSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. In: **Ethnologia**, n.s, nº 6 – 8, p. 17 – 37, 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2006. (Coleção: Educação para todos, Série Vias dos Saberes nº 1).

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200 – 212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3 – 15, 1989.

SOARES, Amanda Santos. **Povos Indígenas do Nordeste**: a construção dos direitos humanos a partir da mobilização indígena pela reafirmação de sua identidade e demarcação de suas terras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas. Universidade Federal da Paraíba.

SOUZA, Simone de. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

XAVIER, Antônio Roberto. **A importância da História Oral como fonte identitária de um povo**: um resgate da memória. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-historia-oral/20853/>. Acesso em: 15 de abril de 2016.



GT 11: Branquitude e violência nos cenários das diásporas negra
Coordenação: Lourenço da Conceição Cardoso; Marina Pereira de Almeida Mello;
Marcos Moraes da Silva (Unilab)

ALQUILÉ: DESAFIO NEGRO EM DIÁSPORA

Paulo Sergio L. Cavalcante
Mestrando em Sociologia UECE
E-mail: chefyto@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao se deparar com as condições de moradia de africanos guineenses no bairro do Benfica verifica-se uma condição insalubre que nos despertou a curiosidade do porquê da concentração nesses recintos. São pequenas quitinetes úmidas, abafadas e, geralmente, com pouca luminosidade.

Preocupa-nos nesse trabalho refletir sobre o encontro nos “entre-lugares” por negros em diáspora, tendo como enfoque o bairro do Benfica na cidade de Fortaleza/CE. Partimos do questionamento: quais os modos de representação de alteridade em relação a africanos na sociedade brasileira?

O paraíso racial ou democracia racial tido como um ideal não transcende a performatividade política (BHABHÁ, 1998), é um engodo metodológico que não favorece as interações sociais no cotidiano inter-racial do país tido como “miscigenado” e harmonioso. Favorece visivelmente a uma política de embranquecimento da população (FERNANDES, 1964), na qual, cria-se uma hegemonia branca e uma inferiorização e submissão do preto, do negro. Performance que funciona bem como uma máscara subserviente e contentadora mantida por um código de assimilação o qual conta com a anuência do oprimido.

Tais códigos silenciam negros em determinados espaços privilegiados, como academia, principalmente em programas de pós, mercado de trabalho, socialização etc., quando esses conseguem transcender as barreiras impostas.

Uma sociedade racializada emerge quando há dois grupos que “embora coabite não se entrelaçam por diferentes causas, assimetrias, obstáculos devido à privilégios, os costumes e os direitos, a repartição das riquezas, além do modo de exercer o poder” (FOUCAULT, 1994).



Nas falas dos imigrantes surge a questão financeira dos mesmos, com o argumento de que as “casas são caras aqui”, porém, com os proprietários nos deparamos com muita alteridade, preconceito e racismo, fatores os quais limitam o campo de escolha do imigrante negro levando-o a condições desfavoráveis de moradia.

Trabalhamos com o objetivo de elucidar certas “alteridades” (BHABHA, 1998) relacionais entre africanos e brasileiros nessas fronteiras, tendo a moradia como campo de observação nos interstícios, em relação a locar imóvel em determinados bairros na capital cearense.

Para dificultar a aquisição de moradias dignas os proprietários aumentam o preço do aluguel de forma a levar o negro e o africano a desistência. Cientes de que negar-se a alugar imóvel pela cor/raça é crime, eles apelam para outros subterfúgios que mascaram certas alteridades, mesmo por não considerarem-se racistas. Qual a lógica da inversão aquiposta? O “homem cordial”, o brasileiro e sua aparente cordialidade caem por terra diante das amarras coloniais.

Observamos também que, quando não querem aumentar o preço, alegam que já alugaram o imóvel, mantendo o mesmo fechado por meses. Ao retornar em determinados lugares pretensos já alugados, a saída é afirmar desistência do proponente.

METODOLOGIA

Como metodologia de pesquisa, optamos pela forma qualitativa de fazer pesquisa; a etnografia urbana foi o mecanismo de coleta de dados com a entrada em campo como autor negro em busca de imóvel para locação.

RESULTADOS

Fomos em dez imóveis com placa de aluga-se, similares, e em condições melhores, das habitadas pelos estrangeiros negros e nos defrontamos com o questionamento “você não é africano não, é?”. Ao responder negativamente e ao questionar o porquê, as respostas são as mesmas relacionadas com: “eles fazem barulho demais e incomodam os vizinhos, parece que estão brigando”, ou seja, choque cultural.

Outra desculpa para dificultar o acesso à moradia no referido bairro são as festas promovidas pelos africanos.



CONCLUSÃO PARCIAL

Conclui-se que o estranhamento é um forte implicador em alteridades ocasionando empecilho na locação de imóveis para jovens africanos. Habitar com qualidade e dignidade humana a estrangeiros pretos na capital cearense é um obstáculo, algumas vezes quebrado por meio da mediação de imobiliárias. Tal alteridade influencia também na aquisição a negros brasileiros, os quais em muitos casos precisam da mediação de atores brancos no cenário de arrendamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BHABHÁ, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. Vol. I. 1964

FOUCAULT, Michel. **Genealogia del Racismo**. Colección Caronte Ensayos. La Plata: Editora Altamira, 1994

GT 12: Imigração e processos de saúde e de adoecimento

Coordenação: Ercílio Langa (UFC); José Caldas (UniFor); Priciliana Barreto Moraes (UECE).

DISCURSOS E VULNERABILIDADES NOS PROCESSOS DE SAÚDE E ADOECIMENTO DE ESTUDANTES AFRICANOS EM FORTALEZA

Dr. Ercílio Neves Brandão Langa
E-mail: ercilio.langa@gmail.com

INTRODUÇÃO: a Diáspora estudantil entre os sistemas de saúde africano e ocidental

Neste estudo, comprehendo os processos de saúde e de adoecimento dos estudantes africanos para além dos seus aspectos biológicos (Barata, 2009), tomando em conta o contexto social em que esses sujeitos estão inseridos, seja em África, nas suas sociedades de origem, seja na Diáspora no Brasil. Tais processos são influenciados por fatores como redes de amizade, de conhecidos, de clientelismo ou mesmo, por marcadores sociais, quais sejam: raça, origem étnica, renda, gênero ou condições de moradia.

Relativamente ao contexto africano, de acordo com Mahumana (2014), nessas nações são comuns na medicina, concepções e “definições de saúde e doença com base em abordagens sobre a desarmonia do indivíduo com o contexto social”. Já no mundo Ocidental, dá-se enfoque ao imaginário e às representações terapêuticas que dominam os serviços de saúde estatais ou aqueles autorizados pelo Estado – *biomedicina* – negando-se as práticas médicas fora destes serviços. Na ótica deste autor, quando analisam os processos de saúde, doença e cura, as Ciências Sociais e seus cientistas são influenciados pelos ideais biomédicos ou positivistas da medicina ocidental, reproduzindo dessa forma, as desigualdades e os estereótipos em relação às outras formas de cura (*Idem*, 2014). Desta forma, Mahumana analisa as representações de saúde, focalizando na necessidade de utilização das epistemologias e metalinguagens próprias da medicina tradicional africana.

Nas sociedades africanas, temos a coexistência de diversos sistemas de saúde: biomédico estatal, tradicional (curandeiros, feiticeiros, ervanários), religioso (cristão, evangélico, islâmico e africano), saberes populares, entre outros. Nesta linha pensamento, conforme Bóia Júnior (2014), nessas culturas, “estar de boa saúde é sinônimo de estar em paz e harmonia com seus antepassados, com familiares e vizinhos”. Tal harmonia implica a existência de um equilíbrio não apenas entre os indivíduos, mas também entre estes e a natureza. Assim, em muitas sociedades africanas, a saúde, a doença e a cura não são



percebidos como um fenômeno individual, mas sim como eventos coletivos. Diante desse cenário, as ferramentas de diagnóstico e abordagens terapêuticas da medicina Ocidental apresentam um valor limitado, por ter como foco a experiência individual.

Diante desses sistemas médicos, para melhor compreensão das representações e percepções que estudantes africanos residentes na Diáspora no Ceará têm sobre os processos de saúde, doença e do acesso aos serviços médicos, utilize o conceito de “*Modelo Explicativo*” (ME) movimentado por Arthur Kleinman (1988). Inspirado na Antropologia Interpretativa, para a compreensão dos processos de saúde e doença, este autor parte das narrativas individuais sobre o sofrimento e recuperação diante das doenças, bem como dos conhecimentos que influenciam o comportamento e a percepção dos indivíduos sobre tais processos. Na sua etnografia clínica, Kleinman (1988) um dos representantes mais influentes desta corrente, propõe o ME como um instrumento teórico capaz de elucidar a forma como os indivíduos percebem os episódios de doença e os meios utilizados para se recuperar dela em diferentes contextos culturais, caracterizados pela existência de diferentes sistemas de tratamento ou sistemas plurais. Tal modelo permite compreender a coexistência de diferentes sistemas culturais numa mesma sociedade, tornando-se, particularmente, adequado para sociedades não-ocidentais, como as africanas e asiáticas.

O ME é um conceito que objetiva estabelecer um quadro analítico que permite comparações entre os sistemas de tratamento e cura. Dessa forma, os ME's de doenças são vistos como estando ligados a conjuntos específicos de conhecimentos e valores dos distintos sistemas médicos (ALVES, 1993). Para estes autores, os *modelos explicativos* “determinam o que é considerado como evidência clínica relevante e como esta evidência é organizada e interpretada para abordagens racionalizadas de tratamento específico” (KLEINMAN, 1981 *apud* ALVES, 1993, p. 266). Referindo-se, particularmente, ao contexto brasileiro, Alves explicita como os indivíduos interpretam a *Experiência da doença*:

A interpretação que as pessoas elaboram para uma dada experiência de enfermidade é o resultado dos diferentes meios pelos quais elas adquirem seus conhecimentos médicos. Tais conhecimentos são diferentes entre as pessoas, por serem originados em situações biográficas determinadas. Consequentemente, os conhecimentos médicos construídos pelos membros ordinários da sociedade devem ser “localizados” em um contexto comprensivo mais amplo do que aquele oferecido pelos diversos subsetores de um sistema médico. O conhecimento médico de um indivíduo tem sempre uma história particular, pois é constituído **de e por** experiências diversas. Assim, é de se esperar que este conhecimento exista em um fluxo contínuo e que o mesmo seja passível de mudanças, tanto em termos de extensão como em termos de estrutura. A interpretação da enfermidade tem uma dimensão



temporal não apenas porque a doença, em si mesma, muda no decorrer do tempo, mas também porque a sua compreensão é continuamente confrontada por diferentes diagnósticos construídos por familiares, amigos, vizinhos e terapeutas (ALVES, 1993, p. 267).

Apesar da fecundidade deste conceito, não é tarefa fácil movimentar o ME na Diáspora africana no Ceará, visto que no Brasil, particularmente, no contexto urbano de Fortaleza, a biomedicina – e suas explicações acerca dos processos de saúde e episódios de doença – é o único sistema reconhecido e legitimado pelo Estado, cujo discurso “científico” é, suficientemente, hegemônico para “desqualificar” outros sistemas de cura: terapêuticos populares, religiosos, indígenas, de matriz africana, orientais, bem como as terapias de pajés, pais, mães e filho(a)s de santos, rezadeiras e benzedeiras, pastores evangélicos, xamãs etc. Assim, nas linhas seguintes, analiso os discursos e as distintas situações de vulnerabilidade nos processos de saúde e doença, entre diferentes estudantes africanos radicados em Fortaleza-CE.

DISCURSOS SOBRE A SAÚDE E O ACESSO À MEDICINA EM ÁFRICA

Quando abordados sobre os processos de adoecimento e do acesso aos serviços de saúde em seus países de origem, muitos estudantes africanos afirmaram que, quase sempre “se sentiam saudáveis e raramente adoeciam”. Tal percepção e discurso pode dever-se ao fato de se sentirem protegidos por redes “familiares”, “clientelares” ou de “conhecidos” que, permitiam um acesso mais “fácil” aos serviços de saúde, “furando a fila”. Nesse contexto e esquemas, a saúde e os processos de adoecimento não eram motivo de preocupação:

Eu tinha acesso a médico porque a minha mãe é enfermeira. E aí, quase a família da minha mãe, praticamente, todos trabalham no Centro Hospitalar, minha mãe, minha tia. Aí quando eu ficava doente, a minha mãe é que consultava mas... Eu também dificilmente ficava doente. Eu não ficava doente. Eu nunca fiquei doente pra internar, só mais dor de cabeça e aí pra tomar medicamento e tal consulta só isso. [Estudante são-tomense cursando faculdade particular, morando há mais de 8 anos em Fortaleza. Entrevista gravada em 07/04/2014].

Já outro estudante africano apontava que “sempre teve acesso às unidades de saúde e acompanhamento médico”, bem como relata a existência de redes de médicos “conhecidos” que facilitavam “furar a fila” e ter acesso ao atendimento em postos de saúde, hospitais, clínicas e laboratório de análises “sem muitas dificuldades”.

Olha, lá [em Cabo-Verde] tinha minha mãe que já..., já conhecia médicos latinos e... então, assim cubanos. Aí então sempre que eu ficava doente, ela



também já, já, como é que eu posso dizer... já tinha uma noção, às vezes sabe o que eu tinha. Então sempre, qualquer coisinha já tinha alguém... chegava no hospital. Hoje não vejo como isso com uma coisa..., mas na época, eu conseguia passar a fila por que o médico já conhecia minha mãe, cubanos e tal. Aí pronto. Mas sempre tinha acompanhamento, tudo o que eu precisasse e tal, vai pro hospital, vai pra clínica, faz análise. Quando eu cheguei aqui [em Fortaleza], a primeira coisa que me avisaram: - não fique doente. [Estudante cabo-verdiano cursando universidade pública, residindo há 6 anos em Fortaleza. Entrevista gravada em 25/09/2013].

Entretanto, tal situação mudou radicalmente, após ter desembarcado no Brasil, onde foi avisado das dificuldades de acesso ao SUS e, por isso, passou a preocupar-se com a saúde devido às dificuldades de acesso e longas filas de espera.

DISCURSOS E VULNERABILIDADES NO ACESSO À SAÚDE NA DIÁSPORA

Na Diáspora no Ceará, condições como raça, renda, a própria origem africana, gênero, condições de moradia constituem fatores importantes não apenas para a sua inserção e integração na sociedade cearense, mas também cruciais para seus estados de saúde e de doença. Nesse cenário, a condição de africanos, negros e imigrantes pobres, como marcadores sociais que influenciam o acesso destes sujeitos ao SUS ou mesmo a clínicas particulares populares. Cabe ainda destacar o papel da língua portuguesa – nem sempre dominada por todos os grupos nacionais entre os imigrantes francófonos e anglófonos e, mesmo lusófonos que utilizam o *crioulo* constituindo, mesmo uma barreira – que pode influenciar a comunicação entre os africanos e os profissionais de saúde.

Beatriz Padilha (2013) aponta a existência de vários aspectos da sociedade de acolhimento que influenciam as necessidades dos imigrantes em relação à saúde, como é o caso do trabalho ou ocupação em que estão inseridos, os riscos associados, os padrões de alimentação e nutrição, os horários e o clima, as condições de habitação e a sua localização, o grau de abertura da sociedade à interculturalidade etc. Já Almeida & Caldas (2014) apontam a gravidez e maternidade como os períodos de maior vulnerabilidade entre mulheres imigrantes.

Via de regra, nesta Diáspora, longe de casa, sem o apoio e referências familiares e dos sistemas de cura, existentes em suas nações de origem, os estudantes africanos ficam reféns do sistema biomédico, seu discurso de autoridade na interpretação e cura dos sofrimentos, enfermidades e doenças que os afligem. Outras vezes, quando a situação é mais complexa, os africanos têm que conseguir dinheiro para pagar o atendimento em consultórios e mesmo clínicas particulares. Não conhecendo as medicinas alternativas e sistemas de cura existentes



na Diáspora, bem como sem a proteção e ajuda das redes clientelares de parentes e conhecidos que facilitavam o acesso aos serviços de saúde nos seus países de origem, muitos estudantes africanos passam por momentos de aflição, adoecimento e até situações de morte.

Esses sujeitos ficam dependentes do SUS, com suas longas filas, precário atendimento e dificuldades de comunicação com seus profissionais. São emblemáticas as mortes de dois estudantes bissau-guineenses num período de três meses – o contingente africano mais vulnerável a nível socioeconômico a residir em Fortaleza – falecidos no ano 2014, vítimas de doenças. Em seguida, apresento o relato deste estudante do Togo que, aponta facilidades no acesso à saúde em África, mesmo diante de uma realidade em que o acesso à saúde não está universalizado e não era gratuito, como é o caso de seu país de origem. Já na Diáspora, reclama da demora no acesso aos serviços de saúde, tendo que esperar meses para ser atendido:

Sim. No Togo tem as medicinas tradicionais, às vezes algumas coisas que sua avó sabe e, faz assim e às vezes dá certo. Às vezes tem aquela coisa que você... mas enfim, é mais pra gente, porque a gente é da nova geração, então a gente não “manja” muito desses assuntos. Quando ficávamos doentes, nós íamos mais pra o hospital. Aí era fácil né, você vai pra o hospital hoje de manhã, já às 9h horas [da manhã] você era atendido e vai embora. Então, às vezes marca pra outra vez, mas era raro assim. O hospital não era de graça, mas você não tinha que esperar dois meses pra ser atendido. Uma coisa que me chocou aqui [em Fortaleza] quando eu cheguei, porque o cara falava... Quando eu tava gripado, eu fui pra o hospital universitário, falaram pra eu voltar em Dezembro e, era em Outubro. Aí eu olhei para o cara e perguntei: - cara, você tá falando sério? Eu tô com 40 graus de febre aqui, e você tá me mandando voltar em Dezembro. Aí eu olhei e disse pra o cara: - se eu não morrer até Dezembro, eu vou estar bem, deixa pra lá e eu fui embora. [Estudante togolês, cursando universidade pública, residindo em Fortaleza há mais de 4 anos. Entrevista gravada em 28/03/2014].

Na sua experiência de adoecimento na Diáspora, este sujeito afirma que ficou “chocado” com o acesso às unidades públicas de saúde na cidade de Fortaleza, pois mesmo com febre alta, a data de sua consulta foi marcada para dois meses depois.

CONCLUSÕES

No cenário da Diáspora na cidade de Fortaleza, além das dificuldades em aceder aos serviços médicos, os estudantes africanos passam a apresentar distúrbios emocionais de várias ordens e sintomas de doenças psíquicas. Assim, questiono se os distúrbios relatados por estes sujeitos são causados pelas rupturas com seus mundos psicológico, social e material



africanos? Ou são causados nas suas relações com a sociedade fortalezense e suas discriminações e exclusões conforme a raça, renda, gênero, nacionalidade etc? Quase sempre que tentam acessar as unidades de saúde, os africanos têm vivenciado situações de preconceito e dificuldades de comunicação com profissionais de saúde nas unidades sanitárias a que se dirigem para tratamentos médicos, em interações que demonstram a existência de racismo institucional. Muitos se sentem constrangidos com os olhares de outros usuários desses serviços de saúde. Suas narrativas e discursos apontam para a existência de conflitos com a sociedade de acolhida, com instituições públicas e particulares e seus agentes e profissionais. Também relatam a existência de problemas de relacionamento, emocionais, traumas, processos de depressão e, finalmente, doenças orgânicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lígia; CALDAS, José. ALMEIDA, Lígia et al., Avaliando Desigualdades de Saúde Materna em Migrantes: um estudo qualitativo. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 30(2), fev. 2014, p. 333-340.

ALVES, Paulo. A Experiência da Enfermidade: considerações teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): 263-271, jul. /sep., 1993.

BÓIA JÚNIOR, Efraime. Representações sobre a saúde mental em Moçambique. In: JÚNIOR Bóia, Efraime et al. **O que é Saúde Mental?** SERRA, Carlos (Dir.). Coleção Cadernos de Ciências Sociais. Lisboa: Escolar Editora, 2014, p.13-36.

KLEINMANN, Arthur. **The Illness Narratives:** suffering, healing & the human condition. USA: Basic Books, 1988.

MAHUMANA, Narciso. Representação de saúde/doença (mental) da medicina tradicional. In: JÚNIOR, BÓIA et al. **O que é saúde mental?** SERRA, Carlos (Dir.). Coleção Cadernos de Ciências Sociais. Lisboa: Escolar Editora, 2014, p.37-76.



RELATO DE EXPERIÊNCIA

OS PRIMEIROS PASSOS DO GRUPO DE TRABALHO PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE ATENÇÃO AO MIGRANTE E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS DO CEARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA LOCAL

Lívia Maria Xerez de Azevedo

Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e
Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM) – SEJUS
E-mail: livia.maría.xerez@gmail.com

Relato de experiência

A Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS) é responsável pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), equipamentos com o objetivo de articular políticas de prevenção, atenção às pessoas em situação de tráfico e repressão ao crime no Ceará.

Em 2011, foi instituído o Comitê Estadual Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas¹⁶, colegiado presidido e secretariado pela SEJUS, que transversalizou o trabalho por meio da sinergia de instituições do poder público e sociedade civil com atuação na temática do tráfico humano, assim, potencializando as ações locais.

A partir de 2013, a Pastoral do Migrante, da Arquidiocese de Fortaleza, passou a trabalhar em sinergia com a rede local, principalmente, com os articuladores do comitê estadual. Além dos atendimentos pontuais aos migrantes vulneráveis e pessoas em situação de tráfico, foram realizadas atividades de disseminação de conhecimento sobre migração, tais sejam, seminários, audiências públicas, palestras e participações em eventos e grupos de pesquisa, principalmente, na Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

A demanda migratória no Ceará, alimentada pelo maior número de pessoas movimentando-se em busca de melhores condições de vida e dignidade por meio do trabalho, estudo e solicitação de refúgio, por exemplo, provocou o amadurecimento na rede local da necessidade de um colegiado que, além dos assuntos pertinentes ao tráfico de seres humanos, pudesse contemplar, de maneira mais ampla, a pauta da mobilidade humana local.

¹⁶ Instituído pelo Decreto n. 30 682, de 22 de setembro de 2011.



Após articulação da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, Pastoral dos Migrantes e Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da Arquidiocese de Fortaleza, em setembro de 2016, foram iniciados os encontros do grupo de trabalho para construir um Comitê Estadual de Atenção aos Migrantes e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Mostrou-se relevante conceber um grupo coeso, com a riqueza da pluralidade e diversidade das instituições do poder público e sociedade civil para pensar o comitê, posteriormente, a ser formalizado por ato do Governador do Ceará.

Foram convidados, ainda, para integrar o grupo inicial representante da UNILAB e do Gabinete do Governador, por meio da Coordenadoria Especial das Políticas Públicas LGBT, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos e da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Igualdade Racial.

O grupo, durante setembro e outubro de 2016, por meio de encontros presenciais e virtuais, analisou a minuta de documento proposta pelas integrantes da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, elaborada a partir de documentos de comitês semelhantes de todo o Brasil. O Instituto Migração e Direitos Humanos (IMDH) também foi convidado a contribuir com a proposta do texto do instrumento normativo.

O produto final do grupo será entregue ao Secretário da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará para que possa articular a publicação do documento. Após a institucionalização do colegiado, as instituições planejam momentos de sensibilização/capacitação com a rede local que possam subsidiar a construção de fluxos de trabalho e elaboração da Política de Atenção ao Migrante e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, bem como o I Plano de Atenção ao Migrante e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Mesa de abertura: Prof. Dr. Lourenço Cardoso (Unilab), Prof. Dr. Bas Ilele Malomalo (Unilab), Prof. Dr. Elcimar Simão Martins (Unilab), Irmã Eleia (Missionária Scalabriniana, MSCS) – Redenção, Campus das Auroras, 18 de outubro de 2016.



Cerimonialistas: Estudantes do ICEN-UNILAB, cabo-verdiano Alexandrino Moreira Lopes e brasileira Valdilane Alexandre – Redenção, Campus das Auroras, 18 de outubro de 2016.



Momento cultural: leitura de um poema pelo estudante são-tomeense, Ivanick Lopandza – Redenção, Campus das Auroras, 19 de outubro de 2016.



Mesa Redonda: Crise internacional: Mobilidade Humana, Cooperação e Esperança
Palestrantes: Prof. Dr. Bas'Ile Malomalo (Unilab), Prof. Dr. Fabio Baggio (MSC), Irmã Eleia (MSCS) – Redenção, Campus das Auroras, 18 de outubro de 2016.



Mesa Redonda: Crise internacional: Mobilidade Humana, Cooperação e Esperança
Participação e debate— Redenção, Campus das Auroras, 18 de outubro de 2016.



Participantes: estudantes, professores, pesquisadores e ativistas sociais provenientes de diversos estados do Brasil – Redenção, Campus das Auroras, 18 de outubro de 2016.



Mesa Redonda: Impactos das crises da economia mundial e da democracia sobre as migrações
Palestrantes: Gledson Ribeiro de Oliveira (Unilab); Lourenço da Conceição Cardoso (Unilab); André Vasconcelos Ferreira (UFC); Prof. Dr. Fabio Baggio (MSC) – Redenção, Campus das Auroras, 18 de outubro de 2016.



Mesa Redonda: Migração e educação antirracista e antissexista
Palestrantes: Marina Mello; Elisangela André da Silva Costa (Unilab); Evaldo Ribeiro (UNILAB); Ercílio Langa (UFC) – Redenção, Campus das Auroras, 18 de outubro de 2016.



Participação e debate na Mesa-redonda Direitos humanos, Lei de migração, Refúgio e Tráfico de pessoas - Redenção, Campus das Auroras, 18 e 19 de outubro de 2016.



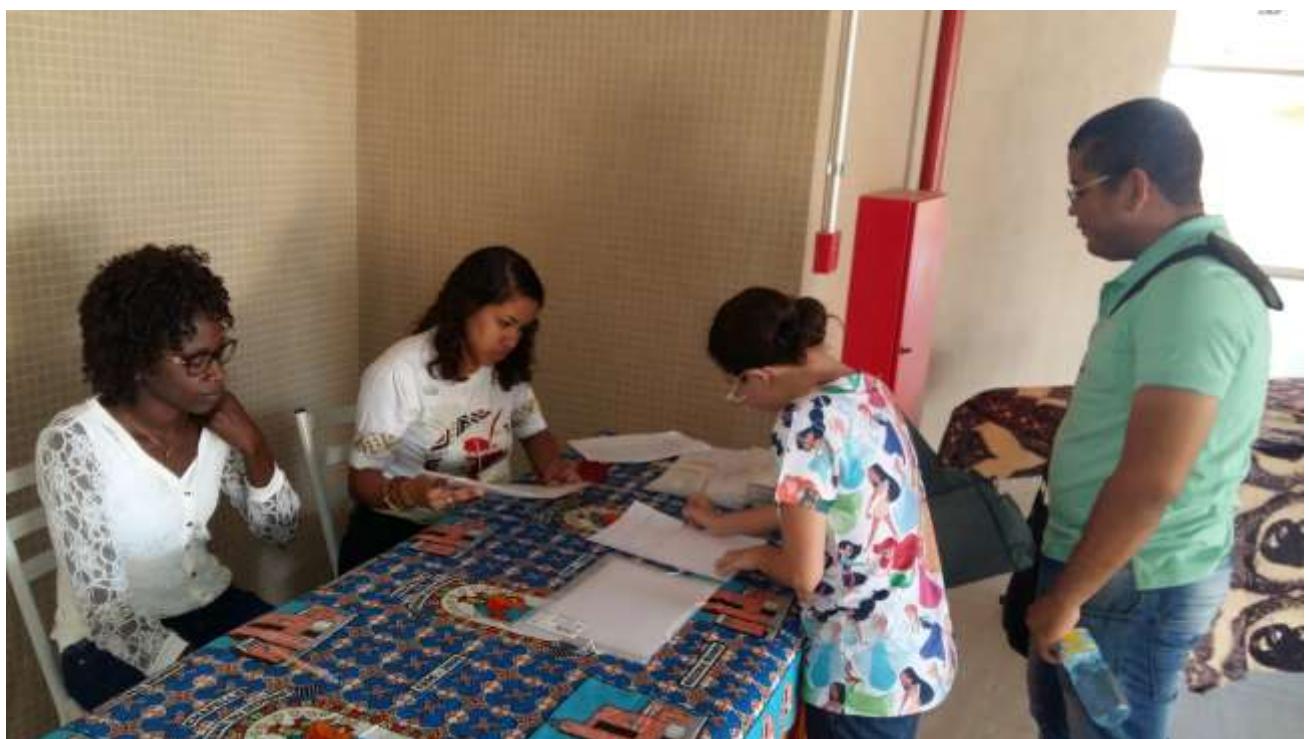
GT: Diáspora Africana e Cooperação Internacional Brasil-África - Redenção, Campus das Auroras, 19 de outubro de 2016.



Coordenação geral: Prof. Dr. Basile Malomalo (Unilab) e Irmã Eleia (MSCS) – Redenção, Campus das Auroras, 18 de outubro de 2016.



Secretaria geral: Estudantes Alexandrino Moreira Lopes, Valdilane Alexandre e Prof. Dr. Elcimar Martins – Redenção, Campus das Auroras, 18 de outubro de 2016.



Credenciamento: Estudantes guineense Aminata Mendes e brasileira Valdilane Alexandre Redenção, Campus das Auroras, 19 de outubro de 2016.



Credenciamento:
Redenção, Campus das Auroras, 19 de outubro de 2016.



Compromisso dos participantes junto com a Nação Pachamama em defesa da independência de Tibet
Redenção, Campus das Auroras, 19 de outubro de 2016.

